

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
CURSO DE HISTÓRIA**

HELLEN MARTINS RIOS

**NÓS E OS OUTROS:
DISCURSOS IDENTITÁRIOS, TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL NOS
PROCESSOS DE FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO
PEDRO DE ALCÂNTARA - SC (1990-2012)**

FLORIANÓPOLIS

2012

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
CURSO DE HISTÓRIA

NÓS E OS OUTROS:
DISCURSOS IDENTITÁRIOS, TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL NOS
PROCESSOS DE FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - SC (1990-2012)

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de História do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel e Licenciada em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Janice Gonçalves

FLORIANÓPOLIS

2012

HELLEN MARTINS RIOS

NÓS E OS OUTROS:

DISCURSOS IDENTITÁRIOS, TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL NOS
PROCESSOS DE FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - SC (1990-2012)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de História como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel e Licenciada.

Banca examinadora:

Orientador: _____
Prof^a. Dr^a. Janice Gonçalves
UDESC

Membro: _____
Prof^a. Dr^a. Janine Gomes da Silva
UFSC

Membro: _____
Prof^a. Dr^a. Luciana Rossato
UDESC

Florianópolis, 04 de julho de 2012

Aos meus pais, dona Neves e seo Ademir. Aos meus avós, seo Augustinho (em memória) e dona Flora, meu orgulho e minha admiração!

AGRADECIMENTOS

Aprendi nestes quatro anos de faculdade, sobretudo, a ponderar, a considerar perspectivas que até então eram desconhecidas. Aprendi também que a história é um processo, feita de pequenos e grandes momentos. Que as perspectivas e os momentos são influência e referência de algumas pessoas que passam ou que estão em nossa vida. Cada uma delas deixa um pouco de si e leva um pouco da gente para as novas aventuras do caminho. Este trabalho, portanto, não seria possível sem a parceria, a disposição e o interesse de diversas pessoas - mais diversas do que eu imaginei quando resolvi iniciá-lo: pessoas próximas, amigas, conhecidas e semi-desconhecidas. Este espaço é reservado para nomear e agradecer às pessoas que me auxiliaram no início, no meio e no fim deste trabalho.

Primeiramente agradeço à minha orientadora Prof^ª. Dr^ª. Janice Gonçalves, pela aposta neste trabalho de pesquisa, pelo rigor na orientação, pela motivação e interesse através de conversas pessoais ou virtuais, pelo conforto no desespero do prazo e pela admiração pessoal e profissional que causa em mim.

À Prof^ª. Dr^ª. Carmen Suzana Tornquist pela aposta no meio da graduação, pelas oportunidades cedidas, pelo aprendizado na monitoria e abertura de horizontes que me proporcionou. Levo cada uma de vocês como exemplos!

Pessoas que atuaram diretamente nas fontes da pesquisa: Destaco agradecimentos diretos ao Ernei José Stahelin, pelo material cedido e entusiasmo e ao Salézio Zimmermann, pela entrevista concedida e interesse. À Cecília Caroline de Souza, assessora parlamentar da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara, pela atenção e dedicação. Aos coordenadores de Turismo e Cultura de São Pedro de Alcântara, Aline Pauli e Daniel Silveira, respectivamente, pela acolhida e pela dedicação nas pesquisas no arquivo e perguntas milhares, pessoal e virtualmente. Às funcionárias da Casa de Memória da Assembleia Legislativa, Thessália e Bernadete, pela atenção e dedicação em “facilitar minha pesquisa”. Ao Diego Silva pelo entusiasmo, atenção, disponibilização de tempo e viabilização de fontes importantíssimas para esta produção. Ao tio Osmar (Mazinho ou Batata), entusiasta do turismo germânico, incentivador e proporcionador de ricos contatos e fontes que foram ingredientes decisivos para este trabalho. Aos participantes do Grupo de Estudos de

Patrimônio Cultural do Laboratório de Patrimônio Cultural da UDESC: Karla Fonseca, Jaqueline Cardoso e Ariel Homem, por participarem semanalmente deste processo, compartilhando comigo do desespero do prazo emergente e esclarecimentos acerca dos temas discutidos. A participação de todos vocês foi esclarecedora e rica para a produção deste trabalho; obrigada!

Agradeço também aos meus pais, Dona Neves e Seo Ademir, que desempenharam o papel de meus apoiadores, incentivadores, patrocinadores, divulgadores desde os anos 90, e, agora, entusiastas e engajados neste fim. A minha irmã, Nanni Rios, cujo papel de irmã mais velha foi motivador como um exemplo. Desempenhou papel de amiga, confidente e conselheira, aconchegante nos desabafos virtuais pela aparente trajetória infinita desta produção. A Mayra, no papel de prima companheira e possibilitadora de empréstimos de livros da biblioteca da UFSC – fundamentais para que este trabalho tivesse fim - e de colchão na sala de estar. A Deh pelo compartilhamento virtual de inquietações infinitas. A Família Rios, que teve o papel de confortar e garantir o porto seguro a cada domingo passado junto, com o intuito de distrair e aconchegar. A todos vocês, em maior ou menor grau, por serem minha família, meus muitíssimos e sinceros agradecimentos!

Como não poderia deixar de ser, agradeço também aos meus amigos! Os que entraram pra História (ao menos da FAED) e me proporcionaram ótimos 04 anos, dentre eles:

Kelly Yshida, pelas parcerias realmente mútuas e ricas, de Pink e Cérebro, pelas confidências confortantes, pelos salvamentos nas pindaíbas, pelas viagens físicas e intelectuais, pela companhia certa para qualquer hora, pela certeza de que independente do nosso futuro, nosso presente será compartilhado; Katherini Coelho, pela animação contagiante, pela parceria de início de curso e em todos os outros momentos, pela compreensão, pelas confidências, pela velhice que compartilharemos tomando cerveja na varanda;

Marcello de Oliveira, pela sábia palavra no momento difícil, pelo olhar atento, pela resposta da razão no momento de emoção, pela companhia apaziguadora;

Patricia Volk Schatz e Carolina do Amarante, pela graça compartilhada, pela confiança confiada; Taiane Santi Martins, pela aposta na Travessa, pela parceria de trabalho; Daniel Lunardelli, pelas noites boêmias, pelas trocas bibliográficas, pelas cervejas entornadas, pela parceria desde o início dos tempos e dos três tempos.

Os de temporada longínqua, eternos guerreiros e personagens ativos desde o terceiro em 2007 (e alguns anteriores, desde 2003), e presentes em particularidades neste último semestre:

Marina Tillmann, melhor amiga de infância e Felipe Domingos Lisbôa, parceria sempre presente: se mostraram ótimos amigos ao me tirar de casa em segundas à noite, quartas ou sábados; e ao retornar comigo, possibilitavam, então, memoráveis *after*. Ana Carolina Alexandre de Souza, Cibele D'ávila Krammer Cavalcanti e Fernanda Borgert Coelho: animarujas parceiras, me proporcionaram descontrações e inúmeros sorrisos de satisfação por tê-las perto, em cada conversa, cada reunião, cada projeto de viagem. Claudine Perez, presença mesmo ausente, Leonardo da Rosa Petersen, melhor amigo de infância, Vanessa Martins Conceição, parceria de sucesso: amigos dispostos e atuantes para toda e qualquer ajuda, e também para esta pesquisa. Rafael Celso Araújo da Silva, vizinho viajante, Maiara Cristina de Lima, chérie: se mostraram presentes em desabafos despreziosos e em companhia certa para forrós fora de hora. Falar de vocês é difícil, porque já somos “um”. Mas a todos, não desculpo o transtorno, e digo mais: Agradeço e muito, por fazerem parte da minha história e deste processo!

Os novos amigos, da nova temporada, a do Museu Histórico de Santa Catarina, cujo papel de entreter com risadas uma cabeça preocupada com prazos e discussões teóricas seria merecedor de prêmio. Sou muito grata pela abertura para desabafos e para oportunidades, e pelo tempo desses nove meses em que passei e pude aprender com todos e com cada um de vocês: Vanessa, Janete, Sonia, Chris, Márcia, Doroti, Seo Ademar, Seo Hélio, Dona Elza, Simone, Suellem, Castorina, Rose, Shirley, Veronice, Elcio – obrigada pelo aprendizado!

Como não poderia deixar de ser, agradeço à Prof^a. Dr^a Luciana Rossato e à Prof^a Dr^a Janine Gomes da Silva por terem aceitado fazer parte da banca!

A todos os outros que fizeram parte: desde o início até o fim, com trocas musicais, literárias e audiovisuais, cumplicidades virtuais, carinhos, piadas de descontração, raptos noturnos e por entender que às vezes eu e minhas olheiras não seríamos uma boa companhia. Obrigada por terem estado perto durante esse tempo em que eu estive longe!

“Isso de querer ser exatamente aquilo que a gente é
ainda vai nos levar além”

Paulo Leminski

RESUMO

RIOS, Hellen Martins. **Nós e os outros:** discursos identitários, turismo e patrimônio cultural nos processos de formação e consolidação do município de São Pedro de Alcântara - SC (1990-2012) 118f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade do Estado de Santa Catarina - Centro de Ciências Humanas e da Educação. Curso de História. Florianópolis, 2012.

Neste trabalho pretende-se analisar questões identitárias relacionadas aos processos de formação e consolidação do município de São Pedro de Alcântara – SC – no período de 1990 a 2012. A história difundida do município é relacionada à colonização alemã no estado, remontando à chegada dos primeiros imigrantes em 1829, e por isso é considerada a “Primeira Colônia Alemã de Santa Catarina” por lei municipal e a “Capital Catarinense da Colonização Alemã” por lei estadual. No entanto, a cidade fez parte do município de São José desde sua fundação no século XIX, até o ano de 1994, quando se emancipou politicamente. A emancipação, por sua vez, foi um processo que durou 04 anos, iniciado em 1990. Este processo foi permeado por disputa jurídica com a prefeitura de São José e intensa campanha pró-emancipação com motivações que se inseriam, sobretudo, em questões identitárias, tanto étnicas quanto locais. Após a emancipação, com a administração própria a partir de 1997, medidas executivas e legislativas foram desenvolvidas almejando a divulgação da cidade, através de políticas públicas, sobretudo, relacionadas ao turismo e a preservação do patrimônio, principalmente ligadas à identidade germânica. A partir deste cenário, tem-se por objetivo pesquisar tanto as justificativas quanto os discursos identitários presentes no processo de emancipação, bem como seu desenrolar em relação à Prefeitura de São José e as rupturas e permanências destas motivações e discursos no período pós-emancipação, através das ações municipais e estaduais relacionadas principalmente ao turismo e preservação do patrimônio cultural. A fim de se alcançar este objetivo, pesquisa foi empreendida em jornais estaduais, documentos oficiais e não oficiais de arquivo público e pessoal, entrevista oral, atas das sessões da câmara municipal, legislação federal, estadual e municipal e planejamentos turísticos e culturais relacionados à cidade, em âmbito também municipal e estadual. Discussões pertinentes aos temas abordados são pautadas em leituras acerca de autonomia municipal, identidades, autenticidade, turismo, turismo cultural, patrimônio cultural e sua relação com a prática turística.

Palavras-chave: Emancipação. Identidade. Município. Patrimônio cultural. São Pedro de Alcântara. Turismo.

LISTA DE ABREVIACÕES

ALESC – Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

COMTUR – Conselho Municipal de Turismo

COMDETUR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Turístico

DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FCC – Fundação Catarinense de Cultura

FUNDETUR - Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SANTUR – Santa Catarina Turismo S/A

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SPHAM - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TRE – Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. DIRIGIR O PRÓPRIO DESTINO: EMANCIPAÇÃO E IDENTIDADES NA EMERGÊNCIA DE UM NOVO MUNICÍPIO – [1990 - 1996].....	22
1.1 CRIAÇÃO DE UM MUNICÍPIO: ALGUNS ASPECTOS GERAIS.....	22
1.2 ENTRE EMBATE JURÍDICO E MANIFESTAÇÃO POPULAR: A EMANCIPAÇÃO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.....	28
1.3 “PORQUE QUEREMOS SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA MUNICIPIO”: MOTIVOS PARA A EMANCIPAÇÃO.....	41
1.4 A PRIMEIRA ELEIÇÃO MUNICIPAL: CONSTITUIÇÃO, INTERESSES E DEMANDAS.....	47
2. RESGATAR A PRÓPRIA HISTÓRIA: GERMANIDADE, TURISMO E PRESERVAÇÃO [1997-2012].....	52
2.1 A COLÔNIA ALEMÃ EM CONTRASTE COM O DISTRITO DE SÃO JOSÉ.....	52
2.2 O MUNICÍPIO DÁ OS PRIMEIROS PASSOS: TURISMO.....	65
2.3 O PATRIMÔNIO CULTURAL E O TURISMO: DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS.....	110

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por intenção refletir acerca de questões identitárias no município de São Pedro de Alcântara, localizado no estado de Santa Catarina, tomando como pontos para discussão o processo de emancipação do município e suas articulações com o turismo e o patrimônio cultural nas ações municipais, pós-emancipação. A cidade que tem seus aspectos estudados está situada aproximadamente há 35 quilômetros da capital Florianópolis, a sudoeste, e possui uma população de 5.183 habitantes, de acordo com Censo de 2010. Oficialmente é composta por duas etnias: luso-açoriana e germânica. Tem destaque regional na produção de cachaça e é responsável pela realização de quatro festas bastante difundidas: *Stammtisch*, em abril; Festa do Colono e do Motorista, em julho; *Oktoberanz*, em setembro e Festa do Padroeiro e do Recheio, em outubro.

As pesquisas acerca da história desta cidade envolvem tanto características da fundação por alemães¹, quanto características do povoamento afrodescendente², este último, sobretudo, num bairro pertencente ao município, chamado Santa Tereza. A história mais difundida, por sua vez, se inicia com a fundação, em 1829, ano em que suas terras foram ocupadas por colonos alemães, provindos da intensa imigração europeia para o Brasil e, por consequência para Santa Catarina, durante o século XIX, e seu marco data do dia 01 de março. É, por isso, conhecida e considerada, por lei

¹ DESCHAMPS, Osvaldo. **São Pedro de Alcântara: memórias da nossa terra e nossa gente**. São Pedro de Alcântara: Ed. do Autor, 2005.

JOCHEM, Toni Vidal. **São Pedro de Alcântara 1829-1999: aspectos de sua história**. São Pedro de Alcântara: [Coordenação dos Festejos], 1999; JOCHEM, Toni Vidal. **São Pedro de Alcântara: 180 anos de presença da etnia alemã**. São Pedro de Alcântara: Ed do Autor, 2009; JOCHEM, Toni Vidal; ALVES, Débora Bendocchi. **São Pedro de Alcântara: 170 anos depois... 1829 - março - 1999**. São Pedro de Alcântara: [Coordenação dos Festejos], 1999.

MARTINS, Raquel Mara. **A materialização da germanidade: a arquitetura como identidade étnica nos municípios de São Pedro de Alcântara e Rancho Queimado no início do séc. XX**. 2000. Trabalho de conclusão de Curso (graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Curso de História, Florianópolis, 2000.

PHILIPPI, Aderbal João. **São Pedro de Alcântara: a primeira colônia alemã de Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.

² HOFFMANN, Priscila Catarina. **Negros de São Pedro: experiências das populações de origem africana no pós-abolição em São Pedro de Alcântara**. 2009. 92: Monografia (graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Curso de História, Florianópolis, 2009.

VAZ, Rafael Araldi. **Lázaro sobe à ribalta: produções culturais na Colônia de Santa Teresa**. 2006: Trabalho de conclusão e curso (graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Curso de História, Florianópolis, 2006.

municipal³ como a “Primeira Colônia Alemã de Santa Catarina” e por lei estadual⁴ como a “Capital Catarinense da Colonização Alemã”, pois abrigou a primeira leva de imigrantes alemães provindos do “Velho Mundo”. Foi uma colônia financiada pelo Império, sob a política vigente de ocupar as terras do interior através de parcerias com empresas estrangeiras que agenciava os imigrantes. Porém, mesmo tendo o aval imperial, não teve subsídios para prosperar; o cenário era conturbado e a política de imigração ainda não era efetiva no país.⁵ A partir desta região, através de migrações internas, outras colônias foram fundadas nas regiões próximas (por exemplo, Antônio Carlos, Santo Amaro da Imperatriz) e também no Vale do Itajaí. No decorrer de sua história, no entanto, São Pedro de Alcântara possuiu características diferentes destas posteriores, sobretudo econômica e politicamente.

De acordo com pesquisa de Toni Jochem⁶, a colônia, ao ser fundada, fez parte da Vila de São José (atual município de São José), e em 1844 se tornou freguesia (situação equivalente ao distrito atual). Essa passagem aconteceu através da lei nº 194, sancionada pelo então presidente da Província de Santa Catarina Antero José Ferreira de Brito em 13 de abril. Dez dias depois, passou a Paróquia, começando a funcionar como tal em 1850. Até 1994, foi parte integrante da cidade de São José, constituindo-se como Distrito daquele município. Neste ano, houve a emancipação político-administrativa, através de uma campanha pró-emancipação bastante difundida iniciada em 1990, que culminou na lei nº 9.534, de 16 de abril de 1994⁷, que criou o município de São Pedro de Alcântara. Assim, assumiu suas próprias fronteiras⁸, alcançando uma área de aproximadamente 140 km². Neste sentido, São Pedro de Alcântara passou por um processo de quatro anos que envolveu questões jurídicas, administrativas, culturais e

³ Lei municipal nº 30, de 10 de abril de 1997. Designa a locução: São Pedro de Alcântara – A PRIMEIRA COLÔNIA ALEMÃ DE SANTA CATARINA, COMO A FRASE A SER ADOTADA OFICIALMENTE PELO Município de São Pedro de Alcântara e dá outras providências. Disponível em <<http://www.pmspa.sc.gov.br/conteudo/?item=16413&fa=3&cd=3531>> Acesso em 09 de maio de 2012.

⁴ Lei estadual nº 13.173, de 29 de novembro de 2004. Reconhece o Município de São Pedro de Alcântara como Capital Catarinense da Colonização Alemã. Disponível em <<http://www.alesc.sc.gov.br>> Acesso em 09 de maio de 2012.

⁵ **Roteiros Nacionais de Imigração - Santa Catarina:** Dossiê de Tombamento, [Florianópolis]: IPHAN/SC. 2008. v. I e II.

⁶ JOCHEM, Toni Vidal. **São Pedro de Alcântara:** 180 anos de presença da etnia alemã. São Pedro de Alcântara: Ed do Autor, 2009. p.17

⁷ Em 1995, através da lei estadual 9.943, de 10 de outubro, as disposições relacionadas as fronteiras do município foram modificadas.

⁸ Antônio Carlos, São José, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, Rancho Queimado e Angelina.

sociais, até alcançar sua autonomia política e administrativa; 165 anos depois de sua fundação.

Após a emancipação, a instalação da prefeitura aconteceu no ano de 1997. Com isso e a gestão administrativa local, outros processos foram desencadeados: medidas começaram a ser tomadas para garantir tanto a estabilidade do jovem município – ponto imprescindível para o início da administração – quanto para escrever uma nova história para a cidade, agora, desvinculada da de São José. Neste segundo ponto, a ligação com características germânicas foi uma vertente bastante difundida.

Estes processos relacionados à formação e consolidação de São Pedro de Alcântara estavam, até então, naturalizados para mim, que morei na cidade até os meus 13 anos (1991-2003), e por isso estas páginas não se formaram de uma escrita simples. Meu objeto de estudo, afinal, tinha por característica principal a proximidade, representada tanto pela temporal, tratando-se, também por isso, de História do Tempo Presente, quanto pela proximidade relacional, por se tratar de processos dos quais fui figurante, e desenvolvidos por personagens de dentro do meu espaço de sociabilidade, e da minha cidade natal.

Foi, porém, após a análise do processo de tombamento em nível estadual de um bem cultural situado em São Pedro de Alcântara que estas questões me puderam ser problematizadas. O processo foi apresentado a mim através da participação como bolsista de iniciação científica PROBIC/UDESC no Projeto de Pesquisa “Sementes de civilização: narrativa histórica e proteção estadual de bens culturais em Santa Catarina (1974 a 2006)”, orientado pela Prof^{ta}. Dr^a. Janice Gonçalves e desenvolvido junto ao Laboratório de Patrimônio Cultural (LabPac) do Centro de Ciências Humanas e da Educação/UDESC. Através da documentação, cuja solicitação foi feita no ano de 2000, pelo então prefeito municipal Salézio Zimermann, pude notar a intenção do novo perfil almejado para o município. A dita busca pela “história que se perdeu no tempo”, devido à falta de administração própria, e a ligação entre o patrimônio cultural e o incentivo à atividade turística estavam em pauta.

O patrimônio cultural é conceituado em diferentes esferas, de acordo com a legislação (federal, estadual e municipal), podendo ser interpretado de formas diferentes de acordo com as políticas aplicadas, que são normalmente as responsáveis pela preservação do patrimônio cultural, da nação, do estado ou do município. A dimensão política é ativa no processo de patrimonialização, e, segundo Maria Pastor Alfonso

(2003), juntamente a ela estão também as dimensões simbólicas e econômicas. A ação municipal, ao buscar a ativação do patrimônio, solicitou também as duas outras esferas: uma intuindo a constituição de uma representação social através da instituição estadual de patrimônio cultural - o que para Antonio Arantes (2009) é uma imagem das sociedades sobre si mesmas, ou seja, uma característica de sua identidade - e outra relacionada à vertente turística, que possibilitaria determinada paisagem condizente com as expectativas do turista (URRY, 1996). Esta ligação entre turismo e patrimônio é questão tratada desde os anos 1930 no Brasil, porém, mais difundida nas últimas décadas do século XX, sobretudo relacionada ao surgimento mundial da tipologia de Turismo Cultural (COSTA, 2009). Esta tipologia busca também a sustentabilidade, baseada na preservação do patrimônio através do recurso turístico e, desempenha, por isso, interessante política pública para as administrações.

Aliadas a essas questões ligadas ao tombamento, houve as visitas que eu fazia à localidade aos finais de semana, com o intuito de visitar meus pais e avós, sobretudo o trajeto da viagem pela Rodovia SC-407, no qual pude observar com mais cuidado as modificações na paisagem da cidade. Neste sentido, pude notar a divulgação de festas (*Oktobertanz* e *Stammtisch*) que remetiam a um caráter germânico, que eu não tinha conhecimento enquanto era moradora, além de uma decoração da cidade com cores que remetiam à bandeira da Alemanha.

A construção da paisagem turística é ponto imprescindível para a atratividade do local turístico, como salientado por Elsa Peralta (2003). As motivações turísticas estão pautadas, para John Urry (1996) na expectativa do turista, que, por sua vez, é formada pela propaganda turística e por modismos difundidos pela mídia. De acordo com o Dossiê do projeto Roteiros Nacionais de Imigração (IPHAN), Santa Catarina tem por característica ser considerado um estado de imigrantes, pela grande variedade que abrigou. Neste sentido, diversos apelos turísticos são difundidos pelo estado, mas destaco aqui o mês de outubro, marcado por festas étnicas, sobretudo relacionadas à imigração germânica. São Pedro de Alcântara, como a primeira colônia alemã e influenciada pelas referências de outros locais que se utilizam destas vertentes imigratórias para a atividade econômica, pareceu buscar desenvolver esta atividade também pautada no que Peralta (2003) nomeia como “imagem de marca”, que seria aqui a categorização de “primeira colônia alemã”. A relação direta entre características germânicas e a cidade de São Pedro de Alcântara, neste sentido, constituíam uma

identificação para o local e as transformações vistas pareciam ter a intenção de abarcar estas premissas e garantir a divulgação externa da cidade.

Observando estas características, o processo de emancipação político-administrativa – tão recente e caracterizado por uma demora de 04 anos – também veio à tona como um processo interessante e que poderia responder a algumas questões relacionadas a estas medidas municipais.

Afinal, em quais justificativas estava pautada a campanha de emancipação? Em que medida a emancipação política foi defendida com base em fatores culturais? Em que medida esses fatores mobilizaram a “germanidade” em São Pedro de Alcântara e em que medida foi pautada no discurso de uma identidade local? Que narrativa histórica acerca da trajetória da cidade foi adotada? Em que medida esses discursos se relacionaram às áreas de turismo e patrimônio cultural? Há relações próximas entre questões tratadas no período de campanha emancipacionista e no pós-emancipação? Que políticas públicas foram traçadas pelos governos do município emancipado em relação ao turismo e ao patrimônio cultural? Com quais justificativas? Estas políticas reforçavam a perspectiva de uma São Pedro de Alcântara germânica? Neste sentido, qual a indicação às outras etnias presentes na localidade? Em que medida elas são ou não são valorizadas nestas políticas?

Busquei as respostas para essas perguntas através de três vertentes: pesquisa ao processo de emancipação, tanto na esfera jurídica quanto na esfera social (seu desenvolvimento, embates e motivação); propostas eleitorais e ações municipais que visavam o desenvolvimento turístico e a preservação do patrimônio cultural; e os resultados e características do desenvolvimento deste perfil vistos na cidade até o ano de 2012. Através destas vertentes também busquei relacionar os discursos e identificar permanências e rupturas, bem como salientar características e discussões acerca dos processos de formação e consolidação do município, entre os anos de 1990 até 2012.

Neste sentido, o trabalho a seguir está dividido em 02 capítulos. O primeiro é intitulado “Dirigir o próprio destino: emancipação e identidades na emergência de um novo município” que engloba o período de 1990 a 1996 e está dividido em quatro subcapítulos; o segundo é intitulado “Resgatar a própria história: germanidade, turismo e preservação” que engloba os anos de 1997 a 2012, dividido em três subcapítulos. O recorte temporal se justifica pelos seguintes marcos: o início do processo de emancipação ser datado de 1990, e a primeira eleição municipal na localidade ter

acontecido em 1996; a instalação da prefeitura e da primeira administração, que se deu em 1997, e o desenrolar de trabalhos realizados pela prefeitura até o ano atual, de 2012.

O primeiro capítulo, então, engloba todo o processo de emancipação até a primeira eleição e, por isso, é desenvolvido discutindo questões relacionadas à legislação, autonomia local, descentralização, municipalidades, permeando o conceito de identidades. As fontes documentais de pesquisa para estas discussões foram o Projeto de Lei para criação do município (93/94) coletado na Casa da Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; jornais estaduais, coletados na Casa de Cultura do Município de São Pedro de Alcântara e na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Destaco em separado o Acervo Pessoal de Ernei José Stahelin, presidente da Comissão Emancipacionista e atual prefeito de São Pedro de Alcântara e a fonte oral produzida através de uma entrevista cedida por Salézio Zimmermann, vice-presidente da Comissão e ex-prefeito municipal.

A intenção primeiramente foi a de entrevistar os dois personagens, visto que ambos tiveram relação direta com o processo de emancipação. O objetivo era tanto o de procurar fechar as lacunas que o processo documental havia deixado, quanto o de inserir a memória dos personagens na narrativa para tornar inteligível o significado do processo para ambos. No entanto, a caixa de documentação relacionada àquela época que Ernei Stahelin me ofereceu para pesquisa me apareceu como outra forma de tratar esta memória. Insiro-me, novamente, como participante deste processo, pois foi compartilhado comigo o sentimento de afeto e importância dado àquela “papelada velha”. Neste sentido, ousei em buscar a memória que foi produzida – e selecionada – por ele, através da ação de guardar esta documentação (jornais, documentação oficial e rabiscos), a fim de atuarem como “lugar de memória”. Em contrapartida, a entrevista com Salézio Zimmermann possibilitou-me participar do processo de rememoração atual, à medida que as perguntas eram feitas, bem como sua localização de agente através da narrativa⁹. Busquei, neste sentido, incluir a participação ativa de dois personagens presentes na história do município (além de membros da Comissão, também foram prefeitos municipais), de forma pontual na narrativa do texto¹⁰, relativizando, porém,

⁹ A entrevista foi realizada na casa de meus pais em São Pedro de Alcântara no dia 09 de junho de 2012 por preferência do entrevistado. Foi antecedida por conversa informal, na qual expliquei a situação do trabalho e ele assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O roteiro foi lido, acordado por ambos e a entrevista foi feita através de gravação de voz e durou aproximadamente 40 minutos. Quanto à transcrição, uma cópia foi entregue a ele, que não fez restrições, assinando o termo de divulgação.

¹⁰ Outras características de ambas as produções de memória poderiam ter sido abarcadas, no entanto, optei, sobretudo, por pontuá-las nesta primeira análise.

suas “falas” ao cruzá-las entre si e com outras fontes; pois ambas foram selecionadas pelos participantes. Cabe destacar, também, que apesar de oponentes políticos, um fez alusão ao outro nas diferentes memórias – oral e escrita.

Paralelamente às fontes, o estudo apurado da legislação federal e estadual e sua situação histórica foram essenciais para o entendimento do processo jurídico e as atuações de variadas instituições neste processo, como a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC; Tribunal Regional Eleitoral – TRE; Governo do Estado; Comissão Emancipacionista. Neste sentido, a Constituição federal de 1988 constituiu referência, por estabelecer, juntamente à Constituição estadual de 1989 e à legislação estadual pertinente à “criação, fusão, incorporação e desmembramento de municípios”, orientações para o desenvolvimento do processo. Durante o período que compreende a promulgação da Constituição Federal e o ano de instalação do município de São Pedro de Alcântara, três textos legais foram sancionados, correspondentes à lei nº 01 de 1989, a lei nº 20 de 1990 e a lei nº 135 de 1995 – esta última que está em vigor atualmente. Todas elas tiveram alterações feitas por leis complementares.

Para entender o processo realizado é necessário também ir além das determinações legais, como defendido por Rosana Maria Badalotti em sua dissertação em Antropologia Social intitulada *A invenção do município: o jogo das identidades locais e regionais* (1996). A autora salienta a existência de múltiplas relações e interesses nos processos de formação de um município, que vão para além da esfera legal e dos limites territoriais, sobretudo, a influência da história regional na constituição do município. Esta característica tem como base para a constituição do poder local, a ocupação de território, a economia e a formação étnica do local. Além disso, a autora possibilita a reflexão através da relação entre poder local e nacional e suas implicações na história brasileira, e traz interessantes dados acerca das emancipações experimentadas em nível nacional e estadual em diversos momentos históricos. (inclusive do que chama de uma “onda emancipatória” vista em Santa Catarina entre 1988 e 1996 – período de interesse para este trabalho).

A arquiteta Maria Conceição Barletta Scussel, paralelamente, discute os impactos espaciais da criação dos municípios, destacando as diferenças regionais em artigo intitulado “A criação de municípios e seu impacto na qualificação do espaço urbano” (1998). De acordo com ela, o processo não é apenas uma transformação em nível de gestão local, mas envolve relações de caráter político, econômico e

sociocultural, abarcando questões que se mostram como justificativas para as emancipações.

O processo de emancipação se caracterizou por um longo desenrolar, do ano de 1990, passando por 1994 e havendo a efetiva instalação do município em 01 de janeiro de 1997, data em que assumiram prefeito, vice e vereadores eleitos nas eleições do ano anterior. Neste sentido, o primeiro processo eleitoral municipal também é abarcado no primeiro capítulo, e através dele, busco permanências e discontinuidades entre as motivações e justificativas que levaram o processo a ser iniciado e as reivindicações da população e as propostas dos candidatos à prefeitura municipal.

O segundo capítulo, iniciando no ano de 1997, se desenvolve englobando questões relacionadas também à identidade, mas relacionadas às questões de germanidade, turismo (e sua tipologia, turismo cultural) e patrimônio cultural. Estas categorias se desenvolvem de forma interligada no processo posterior à emancipação da cidade em questão, sobretudo por estarem também interligadas no processo de globalização vivido atualmente. As fontes para desenvolver estas questões foram jornais estaduais, coletados também na Casa da Cultura e Biblioteca Estadual; atas das sessões da Câmara de Vereadores do município, coletados na Prefeitura de São Pedro de Alcântara; Planejamento e Sugestão para as Áreas Cultural e Turística no município de São Pedro dos anos de 2008, 2010 e 2011, e folders de divulgação das festas *Oktobertanz* e *Stammtisch*, coletados na Casa da Cultura; processo de tombamento em nível estadual da “Vila Kretzer”, coletado no Arquivo da Diretoria de Patrimônio Cultural/Fundação Catarinense de Cultura; e legislação (federal, estadual e municipal).

Para a reflexão em torno do conceito de identidade cultural e coletiva, as quais estariam em discussão no processo de consolidação do município, estudos junto a autores como Stuart Hall, Joel Candau e Alessia de Biase foram tecidos. A questão de identidade é entendida no seio da pós-modernidade e das características próprias da globalização. Neste sentido, procuro trabalhar com peculiaridades do termo “identificação”, processo defendido por Stuart Hall em *Identidade cultural na pós-modernidade* (2006) como pertinente ao mundo globalizado e intrínseco às relações sociais. Hall defende que a identidade não é nata do ser humano e nem está finalizada, mas que é construída a partir de vivências, referências e experiências durante a vida, por isso, constituída como um processo. Assim, a identidade que era sólida está se fragmentando, possibilitando diversas roupagens. Corroborando com esta discussão,

Joel Candau no livro *Memória e Identidade* (2011) propõe reflexões acerca do conceito de identidade e memória coletivas, considerando que a possibilidade de tê-las é verdadeira quando respondem ao individual, situação que não ocorre quando responde ao coletivo, pois para ele, isso se constitui de uma “retórica holista”, ou seja, a explicação de um todo apenas pelo conhecimento de uma parte, uma vez que o todo possui outros elementos também importantes para sua explicação. Mas defende que uma interpretação para o conceito de identidade coletiva está baseada em um processo, também contínuo, de interiorizações de representações sociais, seu reconhecimento diante delas (identificação) e externalização destas representações. Alessia de Biase em “Ficções arquitetônicas para a construção da identidade” (2001), por sua vez, traz à reflexão um caso particular de duas cidades colonizadas por italianos, localizadas no Rio Grande do Sul, relatando impressões e características pertinentes a uma discussão de patrimônio, turismo e identidade étnica, caras para se pensar a questão no município em questão.

Para o desenvolvimento do capítulo, a observação da cidade atual através de fontes de divulgação (folders, eventos turísticos, paisagens) foi o enfoque principal para notar características presentes na cidade, que indicassem a formação de uma identidade, almejada através das ações desenvolvidas pelo poder executivo municipal, em aliança com o poder legislativo e estadual. As representações que essas imagens difundem corroboram com os estudos dos autores citados. Por consequência, esta observação possibilitou também a pontuação de identidades não tão valorizadas de todo o processo.

A partir destas imagens, o processo de turistificação empreendido pelas gestões municipais pôde ser trabalhado. John Urry em *O olhar do turista* (1996) foi fundamental para pensar as dinâmicas e ponderações desta prática, bem como, aliado ao artigo de Ana Rosas Mantecón (2009) o caráter de agente cultural do turista. Ao considerar este processo como parte de estratégias administrativas para o desenvolvimento econômico (GAGLIARDI, 2009), a construção de uma paisagem que se enquadre nessa identidade que se queira transmitir é ponto também da questão. Em cidades que buscam uma identificação étnica germânica como o caso estudado, esta característica está, como visto por Maria Bernadete Ramos Flores em *Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp* (1997), na limpeza das ruas, floreamento, medidas de higiene e organização, mas também no incentivo às construções consideradas “típicas” (neoenxaimel) e na preservação do patrimônio cultural.

Ao entrar no incentivo ao chamado “neoenxaimel”, o conceito de autenticidade (no qual Flores (1997) também tem voz ativa discutindo a cidade blumenauense) se insere tanto na temática do processo de turistificação quanto de patrimonialização e é discutido através de reflexões de José Reginaldo Gonçalves em “Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais” (1988), no qual o autor destaca a característica atual de possibilidade de reprodutibilidade técnica.

Com a intenção de pensar aproximações e distanciamentos entre turismo e patrimônio cultural, destaco, sobretudo, o estudo de Leila Bianchi Aguiar em artigo intitulado “O IPHAN e o desenvolvimento turístico nos conjuntos urbanos preservados” (2008) que orientou o entendimento acerca do desenvolvimento da ligação entre o patrimônio e o turismo no Brasil e no mundo; e o estudo de Flávia Roberta Costa em *Turismo e patrimônio cultural* (2009) que foi base para esta pesquisa, trazendo à discussão a questão do turismo cultural, com características e proposições para se pensar o termo – ainda em aberto. A dissertação *Políticas de preservação do patrimônio edificado catarinense: a gestão do patrimônio urbano em Joinville* de Fátima Regina Althoff (2008) e o Dossiê do Projeto dos Roteiros Nacionais de Imigração, por sua vez, assinalaram importantes questões na esfera estadual. Além deles, a explanação acerca da definição do termo “patrimônio cultural”, sua abrangência e implicações foi orientada por cartas patrimoniais, legislação federal, estadual e municipal e outros estudos relacionados, como o artigo de Antonio Arantes intitulado “Patrimônio cultural e cidade” (2009), “Entre memória e história: a problemática dos lugares” de Pierre Nora (1984) e *Alegorias urbanas: o passado como subterfúgio: tempo, espaço e visualidade na pós-modernidade* de Susana Gastal (2006).

As próximas páginas foram escritas tendo por base os conceitos e estudos acima tratados, mas levando em consideração também o que é defendido por Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses em “Os ‘usos culturais’ da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais” (1999), ao considerar que a cultura não é nata do ser humano, que para ser externada é necessário que os indivíduos se identifiquem com ela, que ela represente, através de valores, significados para os indivíduos. Neste sentido, ela, juntamente à identidade, patrimônio cultural e turismo cultural necessitam desta aceitação individual para se tornarem padrões e serem externadas. Esta ponderação está relacionada a todos os processos propostos para discussão nas próximas páginas deste trabalho, no qual a discussão acerca destas

temáticas será abarcada e uma parte da história do município de São Pedro de Alcântara pesquisada.

1. DIRIGIR O PRÓPRIO DESTINO: EMANCIPAÇÃO E IDENTIDADES NA EMERGÊNCIA DE UM NOVO MUNICÍPIO [1990 - 1996]

A emancipação da cidade de São Pedro de Alcântara foi produto de um processo iniciado no ano de 1990, a partir da formação de uma Comissão Emancipacionista. A emancipação já havia sido considerada em 1962, juntamente com a de outras cidades próximas, como Angelina, Águas Mornas, Rancho Queimado, Antônio Carlos, Alfredo Wagner. Na década de 1960, a decisão quanto à emancipação cabia à Câmara de Vereadores, dando a ela soberania na decisão. O processo não teria seguido adiante pela contrariedade de vereadores de São José,¹¹ município do qual São Pedro de Alcântara era Distrito. Na década de 1990, o processo de emancipação desenvolveu-se passando por embate jurídico entre a Comissão Emancipacionista, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) e a Prefeitura de São José, e findou com a lei de criação do município, em 1994. No decorrer de seu processo são vistas, entre outras características, alianças políticas com interesses em comum, manifestações populares e intensa campanha pró-emancipação. Além destas, as expectativas de melhoria em qualidade de vida e desenvolvimento econômico para a localidade, baseados, sobretudo, na estabilização do município para o primeiro ponto, e em aspectos histórico-culturais para o segundo.

O presente capítulo busca indicar o ordenamento jurídico no qual se deu o processo de emancipação, bem como os principais aspectos da campanha e os primeiros momentos do município emancipado.

1.1 CRIAÇÃO DE UM MUNICÍPIO: ALGUNS ASPECTOS GERAIS

No decorrer da história do Brasil, o processo de formação de municípios tem sido agente influenciador da configuração político-administrativa do país. Ana Maria Brasileiro (1973) assinala que, diferentemente de outros países que têm diversas formas de poderes locais (condado, cidade, distrito escolar e distritos especiais), o município é considerado a primeira e única unidade de governo local no Brasil, englobando, por isso, em seu território, áreas urbanas e rurais.

¹¹ Conforme relatado pelo vice-presidente da Comissão Emancipacionista de São Pedro de Alcântara, Salézio Zimmermann, em entrevista concedida à pesquisadora em 09 de junho de 2012.

A arquiteta Maria Conceição B. Scussel, em artigo intitulado “A criação de municípios e seu impacto na qualificação do espaço urbano” (1998, p.111) considera que, “aparentemente, uma questão político-administrativa apenas, a criação de um novo município acarreta não somente uma transformação em nível da gestão local, mas uma série de implicações de caráter político, econômico, sociocultural.” De forma semelhante, Rosana Maria Badalotti, em sua dissertação de mestrado intitulada *A invenção do município: o jogo das identidades locais e regionais* (1996), salienta que além de aspectos da esfera legal, o município tem sido (re) inventado desde o período em que o Brasil foi Colônia, pois em seu processo de formação estão implicados diversos interesses que se perpetuam até hoje em dia. Segundo a autora, essas unidades foram criadas e geridas sob a intenção governamental de ordenar e conquistar o território, através de projetos administrativos e jurídicos e a partir de contextos econômico-políticos e sócio-culturais de diferentes momentos históricos.

Na conjuntura desta busca por uma “unidade territorial” através do processo de desmembramento - da definição de recortes territoriais que configurarão os municípios - esta unidade (o município) está relacionada a interesses políticos e econômicos, que, como destaca Badalotti (1996) especialmente em relação ao período republicano, são possibilitados através de alianças entre poderes locais, estaduais e federais. Aliada a isso, a própria gestão local permite estreitamento de ligações e a possibilidade de maior desenvolvimento para a localidade, repercutindo também no montante federal de recursos, através do recolhimento de tributos. Administrativamente, instituir um município significa também retirar a responsabilidade da instância de governo superior (federal ou estadual) de gerir diretamente determinada localidade. Para Badalotti (1996), a emancipação dos municípios também constitui uma estratégia legitimadora de identidades locais e regionais, que são utilizadas como força motriz do processo como um todo. Estas características identitárias serão discutidas mais adiante.

No decorrer da história brasileira, nos diferentes momentos políticos (Colônia do Império Português, Estado-nação independente sob regime monárquico, regime republicano, com períodos ditatoriais e democráticos), várias determinações acerca desta unidade de governo (município) foram tecidas através da legislação, sobretudo quanto a questões de descentralização, autonomia e relações com outras esferas

superiores de poder¹². Desde a Constituição brasileira de 1988, a criação de um município, na prática, é resultado de um processo instituído por lei estadual, que responde a critérios e características pré-definidas, relacionando sistema social, administrativo e jurídico; desta forma, o processo tem base tanto em nível federal (Constituição), quanto estadual (Constituição e legislação relacionada). Consta no art. 18, parágrafo 4º da Constituição federal de 1988 que:

a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em Lei Complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

A geógrafa Fany Davidovich, em artigo intitulado “Poder Local e Município, algumas considerações” (1992, p. 27), destaca que essa Constituição tem respaldo no “ideário da descentralização, assumida como instrumento de democratização, e no da participação da população, admitida como um meio de realização da cidadania.” Na Constituição anterior, de 1967, a disposição referente a esta temática é a do artigo 14, na qual se determina que “Lei complementar estabelecerá os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos Municípios.”¹³ A lei responsável por estas medidas era a lei federal nº 01, de 09 de novembro de 1967, que determinava critérios, alguns semelhantes aos atuais da legislação estadual¹⁴, mas que constituía uma determinação de critérios em nível federal, assim na maior esfera do poder nacional.

Neste cenário, as maiores diferenças entre as duas Constituições se mostram relacionadas às funções federais e estaduais, e às características das medidas para que a criação de município fosse desenvolvida. Enquanto a de 1967 se caracteriza pela centralização das decisões na esfera federal, a de 1988 se caracteriza por sua isenção na análise e na tomada de decisões no processo de emancipação, e já institui diretamente, na determinação federal, a prática do plebiscito, valorizando a participação direta. As

¹² Brasileiro (1973); Mello (1965 e 1992); e Badalotti (1996) destacam características destes processos no decorrer dos momentos históricos.

¹³ Esta disposição não foi alterada na Emenda Constitucional de 1969. A modificação aconteceu apenas vinte anos mais tarde, na Constituição de 1988.

¹⁴ Diogo Lordello de Mello, em artigo intitulado “A multiplicação dos municípios no Brasil” (1992), destaca, como razões para diminuição de emancipações do período posterior à Constituição de 1967 até a de 1988, o estabelecimento, através da lei federal, de população mínima de 10 mil habitantes e arrecadação mínima no último exercício de 5 milésimos da receita estadual de impostos; além da determinação dos critérios por lei federal, que padronizava os requisitos para diferentes localidades, constituindo determinações, por vezes, fora da realidade da maioria dos municípios .

disposições da década de 1960, que se caracterizam pelo aval federal, são referentes ao momento político em questão, ditadura civil-militar, oposta a sua situação posterior, representada pela Constituição de 1988, período de redemocratização política. Estes diferentes períodos convivem com formas diferentes de escolha dos governantes, nas municipalidades, e de representação municipal, na Câmara. As eleições no primeiro momento eram indiretas, sobretudo através de indicação: o presidente indicava o governador, e este, por sua vez, indicava o prefeito. Esta medida foi determinada pelo Ato Institucional nº 3 em 1966. As eleições no segundo período tem por característica a eleição direta, garantidas pela redemocratização.

Considero que a nova reordenação política empreendida a partir de 1985 teve como representante a Constituição de 1988, ao determinar diretrizes condizentes com a estruturação federal em vigor. Segundo Badalotti (1996), a Constituição de 1988 é um marco na busca pela democratização: suas definições remodelaram os arranjos federativos, transferindo instâncias de responsabilidade, sobretudo do governo federal para os estados e municípios. Além disso, a autora considera que o governo federal se fortalece através de alianças políticas e econômicas entre as lideranças de outras instâncias. Davidovich (1992) destaca que, com a Constituição de 1988, a autonomia de decisão de estados e municípios, relacionada à capacidade de gestão de recursos e auto-sustentação, estaria assegurada. Desta forma, ela é vantajosa em dois sentidos para o governo federal: diminuição de responsabilidade e fortalecimento de alianças. Porém, para Scussel (1998, p.113), a descentralização propagada pela Constituição de 1988 implica outras questões internas, principalmente “o enfrentamento do repasse de atribuições da esfera mais ampla para os municípios *versus* a quantidade de recursos a eles transferidos.” A descentralização, portanto, depende de um balanceamento entre as atribuições repassadas e os recursos transferidos pelas esferas estadual e federal para que possa ser efetiva.

Desta forma, o artigo 18 da Constituição de 1988 é “mais sensível às peculiaridades locais” considerando tanto a organização do processo de criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios pela legislação estadual (tendo esta a possibilidade de ser mais adequada às características tanto estaduais, quanto do município ou da localidade em questão, do que a federal), quanto a possibilidade da demonstração da vontade da população, ao menos na proposta da consulta, através do plebiscito. Neste sentido, cabe ressaltar certa imprecisão naquele artigo, que considera a

realização da consulta plebiscitária com “as populações diretamente interessadas”. Estas populações, em interpretação livre, seriam tanto a população do município de origem quanto a que pretende se emancipar, pois as duas estariam interessadas neste processo; mas, na prática, o plebiscito era realizado apenas com o segundo grupo, situação modificada em 1994 através de emenda constitucional¹⁵. Ao mesmo tempo em que a flexibilidade da Constituição é elogiada e possibilita abarcar diversas especificidades regionais, Badalotti (1996), porém, destaca que os críticos da emancipação consideram esta disposição muito abrangente, sobretudo por não contemplar requisitos nacionais para a emancipação (o que era garantido, por exemplo, com a lei federal de 1967), dar poder à esfera estadual para legislar, isentando o poder federal de decidir jurídica e politicamente e, neste sentido, permitir o que seria para eles, “a criação deliberada de municípios.”

Paralelamente aos prós e contras, Badalotti (1996) salienta que as disposições constitucionais, de forma geral, têm possibilitado uma reordenação política no país, e a partir da Constituição de 1988, a criação de municípios se mostra diferenciada, justamente pela possibilidade trazida pela articulação das lideranças locais com outras instâncias governamentais, a partir das Comissões Emancipacionistas (instituições garantidas pela lei estadual responsável), que procuram definir espaços políticos locais e regionais através dos plebiscitos. Neste sentido,

As emancipações político-administrativas são exemplos de uma “nova ordem”, instituída pelo Estado e possibilitada, por um lado, pela lei – mais precisamente pelas constituições federal e estaduais – e por outro, pelas diversas relações políticas e econômicas estabelecidas a partir desta nova configuração. (BADALOTTI, 1996, p.39)

A autora considera que Santa Catarina também respondeu a uma nova reordenação política e econômica relacionada ao momento de redemocratização do país, no entanto, com implicações históricas e culturais (constituidoras das regionalidades) que contribuíram para a formação político-administrativa do Estado. Consta na Constituição Estadual promulgada em 1989, no art. 110 que “o Município é parte

¹⁵ Emenda Constitucional nº 15, promulgada em 12 de setembro de 1996, na qual é possível se ler no parágrafo 4º do artigo 18: “A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.” Neste sentido, o plebiscito passou a abarcar também e de forma direta a população do município de origem da localidade emancipanda.

integrante do Estado, com autonomia política, administrativa e financeira, nos termos da Constituição Federal e desta Constituição.” Ao tratar da criação, fusão e desmembramento destas unidades, no parágrafo 1º do mesmo artigo, há texto idêntico ao da Constituição federal de 1988¹⁶. Corroborando com estas medidas, a criação de municípios, para Badalotti, responde às situações políticas e econômicas nacionais e também a interesses regionais e locais. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 1995, pesquisados por Badalotti (1996), informam que nos treze anos compreendidos entre 1980 e 1993 houve um aumento de 25% no número de cidades no Brasil, passando de 3.974 para 4.974. Em Santa Catarina, entre 1988 e 1996 tem-se um total de 96 emancipações e, no período compreendido entre os anos de 1994 e 1996, as emancipações no Estado foram 33. Esses são números expressivos para o que a autora chama de “onda emancipatória”, que é defendida como resultado das medidas consequentes da redemocratização iniciada em 1985.

Neste contexto, em reportagem do jornal *Diário Catarinense* de 14 de agosto de 1991, tem-se a informação de que a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina aprovou as solicitações de emancipação de 12 distritos, cujos processos já estavam sendo encaminhados para vistoria legal, a fim de garantir a criação dos respectivos municípios. O processo de São Pedro de Alcântara, distrito do município de São José, também estava incluído nesta lista. Além destes, há indicação na reportagem de outros 34 distritos que pretendiam a emancipação. Já em março de 1995, o jornal *O Regional* divulgou que “mais 20 distritos conquistaram o direito de se emancipar. Assim, em outubro de 1996, serão 284 o número de municípios catarinenses que elegerão seus Prefeitos”, demonstrando, através da mídia, o movimento relacionado ao tema.

O processo de emancipação de São Pedro de Alcântara (iniciado em 1990 e finalizado em 1994), portanto, está inserido neste momento histórico brasileiro e catarinense, sob as determinações da Constituição federal de 1988 e da Constituição estadual de 1989, e no meio da “onda emancipatória” que, de acordo com os autores consultados, instalou-se no país. (BADALOTTI, 1996; MELLO, 1992)

¹⁶ O texto acerca desta disposição foi modificado pela Emenda Constitucional nº 038 de 20 de dezembro de 2004, na qual consta: “A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei. (NR)”.

1.2 ENTRE EMBATE JURÍDICO E MANIFESTAÇÃO POPULAR: A EMANCIPAÇÃO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Visto o dispositivo da Constituição federal e estadual que tratam do tema da emancipação, seu desenvolvimento só é garantido com a lavratura de lei estadual composta por determinações e critérios para o processo. Entre 1988 e 1996, o estado de Santa Catarina obteve três leis estaduais que dispunham sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios: a lei nº 01, de 1989; a lei nº 29, de 1990 e a lei nº 135, de 1995, que tiveram cinco alterações parciais entre 1990 e 1995.¹⁷

Neste sentido, inicio a explanação tendo por base a lei estadual complementar nº 01, de 06 de janeiro de 1989¹⁸, a lei na qual foram baseados os trâmites para o início do processo de emancipação do município de São Pedro de Alcântara. Ela faz disposições acerca da “criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios”, através de 42 artigos, estabelecendo critérios para o início do processo, ao levar em conta características econômicas e a situação das localidades requerentes. Além disso, ela busca clarear aspectos sobre os trâmites documentais necessários, direcionando as respectivas instituições responsáveis por determinadas fases que levam o município a ser ou não emancipado (Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC – e Comissões internas; Tribunal Regional Eleitoral – TRE; Comissão Emancipacionista; Governo do Estado; etc.). Já em junho de 1990 foi sancionada, no dia 21, a lei estadual complementar nº 29¹⁹, que revogou esta anterior e trouxe modificações nas disposições da mesma pauta, agora em 35 artigos.

Na nova lei, são vistas diferenças, mas também algumas similaridades nas disposições que determinam os critérios para a emancipação. Mais diferenciadamente, há definições e especificações mais claras e diretas a respeito do processo, por exemplo, as diferentes definições para se considerar uma criação, uma incorporação, uma fusão ou um desmembramento de município, no artigo 1º.

¹⁷ Entre 1990 e 1995, a lei dispôs de 05 alterações parciais, através das leis complementares nº 33, de 1990, nº 37, de 1991 (modificada pela nº 114 de 1994), nº 42 de 1991, nº 87 de 1993 e nº 92 de 1993, até ser revogada, em 1995, pela lei nº 135, que também foi alterada parcialmente pelas leis complementares nº 207 de 2001, nº 235 de 2002 e nº 250 de 2003.

¹⁸ Lei promulgada pelo então presidente da Assembleia Legislativa, deputado Juarez Furtado.

¹⁹ Lei sancionada pelo então governador do Estado de Santa Catarina, Casildo Maldaner.

§ 1º Criação de Municípios é a emancipação de parte ou partes da área de território municipal, com sua elevação à categoria de pessoa jurídica de direito público interno, através da outorga de autonomia por lei estadual.

§ 2º Incorporação é a reunião de um Município a outro, perdendo um deles a personalidade, que se integra no território incorporado.

§ 3º Entende-se por fusão a reunião de dois ou mais Municípios, que perdem, todos eles, a sua primitiva personalidade, surgindo um novo Município.

§ 4º Entende-se por desmembramento a separação de parte de um Município, para anexar-se a outro ou constituir um Município.

Embora o parágrafo 1º e o parágrafo 4º estejam interligados constituindo difícil diferenciação, o Distrito de São Pedro de Alcântara se encaixou na definição que consta no parágrafo 1º e o processo para emancipação se caracterizou como uma “criação de município”, tendo por base a legislação estadual de criação que finalizou este processo em 1994. O processo de emancipação de São Pedro de Alcântara teve a particularidade de acontecer baseado nas duas leis principais: nº01 de 1989 e nº29 de 1990²⁰, pois embora muitas medidas tenham já sido providenciadas com base na lei de 1989, também houve medidas condizentes com a posterior, de 1990²¹, que revogou aquela. Neste sentido, a partir da documentação consultada, notou-se que a adequação da lei em vigor se destacou como um fator de imprecisão para a análise do processo. Esta instabilidade foi motivação, inclusive, para argumentação contrária à emancipação do distrito, que culminou na paralisação da tramitação no processo na Assembleia entre os anos de 1991 e 1994, como será visto adiante.

A Comissão Emancipacionista de São Pedro de Alcântara foi formada em 1990 e, com base na legislação estadual pertinente (neste aspecto sendo muito próximas tanto a lei de 1989 quanto a de 1990), deveria ser constituída por presidente e vice-presidente, primeiro e segundo secretário, primeiro e segundo tesoureiro, três conselheiros fiscais e três suplentes de conselheiros fiscais²². A Comissão ficou assim composta: Presidente, Ernei José Stahelin; vice-presidente, Salézio Zimmermann; 1º Secretário, Carlinho Schmitt; 2º Secretário, Flávio Valmir Clasen; 1º Tesoureiro, Dionísio Pauli; 2º Tesoureiro, Longino Clasen; Conselho Fiscal: Laerte Libório Campos, Vitor Pering,

²⁰ No decorrer da documentação, há referência a critérios previstos na lei complementar nº 37 de 1991, no entanto, ao analisá-la, consta em seu artigo 4º “Ficam excluídos da abrangência desta Lei os distritos cujas consultas plebiscitárias foram aprovadas até a data de 15 de dezembro de 1990.” São Pedro de Alcântara teve aprovação para o plebiscito garantido por projeto de resolução nº20/90 no mês de junho de 1990, constituindo grupo excluído da abrangência daquela lei.

²¹ Há na documentação emitida pela ALESC referência à lei de 1989 relacionada à determinação do plebiscito junto à população do Distrito de São Pedro de Alcântara, que é corrigida em documentação posterior, para adequar à lei de 1990.

²² Na lei nº01 de 1989 não havia a exigência da composição da Comissão por conselheiros fiscais e suplentes.

José Eugenio Schmitt; Suplentes do Conselho Fiscal: Vilson Freiburger, Vendelino Miguel Pauli, Belondino Crisóstemo da Silva²³. Esta era a Comissão legal e credenciada, porém, a campanha contou com mais pessoas, dentre elas: Padre Humberto Waterkemper, Ademir Deschamps, José Eugênio Pereira, Renzo Estevo Lohn, por exemplo. Os três últimos foram atuantes politicamente também após a emancipação do município e tem indicação na documentação pesquisada no arquivo pessoal do presidente da Comissão, Ernei José Stahelin. Através de entrevista realizada com o vice-presidente da Comissão Emancipacionista, Salézio Zimmermann, em 09 de junho de 2012, obtive o depoimento de que:

[na Comissão Emancipacionista] estavam todos os partidos representados, tinham os padres, tinha diretoria de escolas, professores, empresários, pessoas da sociedade. Foi uma participação, assim, da sociedade no geral. Então foi (...) bem organizada, bem difundida. (...) com toda a comunidade presente e participante.

(Excerto da entrevista com o vice-presidente da Comissão Emancipacionista Salézio Zimmermann em 09 de junho de 2012)

Cabe ressaltar que Salézio Zimmermann foi, além de vice-presidente da Comissão Emancipacionista, eleito prefeito por dois mandatos em São Pedro de Alcântara (1997-2000; 2001-2002²⁴) e vereador em São José no período de 1992-1996. Ernei Stahelin, por sua vez, é atual prefeito reeleito do município e foi, além de presidente da Comissão, também vereador por São José no período de 1992-1996 e suplente de vereador entre 1988-1992. Ambos estiveram ativos na campanha pró-emancipação, tanto dentro da Comissão como junto à Prefeitura de São José, justificando as referências diretas aos dois, através da pesquisa às fontes.²⁵ As fontes produzidas por ambos, neste sentido, abarcam memórias de um mesmo processo, possibilitando julgamentos de valor na reformulação do passado (Stahelin que selecionou documentos em detrimento de outros para guardar, e Zimmermann que ao participar da entrevista

²³ Destes, foram eleitos vereadores suplentes no município de São José no ano de 1988 para o período até 1992: Ernei José Stahelin (PMDB), Vendelino Miguel Pauli (PDS) e Vilson Freiburger (PDS). Em 1992 foram eleitos vereadores em São José para o período até 1996: Ernei Jose Stahelin (PMDB) e Salézio Zimmermann (PDS).

²⁴ Em 2002, Salézio Zimmermann se afastou da prefeitura do município para concorrer à eleição para deputado estadual. No período de 2002 até 2004, portanto, o prefeito municipal foi seu vice, Dionisio Pauli.

²⁵ Ao referenciar os dois personagens busco complementar as informações trazidas e evitar partidarismos, pois embora tenham estado juntos na campanha em prol da emancipação, ambos foram candidatos oponentes na disputa eleitoral municipal. Neste sentido, não tenho a intenção de privilegiar a fala de um diante do outro.

externou representações que foram internalizadas por ele, a partir de sua localização no processo).

Segundo Salézio Zimmermann, o primeiro requisito necessário para fazer parte da Comissão era: querer fazer parte com o objetivo de defender os interesses de São Pedro de Alcântara no processo. Quanto à “candidatura para a Comissão”, ele relata que foi feita uma reunião²⁶ no Distrito de São Pedro de Alcântara com lideranças locais e a população, para definir a Comissão, e que foi a partir desta reunião que os nomes foram indicados para formação do grupo, e internamente, determinados os cargos. Todos os participantes eram eleitores e moradores do local que hoje constitui o município e foram devidamente identificados com nome e função dentro da Comissão em documentação direcionada à ALESC, assinada pelo presidente Ernei Stahelin - disposição presente tanto na lei nº 01 de 1989, quanto na nº 29, de 1990²⁷.

Neste sentido, embora a lei não tenha uma disposição específica que alerte diretamente sobre a necessidade da Comissão, já a considerava parte integrante do processo como um todo. No decorrer das disposições, fica claro que era a partir dela que o processo poderia ter prosseguimento, uma vez que ela se torna a instituição que responde pelos interesses da localidade, pelas ações e pela comunicação entre as esferas mais altas, responsáveis pelo andamento jurídico e prático do processo, e a localidade que se pretende emancipar. A Comissão, após ser apresentada, é credenciada pela Assembleia para iniciar os trabalhos, isto é, precisa de reconhecimento daquela instituição, e tem a função de fazer o pedido da emancipação, através da coleta de documentação que comprove a viabilidade da emancipação da localidade.

Esta documentação comprobatória também é indicada por ambas as leis, no artigo 2º. As diferenças nos textos das duas são bastante sutis, mas os requisitos que pedem prova dizem respeito principalmente ao número de habitantes, número de eleitores, constituição do centro urbano, condições para seu desenvolvimento se tornado município, ter a localidade se constituído como distrito num período superior a 05 anos, ter condições para instalação da Prefeitura e Câmara, entre outros. Além disso, há disposições que dão critérios para a não criação²⁸, também em ambas as leis,

²⁶ Em ata encaminhada para a ALESC tem-se a informação de que a reunião aconteceu no dia 06 de junho de 1990, data anterior à sanção da lei nº 29.

²⁷ No artigo 6º de ambas, constava: “deverá ser informada ao Poder Legislativo Estadual a nominata dos membros da Comissão Emancipacionista, com a respectiva identificação pessoal.”

²⁸ Um dos critérios para não criação, visto na lei nº 29 de 1990, com respaldo na Constituição, diz respeito à “quebra de continuidade e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano”, seguida de parágrafo complementar que a explica. “§ 2º Entende-se por preservação da continuidade e da unidade

diferenciando mais ou menos medidas entre elas. Sabendo disto, a legislação estadual previa critérios²⁹, não permitindo a criação de municípios sem esses requisitos, havendo a necessidade, portanto, de adequações legais.

Para a abertura do processo, a Comissão encaminhou requerimento ao Presidente da Assembleia Legislativa, com indicação de no mínimo 100 (cem) eleitores residentes e domiciliados na área a ser emancipada, subscrito pelo Presidente da Comissão, com Certidão comprobatória da qualidade de eleitores dos nomes cedidos, expedida pela Justiça Eleitoral, e cópia da Ata da reunião na qual a comissão foi eleita, com as assinaturas de 143 participantes. Também foi enviado à Assembleia o Abaixo Assinado nº070/90 de autoria da Comissão Emancipacionista, com assinatura de 127 pessoas moradoras do distrito, bem como: a relação dos membros que compunham a Comissão, com cargo e identificação; documento de Declaração com a relação dos funcionários que trabalhavam para a prefeitura de São José, locados no distrito de São Pedro de Alcântara, e Censo populacional do IBGE.

Além de a Comissão estar de acordo com os aspectos legais necessários, a participação da população, lideranças e apoiadores à emancipação foi um dado importante neste processo³⁰. Salézio Zimmermann, em entrevista, confirma a existência de uma campanha interna e externa pró-emancipação, garantindo as participações da população e das lideranças locais, e acrescenta:

Iniciamos o procedimento com campanhas, fizemos divulgação na rádio, entrevistas, televisão. Participamos de diversos debates em rádio, jornais, enfim, foi feito um trabalho de divulgação, panfletos na comunidade...

histórico-cultural do meio ambiente urbano, nos termos desta Lei, a manutenção das instituições e valores espirituais, materiais, culturais e históricos transmitidos, coletivamente por uma sociedade e o conjunto de condições naturais e influências que atuam sobre os organismos vivos e seres humanos dentro do perímetro urbano de uma povoação.”

²⁹ Críticos, no entanto, consideram que os critérios previstos em lei estadual pós Constituição de 1988 não são muito exigentes facilitando, então, a criação de municípios. (BADALOTTI, 1996)

³⁰ O requerimento de emancipação contou com algumas cartas de apoio de pessoas e instituições locais, documentadas (questão também trazida à tona através da entrevista com o vice-presidente da Comissão): Carta de Apoio do Conselho Comunitário de Santa Tereza; do Santuário Bom Jesus da Santa Cruz em Santa Tereza; da Fábrica de Esquadrias Zimmermann & Cia Ltda. em Santa Tereza; de Flávio Valmir Clasen, Diretor da Escola Básica Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho; de Genésio José Clasen, escrivão do Cartório de São Pedro de Alcântara; de Ecilda Maria Kretzer, diretora da Escola de Educação Básica Gama Rosa; e de vereadores do município de São José. Cartas datadas de 18 de junho de 1990. Além dessas, apoio recebido pelo governador Wilson Pedro Kleinubing, através de documento endereçado ao presidente da Comissão, datado de 31 de março de 1991, destacando como motivo: “O distrito de São Pedro de Alcântara foi criado em 1844, e representa a primeira colonização alemã de Santa Catarina, preservando, até hoje, uma história e uma cultura germânica, diferente, portanto, de São José. São Pedro de Alcântara possui um grande potencial econômico no setor de hortifrutigranjeiros, a exemplo dos municípios vizinhos de Águas Mornas, Antônio Carlos e Angelina, além do potencial turístico inexplorado, formado pelas águas termais, cascatas, topografia e aspectos da colonização alemã”.

(Excerto da entrevista com o vice-presidente da Comissão Emancipacionista Salézio Zimmermann, em 09 de junho de 2012)

Através de consulta ao acervo pessoal do presidente da Comissão Emancipacionista, Ernei José Stahelin, foi possível constatar um cronograma feito por ele das reuniões da Comissão em determinadas localidades do Distrito, preenchendo todo o mês de janeiro e início de fevereiro do ano de 1991, além de indicações de contatos com jornais estaduais, em busca, possivelmente, das divulgações indicadas por Zimmermann. Ambas as fontes demonstram que a campanha, através das divulgações, foi realizada com o objetivo de mostrar para a população quais eram as vantagens e desvantagens da emancipação. Neste sentido, cabe ressaltar que imediatamente após as determinações comprobatórias, com encaminhamento de documentação prevista em lei, a próxima etapa foi constituída pela determinação da consulta plebiscitária, medida garantida pela Constituição de 1988 e pelas leis estaduais, nº 01 de 1989 e a nº 29 de 1990. Sabendo disso, a campanha pró-emancipação também englobou este ponto do processo.

O plebiscito teve por objetivo avaliar a vontade e a demanda da localidade referente ao processo ao qual se estava dando prosseguimento. Salézio Zimmermann o salientou na entrevista, ao considerar que a campanha de emancipação e a Comissão, sozinhas, de nada garantiriam a efetiva emancipação, mas que elas foram responsáveis pelas informações trocadas com a população; e esta, sim, decidiria o rumo do processo através do voto no plebiscito. Acerca desta etapa, também em pesquisa no acervo pessoal de Ernei José Stahelin, pude encontrar um adesivo alusivo à campanha, no qual estava escrito: “São Pedro de Alcântara Município Já! Diga sim, dia 31 de março” para o voto positivo para a emancipação, além de Cartas³¹ destinadas à população, com informações sobre vantagens e possibilidades de atuação para o local, se constituído município, em contrapartida com a situação em que se encontrava sendo distrito, e, conseqüente, campanha direta para apoio ao processo, através de pedidos para voto “Sim” no dia do plebiscito.

A consulta plebiscitária para São Pedro de Alcântara foi proposta através do Projeto de Resolução nº20/90, medida referente ao Artigo 11 da lei de 1989,

³¹ Duas cartas foram encontradas no arquivo, uma intitulada “Porque queremos São Pedro de Alcântara Município”, com diversos motivos para a emancipação, e outra, mais direta e pessoal, iniciada com “Senhores Conterrâneos de São Pedro de Alcântara”.

culminando na Resolução nº37/90³², de julho de 1990, que a determinou. Essa resolução definia, além da realização da consulta, o espaço territorial englobado pelo plebiscito. De acordo com o artigo 11 da Lei nº 21 de 29 de junho de 1990, e o artigo 12 da lei nº01 de 06 de janeiro de 1989, o plebiscito seria realizado após regulamentação do Tribunal Regional Eleitoral e, neste sentido, foi emitida, por este Tribunal, a Resolução nº 6.658, com 46 artigos que dispuseram acerca de instruções, destacando funções e critérios para sua realização em Santa Catarina. A data instituída para o plebiscito em São Pedro de Alcântara (bem como para as demais localidades que tinham iniciado o processo no período) foi 31 de março de 1991, determinada também pelo TRE de Santa Catarina, através do Ofício 093/91 de 30 de janeiro de 1991.

O processo de emancipação teve neste período o primeiro revés, pois antes da realização da consulta, o então prefeito de São José, Diocesles Vieira, solicitou, no dia 13 de março, liminar para um Mandado de Segurança (nº 2.829) contra a ALESC. Este mandado teve como justificativa principal a existência de irregularidades na análise, feita pela Assembleia, das documentações comprobatórias enviadas pela Comissão. As irregularidades diziam respeito, sobretudo, à imprecisão da lei em vigor para este processo, pois medidas exigidas pela lei de 1990 não haviam sido executadas, em face às exigidas pela lei de 1989.³³ O Mandado considerava nula, portanto, a tramitação até então, pela existência de vícios jurídicos, ou seja, falhas na análise legal dos documentos.

Cabe ressaltar que, além das características legais, outras questões foram citadas: problemas na divisão da área territorial do distrito, a qual englobava, além da área pertencente ao distrito de São Pedro, municípios limítrofes; as perdas territoriais significativas que a emancipação acarretaria a São José, pois o distrito de São Pedro constituía mais da metade do território daquele município; e, por fim, a consideração de que São Pedro de Alcântara não teria condições de prosperar e se desenvolver como um município³⁴. A aceitação desta documentação pela Assembleia culminara na marcação

³² A Resolução nº 37/90 foi determinada em 02 de julho de 1990, ainda pautada na lei de 1989. No entanto, pouco mais de um mês depois, em 08 de agosto, ela foi alterada, de acordo com a Resolução nº50/90, para estar em conformidade com a lei em vigor, de 1990.

³³ Cabe ressaltar aqui que a lei nº29 de 1990 foi elaborada em 21 de junho e publicada no Diário Oficial em 25 de junho. A documentação juntada pela Comissão Emancipacionista foi organizada em 10 de junho (vide documento que lista as provas enviadas à ALESC) e com data de entrada para tramitação na ALESC em 21 de junho. Datas anteriores à validade da lei nº 29 de 1990. O desenvolver do processo, no entanto, se deu a partir daí, inclusa na validade da referida lei.

³⁴ Esta referência é também feita em novembro de 1991, em reportagem do Jornal *Diário Catarinense*, na qual o Secretário de Administração de São José, Jaime de Souza, relata que São Pedro

da data do plebiscito e, de acordo com representante jurídico da Prefeitura, o plebiscito favorável já seria praticamente a emancipação, pois após ele, a lei exigia apenas determinações formais. Neste sentido, a ação no formato jurídico de Mandado de Segurança pela Prefeitura de São José se justificava pela necessidade de rapidez na anulação do pedido, visto o correr positivo do processo e a emergente situação de perda para aquela municipalidade.

O pedido de liminar, no entanto, foi negado e o plebiscito para emancipar São Pedro de Alcântara aconteceu no dia 31 de março de 1991, como previsto. Em documento referente aos dados estatísticos dos distritos nos quais aconteceriam os plebiscitos (outros 34 distritos do estado), emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral, São Pedro de Alcântara aparecia com um total de 2.501 eleitores, sendo o número de votantes, 1.996, constituindo uma média de 80% da população. Destes, 1.830 votos foram a favor da emancipação, enquanto apenas 129 foram contra. Os demais somaram 19 votos brancos, 18 nulos e um nível de abstenção de 20.19%. Desta forma, houve expressiva manifestação a favor da emancipação da localidade, totalizando em média 92% da população votante.

Em julho daquele ano, foi emitido pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça da ALESC para a procuradoria da Assembleia um ofício solicitando projeto de lei para criação do município, haja vista a regularidade do processo até então. A procuradoria tem a função, grosso modo, de fiscalizar os processos que transitam pela Assembleia, neste sentido, adequando medidas, salientando possíveis lacunas e possibilitando o desenvolvimento dos processos dentro dos requisitos previstos em lei. Foi a partir desta análise, no entanto, que cinco imprecisões foram destacadas em documentação de parecer, datada de 24 de julho daquele ano. Três eram relacionadas a questões de formalização quanto à falta de documentações de comunicação (também relacionadas à lei nº29/90), e duas eram materiais e técnicas, que transcrevo aqui integralmente:

[falta de] IV - relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a vistoria realizada na sede da unidade emancipada (Art.17, LC - nº 29/90), conforme redação dada pelo artigo 7º da LC nº 37/91.

não participava nem de 1% dos recursos de São José, não tendo, de acordo com ele, mínimas condições para conseguir autonomia. Para Ademir Deschamps (integrante da comissão emancipacionista), no entanto, São Pedro poderia ser independente, pois poderia arrecadar recursos suficientes para isso, igualmente ao que arrecadavam outros municípios do Estado (a referência de Ademir Deschamps, no jornal, era a um montante de Cr\$30 milhões).

V - parecer da Secretaria de Planejamento e Fazenda, acompanhado do Laudo Técnico, com a conclusão e descrição das divisas do município, conforme exigência do artigo 19, da Lei Complementar nº 29, de 21/06/90.

Ainda no parecer da análise, a procuradoria considerava estas medidas imprescindíveis para o decorrer do processo, uma vez que diziam respeito às condições reais do local para viabilizar a criação do município e davam a abrangência dos limites territoriais. Essas medidas seriam facilmente adequadas, sendo obtidas a partir da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa: a primeira, por sub-comissão formada e responsável por vistoria na localidade e a segunda, através de solicitação à Secretaria de Planejamento da Fazenda, que faria o laudo territorial. Ainda neste documento, a procuradoria salientava o segundo revés deste processo: o pedido de Medida Cautelar Inominada³⁵ (nº148/91), feito pela Prefeitura Municipal de São José³⁶ contra o Estado, no mês de maio daquele ano, a fim de suspender a prática de ações relacionadas à criação do Município, ou seja, a paralisação do processo de emancipação de São Pedro de Alcântara.

A liminar desta ação foi concedida pelo Dr. Volnei Ivo Carlin, juiz titular dos Feitos da Fazenda Pública e Acidentes do Trabalho, da Comarca da Capital em 15 de maio, constituindo uma sustação do processo pela Justiça Estadual, sob a justificativa de a tramitação e o encaminhamento de documentações necessárias não terem sido feitas corretamente de acordo com a lei. Neste sentido, São Pedro de Alcântara estava prestes a se emancipar, e de acordo com a justificativa, caso fosse dado prosseguimento ao processo com os considerados vícios judiciais (inadequações legais), acarretaria perda considerável para o município de São José. Este conjunto de motivos é semelhante ao que originou o Mandado de Segurança nº 2.829, anteriormente referido. No mês seguinte, São José entrou com a Ação Ordinária Anulatória de Ato Jurídico nº234/91 contra o Estado de Santa Catarina, por inobservância da lei nº29/90 neste processo. Quer dizer, a justificativa da Prefeitura era de que a ALESC avaliara os requisitos para emancipação baseada na lei nº 01 de 1989, dentro de período em que esta já havia sido

³⁵ A Medida Cautelar Inominada é característica de uma situação de emergência de um processo, ou seja, neste caso, se deve à urgência necessária à anulação do andamento do processo de emancipação de São Pedro de Alcântara, que estava praticamente finalizado, com o objetivo de garantir o direito de São José sobre aquele distrito, por considerar ilegais aspectos de sua tramitação. Esta medida é solicitada para garantir os direitos da parte requerente quando não se possui o tempo necessário ao transcurso habitual de uma ação.

³⁶ Esta foi a primeira vez (julho de 1991) em que esta ação da Prefeitura de São José aparece no decorrer das páginas das documentações presentes na ALESC presentes no projeto de lei nº93/94, referente ao processo de emancipação de São Pedro de Alcântara.

revogada pela lei nº 29 de 1990. A municipalidade, já em 11 de março daquele ano, havia enviado solicitação que buscava averiguar o andamento do processo, os cumprimentos das disposições presentes na lei em vigor (29/90), e assim, a legalidade dos trâmites; obtendo resposta negativa à presença de documentações nos autos do processo, que aqui constituíram as ressalvas da procuradoria, houve a justificativa para o Mandado de Segurança nº 2.829 e posteriormente para a Medida Cautelar Inominada nº 148/91.

Neste contexto, fica clara a existência de um embate entre a Prefeitura de São José e a Comissão Emancipacionista, que tomou forma jurídica com a inclusão da ALESC e do TRE, através de ações, medidas e mandados. Embate este que perdurou com ações e respostas até o final do ano de 1991, pois durante o período em que São José se movimentava em paralisar, sustar e anular³⁷ o processo de emancipação, a ALESC dava prosseguimento ao processo³⁸, como visto em documentação sobre os estudos de viabilização da emancipação (aqueles dois solicitados pela procuradoria em análise).³⁹ Apenas em outubro de 1991 foi relatada a ação movida pela Prefeitura de São José contra o Estado, em reunião da Comissão de Constituição e Justiça, e em novembro a procuradoria da Assembleia, em parecer, votou pela interrupção do processo de emancipação até que a decisão da ação jurídica fosse resolvida.

A Comissão Emancipacionista, por sua vez, não teve papel jurídico neste processo até entrar com agravo junto à Justiça Estadual, pedindo participação, uma vez que era instituição responsável pela comunicação junto à localidade emancipanda. Através desta ação, a Comissão contra-argumentou as disposições legais de anulação e paralisação propostas por São José, baseada na data da entrada do processo na Assembleia, e em documentação referente a esta situação, datada de 23 de dezembro de 1991, requereu a participação jurídica da Comissão no desenrolar destas ações, além da

³⁷ Documentação datada de junho de 1991, que move ação contra o Estado de Santa Catarina, devido à inobservância da lei nº 29/90; documentação datada de agosto de 1991, para determinar a sustação do processo; documentação de setembro de 1991, da Justiça Estadual, determinando a paralisação do processo até a ação contra o Estado ser resolvida.

³⁸ Aspectos interessantes a esse respeito poderiam ser considerados através de pesquisa às atas das sessões da ALESC, no entanto, não foi possível serem por mim realizadas, visto o prazo para a produção deste trabalho.

³⁹ Em junho de 1991, documentação interna da procuradoria da Assembleia ao presidente, solicitando parecer sobre a legalidade do processo; em agosto de 1991, uma sub-comissão da Comissão de Constituição e Justiça composta por Ivan Ranzolin (presidente da Comissão de Constituição e Justiça), João Matos e Celso Bonatelli deram parecer favorável após fazer a vistoria no distrito, atestando a viabilidade de desenvolvimento se tornado município. No mesmo mês, a SEPLAN (Secretaria de Planejamento e Fazenda do Estado) determinou o laudo territorial, indicando os limites territoriais e a abrangência da área englobada pelo candidato a município, totalizando 141, 43 km².

anulação da Ação Ordinária Anulatória de Ato Jurídico e da liminar cedida pela Justiça Estadual referente à Medida Cautelar Inominada (justificada pela falta de participação da Comissão e não regularidade das críticas),⁴⁰ ou seja, requeria o prosseguimento do processo jurídico que visava à emancipação.

De acordo com Salézio Zimmermann, no período de 1991 e 1994, em que o processo de emancipação se encontrou paralisado na Assembleia, houve intensa pressão junto à Prefeitura de São José, através de manifestações em favor da emancipação⁴¹. Ele destacou algumas das ações:

Nós fizemos uma série de passeatas em São José, nós fizemos um movimento muito forte na prefeitura, fizemos o enterro simbólico do prefeito e dos vereadores que eram contra, (...) uma coisa fantástica. Foram 20 ônibus, a comunidade foi em peso pra lá, eles queriam botar fogo na prefeitura, nós não deixamos! Tivemos uma dificuldade muito grande, porque o povo estava decidido: teria que ser emancipado e ninguém queria esperar mais. Então, depois de tanta pressão, de tanta reunião, de tanto movimento que era feito... debate na televisão, nós íamos pra televisão discutir com prefeito, com secretário, com vereador de São José e com representantes que eram contra. E a própria imprensa, ela usou muito isso até pra ter ibope, porque era um assunto interessante, a comunidade participava, queria saber. E, enfim, nós, diversas vezes, estivemos discutindo isso na televisão, debatendo sobre as necessidades, sobre interesses, sobre as vantagens de ser município e que não ia interferir em São José em nada, não ia atrapalhar em nada que ia ser muito bom pra São José que ia ser muito bom pra São Pedro, como foi.

(Excerto da entrevista com o vice-presidente da Comissão Emancipacionista Salézio Zimmermann em 09 de junho de 2012)

A manifestação referida pelo vice-presidente da Comissão teve como objetivo solicitar ao prefeito a retirada do processo que impedia a emancipação de São Pedro e

⁴⁰ Documentação com resposta para o pedido da Comissão e o andamento ou situação da ação contra o Estado não foi encontrada no período destinado à pesquisa deste trabalho, constituindo uma lacuna na pesquisa. Informação relacionada foi obtida na entrevista realizada com Salézio Zimmermann, na qual se soube de ações extrajudiciais empreendidas pela Comissão, indicando que o processo não teve andamento positivo ou negativo efetivo durante o período de 1991 e 1994.

⁴¹ Pesquisas no Arquivo Histórico de São José foram feitas, a fim de buscar informações relacionadas ao processo junto ao arquivo do município em questão. Foram encontrados ofícios que indicavam solicitações para instalação elétrica na localidade e solicitação de parquinho ao Jardim de Infância Santa Terezinha, localizado em São Pedro, com assinatura das crianças que lá estudavam e orçamento feito pela Ação Social Paroquial de São Pedro de Alcântara, em nome do presidente Padre Humberto Waterkemper (membro da comissão), datado de 26 de março de 1990. Além disso, um ofício referente a um convite datado de 03 de outubro de 1991, feito pela Comissão para a presença do então prefeito em uma reunião da Comissão Emancipacionista. Indicado à caneta, no dia 04 de outubro está escrito “Enviar ofício para a comissão de emancipação que enquanto estiver (sic) pessoas que não moram em São Pedro participando do processo, o prefeito não senta para conversar.” Este ofício de resposta não foi encontrado durante as pesquisas, e as indicações da abertura do processo indicam que os participantes da Comissão eram moradores do distrito.

ocorreu em 13 de novembro de 1991⁴², sendo divulgada no dia seguinte no *Diário Catarinense*:

Duzentos⁴³ moradores do Distrito de São Pedro de Alcântara fizeram uma manifestação em frente da Prefeitura de São José, ontem. O movimento, organizado pela comissão pró-emancipação do distrito, era um protesto contra o mandado de segurança que impede o andamento do pedido de emancipação na Assembleia, impetrado pelo prefeito Diocesles Vieira (PFL). (...) Caso o distrito consiga se separar, São José perderá 60% da área territorial. São Pedro tem 6 mil habitantes, com economia baseada na produção de hortifrutigranjeiros. (...)

É possível ver também, em documentos pessoais do presidente da Comissão, Ernei José Stahelin, programação para esta manifestação, com indicação de contato com empresas de ônibus, “enterro simbólico do prefeito” e concessão do título de “persona non grata”. Além disso, programação para reuniões da Comissão no ano de 1992 em diversas localidades do distrito, com o objetivo de sanar as questões abertas pelo prefeito de São José, Diocesles Vieira, relacionadas à sustação do processo, e, em certa medida, também garantir a permanência do apoio popular no processo que ainda se desenrolava. Neste contexto, ao mesmo tempo em que a emancipação se viu encurralada por questões puramente jurídicas, o caráter de campanha e a manifestação popular e social ainda estavam presentes. Ainda que o processo estivesse submetido a questões jurídico-burocráticas, a Comissão ainda saía em campanha e solicitava apoio de lideranças políticas da região⁴⁴.

O período de 1991 e 1992 foi marcado por esta indefinição sobre o resultado do processo. No ano de 1993, no entanto, a situação se modificou, pois iniciou novo mandato para as prefeituras, em âmbito nacional, e, também, para a de São José. Em reportagem ao jornal *Diário Catarinense* de 11 de outubro, então, é possível ler:

Prefeito Germano Vieira (PFL) deu sinal verde ao retirar contestação do município de São José contra a criação do novo município alcantarense (...)

⁴² Em documentação datada de 11 de novembro de 1991, a Comissão Emancipacionista representada pelo presidente Ernei Stahelin, informa o delegado do 1º Distrito Policial de São José e o tenente coronel Itamar Farias Duniz, comandante do 7º batalhão da Polícia militar sobre a manifestação pública que iria acontecer na frente da Prefeitura Municipal de São José, dois dias depois (13 de novembro), a fim de garantir o policiamento e a segurança da manifestação.

⁴³ Em reportagem do jornal *O Estado*, do mesmo dia, a indicação é de 1.500 pessoas presentes.

⁴⁴ Carta de apoio de Lauro Guesser, em 1992; Diretório Municipal do PDS em São José; Idoir Miguel Zatti, Prefeito Municipal de União do Oeste, em junho de 1991. Presidente da ALESC Gilson dos Santos, em abril de 1991. Solicitação de apoio foi enviada ao Consul Honorário de Santa Catarina, Sr. Hans Prayon, em outubro de 1991 e ao governador do estado de Santa Catarina Vilson Pedro Kleinubing, em março de 1991, assinada por Ernei José Stahelin em nome da Comissão Emancipacionista.

O advogado da prefeitura vai providenciar um acordo com o advogado dos emancipacionistas para retirar a ação ordinária de anulação do processo.

O acordo informado pelo jornal dizia respeito à cessão territorial de 20 a 30 km², para São José, da área que estava prevista para fazer parte de São Pedro de Alcântara. Este território englobava parte das regiões de Colônia Santana, Pagará e Mariquita, localidades hoje pertencentes ao município josefense. Neste sentido, a Justiça Estadual, representada pelo Dr. Volnei Ivo Carlin, extinguiu as ações abertas contra o processo e contra o Estado (Ação Ordinária Anulatória de Ato Jurídico nº234/91 e Medida Cautelar Inominada nº148/91) em 23 de fevereiro de 1994, após pedido em nome da Comissão, Prefeitura de São José e Estado de Santa Catarina feito àquela instituição em 25 de outubro de 1993, conforme documentação pesquisada.

Com a ação retirada, não havia mais impedimento para que a emancipação fosse efetivada. Neste sentido, com votação unânime na Assembleia Legislativa, em parecer emitido por ela e relatado pelo deputado João Matos em 22 de março de 1994 pode ser lido:

observa-se que ao longo das démarches do processo emancipacionista, a Comissão de São Pedro de Alcântara, na pessoa de seu Presidente, trouxe à colação todos os elementos prescritos em Lei, cujas peças instrutórias traduzem a realidade do Distrito. A par disso, o resultado do Plebiscito, sobejamente favorável à emancipação, revela o anseio há muito acalantado por sua laboriosa comunidade. Resta, pois, a esta Casa, consolidar o pleito, criando o novo Município. Para tanto, acostamos o competente Projeto de Lei na forma da Lei Complementar nº29/90, cuja aprovação impõe-se. É o parecer.

Portanto, apesar dos reveses durante o processo e das imprecisões legais nele apontadas, o município foi criado a partir do Projeto de Lei nº93/94, que resultou na lei de criação do município de São Pedro de Alcântara (nº 9.534), datada de 16 de abril de 1994, publicada no Diário Oficial do Estado em 20 de abril. Esta lei de criação foi modificada parcialmente, no que tange à área territorial e os municípios limítrofes, pela lei nº 9.943 de 20 de outubro de 1995. São Pedro de Alcântara ficou, portanto, com uma área de aproximadamente 140 km². Desde então, no dia 16 de abril é comemorado o Dia da Emancipação, com feriado na cidade e calendário de comemorações.

1.3 “PORQUE QUEREMOS SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA MUNICÍPIO”: MOTIVAÇÕES PARA A EMANCIPAÇÃO

São Pedro Município vai ter vida própria. Vai dirigir seus próprios destinos. Vai cuidar melhor da sua gente. Vai desenvolver uma classe política que defenderá os interesses locais. Vai ser administrado por alguém daqui, conhecido e amigo de todos. (...) Nós sabemos que quanto maior a cidade mais difícil de administrar e mais escassos os recursos. (...) Qualquer município pequeno possui os recursos, desenvolve os programas e presta os serviços [necessários para o desenvolvimento de um município como São Pedro].

(Excerto retirado da Carta “Porque queremos São Pedro de Alcântara Município”, de autoria de Ademir Deschamps, participante da Comissão Emancipacionista)

A criação de municípios tem implicações de variados níveis. As motivações para se iniciar o processo, por exemplo, são diversas, como visto a partir de leituras acerca de estudos sobre o tema. Algumas delas, no entanto, se mostram com mais clareza, constituindo ponto em comum, em argumentação para variados processos. Implicações econômicas e políticas mais amplas, relacionadas à municipalidade, centralização, descentralização e gestão local são inegáveis e, neste sentido, Scussel (1998) destaca duas motivações: a primeira é a possibilidade de alcançar a autonomia local através da descentralização, caracterizada pelos técnicos municipalistas, segundo Badalotti (1996), por reformas no âmbito central, que possam garantir autonomia aos governos locais para gerirem seus programas e não apenas uma transferência de recursos, do governo federal e estadual para os municípios; a segunda é uma exploração do distrito pela sede, ou seja, o recolhimento de tributos pela sede do município, sem o repasse de recursos para os distritos, gerando descontentamento e falta de assistência à localidade.

Relacionadas a estes dois pontos, Scussel (1998) destaca duas motivações que também se mostram implicadas: a necessidade dos equipamentos de consumo coletivo e as redes de infraestrutura urbana para as localidades. Diogo Lordello de Mello, em artigo intitulado “A multiplicação de municípios no Brasil” (1992), no entanto, traz à tona que a motivação do movimento de emancipação pode ser o oposto de uma das anteriormente ditas (ausência de repasse de recursos), isto é, ocorreria quando o distrito já possui vários recursos próprios e, por isso, se manter subordinado ao município-mãe não possui razão, possibilitando sofrer o processo de emancipação. Neste sentido, de acordo com Scussel (1998), a questão ideológica do municipalismo e autonomia do

poder local, quando associada ao emancipacionismo, assume um contorno particular, pois o objetivo não está em dar mais ou maiores poderes aos municípios já existentes, mas de proporcionar estes poderes a outras unidades criadas. Paralelamente, a autora também destaca uma motivação que está relacionada à eficiência da máquina administrativa, a qual é mais efetiva na medida em que se torna mais “enxuta”. Por outro lado, Mello (1992) também considera que a emancipação está relacionada ao aumento dos gastos públicos com a instalação de um novo município (novos órgãos do Executivo Municipal, novo Legislativo municipal etc.) e à maior divisão de recursos, que seriam revertidos para os municípios já existentes e para os emancipados.

Conforme informado por Salézio Zimmermann na entrevista concedida para essa pesquisa, antes da emancipação, São Pedro de Alcântara não tinha receita nenhuma, pois era considerada área rural de São José e, por isso, não havia recolhimento de IPTU. Esta questão dos recursos estava, por sua vez, também sendo abarcada pela campanha. Em texto⁴⁵ produzido pelo presidente da Comissão ao então prefeito de São José, Diocesles Vieira, Ernei Stahelin indica que “Em termos de receita, São José perderá muito pouco e São Pedro ganhará muito, pois mais ou menos 75% do ICMS que virá para São Pedro será tirado de todos os municípios de Santa Catarina.” O município teria receita provinda de três vertentes: estadual (ICMS), municipal (IPTU, IPVA, ITR, ISS e outros) e federal (FPM). O contato com o município-mãe também garantiria possibilidades de estabilidade ao novo município, através de partilhas de bens sustentadas por lei.

Em documentação presente no processo de emancipação do município, produzida pela Comissão Emancipacionista para o requerimento endereçado à ALESC em junho de 1990, destacam-se razões consideradas essenciais para a emancipação do distrito:

- [constituir local considerado como] Primeira Colônia Alemã do Estado de Santa Catarina;
- A distância da Sede do Município-Mãe, motivo provável pelo qual o Distrito tem permanecido esquecido pelas administrações Municipais de São José.
- Sentimos que o Distrito de São Pedro de Alcântara é assistido precariamente pelo Município-Mãe nas áreas: Da Saúde, Educação, Assistência Técnica ao Agricultor e precariedade nas estradas do mesmo.

⁴⁵ Não há indicação de data, no entanto por se tratar de documento referente ao prefeito de São José Diocesles Vieira (1988-1992), fazer referência ao processo de paralisação que consta na justiça (maio de 1991- março de 1994) e indicar que “o orçamento percapita de São José para 1991 é de cr\$ 25.000,00, enquanto Antônio Carlos por exemplo proporciona cr\$50.000,00 para cada um de seus habitantes.”, interpreto que o documento date do segundo semestre de 1991.

Uma vez Emancipado, com a administração Municipal junto à comunidade, temos a convicção que os problemas supracitados teriam soluções rápidas e adequadas.

É vista, sobremaneira, a necessidade de assistência à população do distrito, a qual não era considerada efetiva enquanto ele era ligado a São José, vide as razões acima citadas, a entrevista realizada com Salézio Zimmermann e reportagem do jornal *O Estado* de 04 de outubro de 1996, página 07, no seguinte trecho:

A necessidade de se ter a sede da prefeitura mais próxima dos colonos e de se conseguir melhores estradas de acesso foi o primeiro passo para São Pedro de Alcântara se desvincular de São José.

Esta situação de não assistência estava muito relacionada a questões básicas de investimento, pautadas em questões de saúde, educação, transporte coletivo, infraestrutura, estradas, enfim, características que possibilitariam boa qualidade de vida para aquela população. A situação em que a cidade vivia, considerada de “abandono” pela Comissão, gerava êxodo rural, fazendo os “colonos” saírem do interior do distrito e da cidade para o centro de São José ou Florianópolis, em busca de melhores condições e trabalho, vide jornal *O Estado*, de 06 de março de 1997. Em documento feito em 25 de junho de 1993, pelo então vereador de São José e presidente da Comissão Emancipacionista, Ernei José Stahelin, para leitura na Câmara de Vereadores de São José, sobre requisitos necessários para São Pedro de Alcântara, lê-se:

ao nosso ver ela [a emancipação] será muito boa para São Pedro, e assim também para São José, pois São Pedro contará com recursos próprios, terá uma administração próxima a comunidade, etc. E São José poderá concentrar maiores esforços na solução dos problemas principalmente da sua área urbana.

Trazer a prefeitura, então, para perto dessa população se justificava pela possibilidade de autonomia administrativa, na gestão dos recursos destinados à localidade, além de tentar fixar a população nas pequenas cidades (e, aqui, nas localidades mais afastadas pertencentes ao município), contendo o êxodo rural⁴⁶. Paralelamente, Badalotti (1996, p.42) destaca que, atualmente,

⁴⁶ Esta motivação presente no processo de São Pedro de Alcântara é considerada no estudo de Scussel (1998).

a formação histórica, política e econômica destes novos municípios traz uma relação muito significativa entre o urbano e o rural. (...) Com a criação dos municípios, estas comunidades passam a estabelecer relações mais próximas aos centros de decisão, no caso a Prefeitura e a Câmara dos Vereadores.

Neste sentido, as esferas federal e estadual (através das determinações para a emancipação já vistas) possibilitam condições para que os representantes locais possam atuar diretamente sobre as necessidades da população rural e, também, nas mais distantes da anterior sede do governo, garantindo certa autonomia. Conforme defendido por Daniel (1988) e citado em Scussel (1998, p. 114), a criação do município também envolve planos simbólicos que tem por fatores determinantes as noções de tradição e comunidade local. Este pontos constituem característica menos abrangente, considerando, assim, aspectos regionais nos processos de emancipação.

Neste sentido, uma das motivações expostas na documentação analisada trata do fato de a localidade ser caracterizada como a Primeira Colônia Alemã de Santa Catarina, o que a determina como uma “comunidade local”, com uma cultura diferenciada do município de São José. “Vê São José, o povo de São José. Na verdade, a única diferença que tinha era São Pedro de Alcântara que era uma colônia alemã, e foi a primeira”, disse Salézio Zimmermann na entrevista.

Para Ademir Deschamps (membro da Comissão Emancipacionista), em reportagem ao *Diário Catarinense* de 01 de abril de 1991 (um dia depois do plebiscito), as diferenças entre as duas localidades começavam pela colonização. “São Pedro tem uma cultura alemã muito forte, enquanto que em São José as raízes são açorianas”, diz ele na reportagem. Em 1992, Roberto Stahelin, morador da localidade e eleito vereador quando São Pedro de Alcântara se emancipou, destacou no jornal *Diário Catarinense* do dia 23 de abril:

“Vivemos uma realidade histórico-cultural diferente de São José”, enfatiza Roberto. Primeira cidade colonizada pelos alemães em Santa Catarina e segunda no Brasil, São Pedro de Alcântara desenvolve a agropecuária de corte, produção de leite, cachaça e farinha de mandioca e plantações de cana-de-açúcar. Suficientes, segundo Stahelin, para garantir a autonomia financeira do novo município.

Com base nessas citações referentes à campanha de emancipação, as lideranças locais buscavam afirmar uma identidade diferenciada para São Pedro em contrapartida a São José. A emancipação de São Pedro de Alcântara, neste sentido, é condizente com o que foi destacado por Badalotti (1996) acerca das diferenciações regionais, social,

política e economicamente, e deste processo como legitimador de identidades. Esta identidade diferente faria com que a emancipação fosse justificada, destacando características próprias do distrito que possibilitassem um reconhecimento interno acerca das necessidades e semelhanças da população de São Pedro de Alcântara. Pois, além de serem considerados parte alheia ao município, através das afirmações de que não eram assistidos pela prefeitura josefense, ainda destacavam atividades peculiares, e a questão cultural ganhava intenso enfoque. Juntamente a isso, enfatizava-se a colonização, apontada como inicialmente alemã em São Pedro e inicialmente açoriana em São José e, neste sentido, a cultura, além de distinguir o “povo alcantarense” através de identificações locais e diferentes práticas, também serviria de carro chefe para o desenvolvimento do distrito, se transformado em município. Quando perguntado, na entrevista, sobre a influência da condição de a localidade ser a Primeira Colônia Alemã de Santa Catarina para o início e o desenvolvimento do processo de emancipação, Salézio Zimmermann salientou que:

pra fazer São Pedro se fazer presente junto aos demais municípios, nós tínhamos uma grande proposta pra colocar, que fez valer a pena e fez a diferença. E digo que fez diferença, por ser a Primeira Colônia Alemã de Santa Catarina, aí a gente tinha um referencial pra se trabalhar. Primeiro: parceria com a Alemanha. Resgatar a cultura, tradição, folclore. Se desenvolver o turismo aqui [em São Pedro] baseado na questão religiosa, na questão cultural, na questão da gastronomia. (...) [São Pedro] é uma cidadezinha diferenciada, pitoresca (...) Com povo bom, povo simples. Então tinha tudo pra São Pedro se destacar sobre as demais do Estado e esse contexto de ser a primeira colônia alemã é uma coisa muito forte, que ia ajudar muito e está ajudando ainda hoje, está ajudando.

(Excerto da entrevista com o vice-presidente da Comissão Emancipacionista Salézio Zimmermann em 09 de junho de 2012)

O reconhecimento de pertencimento do vice-presidente à esfera de vida da cidade destaca a consideração de uma identidade local, com características locais que são diferentes da do município ao qual era ligado, permeada também pela característica germânica. Neste sentido, as representações sociais que seriam os fatores de identificação da população, estariam baseadas nas práticas locais, na paisagem, na condição de colônia alemã e no desenvolvimento desta característica para a economia. No documento citado anteriormente, de 1993, feito por Ernei Stahelin para leitura na Câmara Municipal de São José, o então vereador elencou disposições consideradas por ele necessárias para o Distrito de São Pedro de Alcântara, dentre elas: medidas de saúde (médico, dentista, ambulâncias, sistemas de assistência à comunidade rural); educação

(criação de escolas nas áreas mais afastadas); agricultura (apoio ao agricultor); infraestrutura; transporte coletivo (aumento de frota); apoio ao esporte amador; história, cultura e turismo. Estes três últimos pontos são transcritos aqui integralmente:

5- História e Cultura

- Contratar um historiador para realizar históricos sobre São Pedro de Alcântara e região⁴⁷.
- Incentivar a criação de um CTG - Centro de Tradição Germânica (grupo de dança, banda de música, etc.)
- Implantar museu ao ar livre.
- Incentivar a criação de convênios culturais, principalmente objetivando assinatura de convênio para a criação de cidade co-irmã.
- Incentivar a manutenção e ou desapropriar e manter casas antigas.

6- Turismo

- Incentivar o desenvolvimento do turismo, facilitando a instalação de hotéis fazenda e a exploração das fontes de água termal, na Alta Varginha.

Já notado na fala de Salézio Zimmermann e agora também no documento de Ernei Stahelin, o turismo aparece como importante ponto para o desenvolvimento do candidato a município, constituindo certa garantia e comprovação de que São Pedro de Alcântara, se fosse emancipado, teria meios de se sustentar e gerir, baseado em sua identidade (em características locais, próprias da cidade, que se bem geridas trariam lucros). Em Carta intitulada “Porque queremos São Pedro de Alcântara município”, divulgada à população alcantareense indicando necessidades da localidade que justificavam sua emancipação, destaco três disposições relacionadas a esta questão cultural e turística:

- 07 - Programa de incentivo à instalação de indústrias, comércio, hotéis, restaurantes e exploração de potenciais turísticos de forma a gerar empregos.
- 08 - Programa de embelezamento das áreas urbanas através da arborização das vias, construção de praças, pavimentação de ruas, incentivo para construção de muros, passeios e preservação do patrimônio histórico, marca da colonização alemã.
- 09 - Instituição de uma festa anual para divulgar o potencial econômico e cultural.

Como visto, o patrimônio cultural também é abarcado, salientando a necessidade de programas para preservação e revitalização dos mesmos. Esta situação é presente tanto com o objetivo de reconhecimento cultural local, quanto de investimento no potencial turístico. O turismo era associado a questões naturais presentes na localidade,

⁴⁷ Cabe ressaltar que em dezembro de 1994, já havia projeto para pesquisa histórica na região de São Pedro de Alcântara com a intenção de se escrever um livro sobre a História do município. O projeto é de autoria do pesquisador Toni Jochem.

sobretudo águas termais, mas também ao turismo cultural, baseado em atrativos religiosos e na cultura germânica.

O distrito buscava, através da emancipação, a autonomia local, que é, de acordo com Scussel (1998), a bandeira das municipalidades. Constituindo-se município, independente para garantir seus recursos e poder geri-los de acordo com interesses internos (por exemplo, assistência, desenvolvimento turístico, formação de identidade local), São Pedro de Alcântara poderia se considerar pertencente ao jogo de interesses políticos e econômicos junto às esferas de maior poder, pois teria maior representação para garantir a assistência às suas necessidades e seu desenvolvimento econômico, do que a que tinha anteriormente apenas com os vereadores de São José que representavam a localidade. Este desenvolvimento econômico, também constituidor da motivação para emancipação, está intrinsecamente ligado à representação da localidade como Primeira Colônia Alemã, abrangendo questões ligadas à identidade cultural e à prática do turismo no futuro município. Estas questões foram também bandeiras para a eleição municipal subsequente ao processo emancipacionista.

1.4 A PRIMEIRA ELEIÇÃO MUNICIPAL: CONSTITUIÇÃO, INTERESSES E DEMANDAS

Após a emancipação definida em 1994, a disputa eleitoral para a prefeitura de São Pedro de Alcântara aconteceu somente em 1996, pois era o ano em que aconteceria o pleito municipal em todo o país. No entanto, no ano de 1994, após a criação do município, buscou-se realizar as eleições para prefeito no pleito marcado para aquele ano, juntamente às eleições para presidente, governador, deputados e senador.

Neste sentido, em 05 de abril do ano de 1994, documentação foi enviada em nome da Comissão Emancipacionista para o presidente do TRE, com Exposição de Motivos para a realização da eleição⁴⁸. Dentre os motivos estão: o desejo da população em ter eleição própria o quanto antes (também fundamentado na considerável aprovação da emancipação no plebiscito de 1991); a importância destes dois anos já de administração para lavratura das leis municipais e organização da gestão; o abandono por São José em questões de infraestrutura e da inexistência de equipamentos de

⁴⁸ Apoio e divulgação também foram obtidos neste momento, quando em 09 de abril foi enviada documentação de autoria do PSDB de São José para o presidente do TRE, retratando a vontade daquele partido de que houvesse eleições no município de São Pedro de Alcântara naquele ano; e reportagem no jornal *O Estado* sobre o pedido feito pela Comissão para a eleição, também em 09 de abril.

assistência ao homem do campo, situação que poderia ser modificada já que a localidade havia conquistado a emancipação; e o recém-município ser a primeira colônia alemã de Santa Catarina, sendo assim, uma das cidades mais antiga do estado⁴⁹.

Esta solicitação, no entanto, foi negada em 14 de maio de 1994 pelo TRE, que a considerou inconstitucional, sendo, por isso, impossibilitada pela falta de amparo legal. Em 04 de julho, através do advogado da Comissão, novo pedido para realização das eleições em 1994 foi feito, mas igualmente indeferido em setembro daquele ano pelo TRE, novamente sob a mesma justificativa, e por haver sido negado também o mesmo tipo de pedido de outra localidade recém-emancipada. A determinação relacionada ao pleito estava de acordo com o inciso I do artigo 29 da Constituição de 1988, no qual consta a realização de “eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País”. Neste sentido, a realização das eleições em 1994 feriria esta determinação constitucional.

Com a negação do pleito em 1994, durante os dois anos entre a criação do município e as eleições (1996), o município continuou sob administração de São José, medida garantida por artigo nas leis estaduais em vigor tanto em 1994 (lei nº 29 de 1990) quanto em 1996 (lei nº 135 de 1995), nos quais pode ser lido: “Enquanto não for instalado o novo Município, a administração e a contabilidade de sua receita e despesa serão feitas em separado pelos órgãos competentes das Prefeituras dos Municípios que lhe deram origem.”

Neste sentido, Salézio Zimmermann, que foi vereador por São José no período de 1992 e 1996, relatou na entrevista que, no entremeio da emancipação e as eleições, a Comissão Emancipacionista começou a dar encaminhamento aos procedimentos necessários para a instalação do município. Ernei Stahelin, presidente da Comissão, também foi vereador em São José durante este período.

Aí começamos a trabalhar a questão da partilha, eu era vereador em São José e lá em São José nós já fazíamos todo esse procedimento, de ver o que pertence a São José, não só a questão territorial, a divisa dos municípios, mas também a questão dos bens que a lei eleitoral diz que São Pedro teria uma parte, um percentual dos bens de São José: financeiro, do caixa, do patrimônio, da dívida. (...) São Pedro ia herdar. Se tivesse dinheiro, herdava

⁴⁹ Lê-se na documentação relacionada à análise do pedido (Acórdão nº 13126 – processo nº1707 do TRE) datado de 14 de maio de 1994 que “Por depender de administração do município-mãe, é averbado que o novo município está praticamente abandonado (...). Derradeiramente, o patrimônio cultural e histórico vive à mercê de iniciativa isolada de historiadores”.

dinheiro. Se tivesse dívida, herdava dívida. Se tivesse máquina, caminhão, patrimônio, herdava um percentual que não sei dizer se era 20, 30. Agora não lembro mais, faz tempo [que isso aconteceu]. Pra tudo isso, a comissão que trabalhou. De forma que quando aconteceu a eleição pra prefeito aqui [em São Pedro de Alcântara], praticamente tudo isso já estava em lei em São José.

(Excerto da entrevista com o vice-presidente da Comissão Emancipacionista Salézio Zimmermann em 09 de junho de 2012)

Apesar de a Comissão Emancipacionista ter sido constituída por representantes de variados partidos em prol de um único objetivo, no ano de 1996, ano de pleito nacional para os municípios, a prefeitura de São Pedro de Alcântara contou com duas candidaturas, representando duas coligações opostas. Em reportagem de jornal estadual datada de junho de 1996, descrições acerca das candidaturas e eleições foram tecidas, como a possibilidade de chapa única, decorrente de candidaturas de nomes da Comissão Emancipacionista, na qual o candidato a prefeito seria o da legenda vencedora nas eleições estaduais de 1994, e o vice seria o do partido perdedor. No entanto, esta determinação não foi levada adiante, pela existência de diferentes interesses políticos dos variados partidos, e a edição do jornal destacava:

O mais novo município da Grande Florianópolis entra no período de convenções com o quadro eleitoral definido. Dois candidatos disputam a primeira vaga de prefeito e de ambos os lados os personagens são os mesmos que lutaram para que o distrito fosse emancipado de São José em abril de 1994. O presidente da comissão de emancipação, vereador Ernei José Stahelin, é o candidato a prefeito pelo PMDB. O vice na chapa é Jucélio Kremer, o "Palica", do PL. O adversário faz parte da coligação PFL, PPB, PSDB e que pode ter apoio ainda do PTB. O vice-presidente da comissão de emancipação, vereador Salézio Zimmermann, do PFL, é o candidato, com apoio incondicional do prefeito de São José, Gervásio José da Silva. O assessor técnico da Associação dos Municípios da região, também ligado ao processo de desmembramento, Ademir Deschamps, será o vice na chapa, pelo PPB.

(Jornal *AN Capital*, 02 de junho de 1996)

A coligação PMDB/PL, do candidato Ernei José Stahelin, teve o slogan “Pra Frente São Pedro”, enquanto a coligação PFL/PPB/PSDB/PTB/PSB concorreu com o slogan “São Pedro no Rumo Certo”. Esta última coligação foi a vencedora daquela eleição, elegendo o candidato Salézio Zimmermann como prefeito e Ademir Deschamps como vice. As propostas das duas coligações, por sua vez, eram semelhantes, vide reportagem do jornal *O Estado* de 04 de outubro de 1996, página 07:

As principais propostas dos dois candidatos são em relação ao turismo e agricultura. Essa atividade foi a base da economia na época da colonização, em 1829, e continua atualmente com a produção de batata, hortifrutigranjeiros, além da pecuária de corte, extração de madeira e produção de cachaça. No turismo, a região tem vocação para hotéis-fazenda e possui ainda fontes termais a serem exploradas.

Neste sentido, para o desenvolvimento do recém-município, além dos tributos recolhidos que constituiriam o grosso da receita municipal, a expectativa era de que, sendo município autônomo, São Pedro de Alcântara pudesse dispor de situação própria para o desenvolvimento da agricultura e do turismo; este último, sobretudo, relacionado às águas termais, turismo cultural com a colonização germânica e características religiosas, hotéis fazenda e turismo rural.

O jornal *AN Capital* de 10 de agosto de 1996 publicou reportagem sobre os planos de governo e as campanhas eleitorais dos candidatos a prefeito do município, e destacou insatisfações e pedidos feitos ao candidato Ernei José Stahelin, da coligação PMDB/PL, destacando três agrupamentos que apareciam com maior ênfase: “construção de estradas para escoamento da produção agrícola; melhoria das condições de estudo nas comunidades rurais; e a implantação de novos tipos de atendimento médico, com ampliação das especialidades e do número de postos de atendimento.” (p.04)

Estas reivindicações e a expectativa de melhora podem ser lidas através de entrevista a eleitores de São Pedro de Alcântara no jornal *O Estado* do dia 04 de outubro de 1996. O periódico destacou as eleições que aconteceram no dia anterior em São Pedro de Alcântara, trouxe características do novo município, mas também um excerto de reportagem que destacava peculiaridades daquela localidade.

Na maior concentração de eleitores de São Pedro de Alcântara (...) as pessoas que chegavam cumprimentavam-se em alemão. Os homens usam chapéus e os rostos, na maioria, tem traços europeus. Escolher bem os candidatos não foi difícil, afinal, todos se conhecem. “É vantagem, é melhor votar em quem a gente conhece”, acha Reginaldo Fuck, 20 anos. “A gente vota com bastante fé para que mude alguma coisa, principalmente os caminhos”, diz Valdemiro Pitz, 62 anos, agricultor. Seu Ebilásio Petri, 62 anos, também agricultor e proprietário de alambique, mora há 12 quilômetros do local de votar e veio de carona. “Não me importei com a chuva, a estrada é de lama, mas eu sempre votei com muito sentimento”. Ele só fala alemão em casa. “Quando comecei a ir na (sic) aula, não sabia nem dizer bom dia e boa tarde”, conta. Dona Leocádia Petri, 86 anos, da terceira geração dos colonos de 1829, prima da mãe de seu Ebilásio, também veio votar. “Nunca escutei ela falar português”, diz ele. “Toda vida eu vim votar, só na última eleição não pude sair de casa.” conta dona Leocádia, com a ajuda da interpretação de seu neto. Ela diz que

este ano fez questão de vir, porque “conhece as famílias e a gente tem que esperar se fica melhor.”

Uma difusão da identidade local é vista na relação com a etnia alemã, reiterada através dos sobrenomes dos entrevistados (Fuck, Pitz, Petri) e da questão da língua, e na indicação de proximidade através do fato de “conhecer as famílias” e “conhecer os candidatos”. Além disso, as reivindicações tratadas durante a campanha estão presentes nas falas dos entrevistados. Essas reivindicações fazem parte de questões básicas levadas em conta para a consolidação do município, relacionadas à infraestrutura, educação e saúde, e dizem respeito às necessidades vistas pela localidade, as quais fizeram parte das motivações e reivindicações para o início e seguimento da campanha de emancipação. Agora se veem renovadas na campanha política, uma vez que notoriamente apenas a emancipação não garantiria o alcance das necessidades, mas que uma administração municipal bem definida poderia se desenvolver com o objetivo de alcançar esse resultado.

Tanto Ernei José Stahelin como Salézio Zimmermann foram participantes ativos no processo de emancipação, juntamente a outras lideranças locais, políticas, comunitárias e religiosas. Ernei, através de documentação em acervo pessoal, demonstra que acredita nos benefícios e no aumento da qualidade de vida na região com a emancipação. Salézio, através da entrevista realizada, qualifica a emancipação como uma vitória, justificando “só quem morou aqui [em São Pedro de Alcântara] antes da emancipação e mora hoje, sabe a diferença que é, que existia na época, pra hoje.” Salézio Zimmermann foi o prefeito municipal durante os anos de 1997-2000 e 2001-2002⁵⁰, enquanto Ernei Stahelin desempenhou esse papel no período de 2005-2008 e 2009-2012. Neste sentido, ambos continuaram participando ativamente do processo de consolidação do município. As ações empreendidas pela Prefeitura buscaram abarcar as disposições necessárias para estabilização municipal, já bastante reiteradas neste capítulo, mas também a divulgação da cidade através do turismo e das características germânicas presentes no município – características que remetem à construção de uma identidade local. Aspectos, portanto, vinculados às ações municipais entre os anos de 1997 e 2012, relacionadas ao turismo e patrimônio cultural, e que serão discutidas no próximo capítulo.

⁵⁰ Salézio Zimmermann deixou a prefeitura em 2002 para se candidatar a deputado estadual, deixando o cargo para o vice-prefeito Dionisio Pauli (PP), que atuou até 2004.

2. RESGATAR A PRÓPRIA HISTÓRIA: GERMANIDADE, TURISMO E PRESERVAÇÃO [1997-2012]

2.1 A COLÔNIA ALEMÃ EM CONTRASTE COM O DISTRITO DE SÃO JOSÉ

No coração de São Pedro de Alcântara, o baile alemão no dia 29 é apenas uma prévia da 7ª Okobertanz. No dia seguinte, ao amanhecer, um tradicional desfile relembra histórias guardadas em álbuns de famílias, enquanto a bandinha emoldura de sons a praça enfeitada, grupos de danças germânicas encenam os movimentos de um povo e de um tempo que não devemos esquecer. Ao meio dia, o almoço típico regional reúne famílias e amigos que se confraternizam com brindes e vivas à Okobertanz. Bazar com livros que contam partes da heroica história dos imigrantes, bandas tradicionais, rainhas, princesas e toda a simpatia alcantareense entre sotaques e dialetos que emprestam um charme todo especial ao evento. Tudo isso, nos arredores da majestosa e centenária Igreja Matriz, marco de um povo e seu trabalho incansável.

(Folder de divulgação da 7ª *Okobertanz*, que aconteceu nos dias 29 e 30 de setembro de 2007)

Um final de semana, uma cidade em festa, população duplicada. Festa de Outubro, em estilo germânico. Faixas com as cores amarela, vermelha e preta fazendo a decoração do espaço e músicas de ritmo contagiante embalando casais com chapéu de cores preta, verde ou vermelha, coberto por broches e tiaras floridas; bermudas até o joelho com suspensório junto a longas meias brancas e saias coloridas, rodadas, junto a sapato bem lustrado e meiões também brancos. Um caneco de chope é visto em uma das mãos, e um olho atento ao chamado para a prova do machado ou do chope em metro. De repente, inicia o desfile, bandeiras do Brasil, de Santa Catarina, da Alemanha, da Associação *Deutsche Welt* e da cidade em questão; rainha e princesas aparecem para o público, o governador, acompanhado do prefeito municipal também marcam presença. Grupo folclórico da cidade cumprimenta o público embalado por bandinhas alemãs. Muitas flores são vistas nos carros, nas bicicletas e nas carroças, cujos condutores têm o mesmo fenótipo do homem e da mulher que esperam pela prova do machado; centopeias do chope, divulgação de “produtos coloniais” e de associações próprias da cidade, e indicação e divulgação através de comitativas dos municípios vizinhos: Águas Mornas, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, Antônio Carlos, São José, Florianópolis, etc.

Esta é uma descrição de uma festa com características notoriamente germânicas. Poderia se tratar de uma das variadas festas de outubro que acontecem no estado de

Santa Catarina, a de Blumenau, chamada *Oktoberfest*, não fosse a referência aos municípios que desfilam no último dia de festa. Trata-se, portanto, da *Oktoberanz*, que acontece em São Pedro de Alcântara, distante daquela em mais ou menos 200 km. A semelhança entre as duas não é coincidência. Duas cidades, cuja colonização remonta aos alemães provindos do “Velho Mundo” no início do século XIX, utilizam-se culturalmente da sua ascendência para divulgar a cidade, os costumes, a cultura germânica e movimentar sua economia.

No entanto, a *Oktoberanz* tem as suas peculiaridades e até busca certa distinção daquela conhecida do Vale do Itajaí, mesmo sendo uma festa de iniciativa do embaixador da *Oktoberfest*, Sr. Harold Heinrich Letzow, com apoio da Associação Cultural *Deutsche Welt*.¹ Para o embaixador,

a *Oktoberanz* é uma ideia emergente para a grande temporada das Festas Catarinenses de Outubro, para mostrar aos visitantes, que aqui se mantém a tradição dos colonizadores europeus que construíram esta fantástica região dos vales do sul do Brasil.²

Seu objetivo era ser uma festa itinerante entre os municípios com a influência alemã da região da Grande Florianópolis, a fim de se criar um roteiro de acordo com a história dessa colonização. Desta forma, a primeira *Oktoberanz* aconteceu no ano 2001 em Florianópolis, antiga Desterro, onde os primeiros imigrantes alemães aportaram no Estado. A segunda foi realizada em 2002, em São Pedro de Alcântara, primeira Colônia Alemã de Santa Catarina. A terceira aconteceu no município de Antônio Carlos³, em 2003. A quarta festa foi realizada em 2004, em São José. Após essas quatro edições, no entanto, viu-se quão trabalhoso para os coordenadores do projeto eram os constantes deslocamentos para a organização e realização desses eventos, e, por isso, em 2005, a Associação Cultural *Deutsche Welt* passou a realizar a *Oktoberanz* de forma fixa e anualmente no município de São Pedro de Alcântara. Neste sentido, em 2006, foi

1 A Associação Cultural *Deutsche Welt* foi fundada em 1999 e tem como objetivos principais o estudo e a divulgação da cultura alemã na região de Florianópolis, através do apoio, divulgação e promoção de eventos regionais com caráter germânico para perpetuação da cultura, bem como incentivo para manter uma representação alemã na região. Informações retiradas do site <<http://www.deutschewelt.com.br>> Acesso em 06 de abril de 2012.

2 Excerto retirado do site <<http://www.deutschewelt.com.br/oktoberanz.htm>>. Acesso em 06 de abril de 2012. Cabe ressaltar também que a *Oktoberanz* preza pela cultura musical germânica, característica que foi se perdendo nas irmãs de outubro, e segue os moldes da *Oktoberfest* da Alemanha, por acontecer no último final de semana do mês de setembro.

³ A chegada dos imigrantes alemães na localidade data do ano de 1830 (um ano depois da chegada em São Pedro de Alcântara).

sancionada a lei municipal nº 402, dispondo sobre a oficialização da festa como atividade cultural da cidade, como pode ser lido em seu artigo 1º:

fica oficializado como atividade cultural e social de resgate, preservação e fomento às tradições germânicas no Município de São Pedro de Alcântara (Primeira Colônia Alemã no Estado de Santa Catarina) o evento denominado OKTOBERTANZ.⁴

E em 2007, com a parceria entre a Associação e a Prefeitura de São Pedro, foi possibilitada a formação de um evento maior, com desfile nas ruas, jogos, gincanas, gastronomia típica regional, grupos folclóricos, bancas literárias e participação da maioria dos municípios da Grande Florianópolis, com o objetivo de divulgar seus eventos, sua cultura, artesanato e produção. Esta foi a sétima edição da festa e teve como resultado um sucesso de público e crítica, alcançando uma média de 15 mil pessoas nos dois dias em que aconteceu. Já consolidada, em 2008, a oitava edição contou com três dias de festa e vem acontecendo até os dias atuais.⁵

A partir destas informações, tem-se como dado que a festa foi uma iniciativa à parte da Prefeitura Municipal, mas que passou a contar com o apoio e divulgação da mesma. A prefeitura, através da Coordenadoria de Turismo, Indústria e Comércio faz a divulgação em jornais, revistas, televisão, meios eletrônicos, banners, entre outros. Além disso, folder informativo e convite são enviados a todas as prefeituras do estado, a fim de garantir sua efetiva presença na festa, através da participação de uma comitiva de cada cidade no desfile e na colocação de barracas, nas quais produtos “típicos” de cada região podem ser vendidos, com o intuito de divulgação⁶. A *Oktoberanz* se tornou a “festa de abertura das Festas de Outubro” catarinenses e um dos focos de turismo dentro da cidade de São Pedro de Alcântara, por atrair pessoas de diversos lugares a ponto de

4 Além deste artigo, outras disposições relacionadas à Lei n. 402 de 12 de setembro de 2006 podem ser destacadas. O artigo 3º no qual se estabelece que “o Poder Público Municipal deverá prever em seu orçamento recursos para apoiar a organização e realização do evento.” e no artigo 4º, em que “Todos os materiais publicitários e prospectos relacionados à divulgação dos principais eventos e acontecimentos no Município de São Pedro de Alcântara, editados, publicados ou patrocinados pelo Poder Público Municipal e seus órgãos delegados, deverão fazer referência à OKTOBERTANZ.”. Desta forma, a relação entre a Prefeitura Municipal, a imagem que a cidade transmite e a festa citada propõe-se bastante efetiva.

5 Informações obtidas através de conversas com Diego Fernando da Silva, organizador da *Oktoberanz* e da *Stammtisch* em São Pedro de Alcântara e retiradas do site <<http://spa1829.com.br/oktoberanz.htm>>, também de sua autoria e organização. Acesso em 06 de abril de 2012.

6 Embora haja também outros municípios que não partilhem da marca germânica do município em questão, este apelo às demais prefeituras pode ser interpretada através do “resgate da tradição” próprio do mundo globalizado, em que se buscam as “raízes”, a fim de haver uma diversidade em meio às generalizações, como discutido por Flores (1997).

dobrar a população do município, difundir práticas e a cultura local e, conseqüentemente, movimentar a economia.

Folders de divulgação da festa apresentam a “imagem típica” da identidade alemã. Como visto no folder da 7ª *Oktoberanz* destacado no início deste capítulo, as representações do sentimento germânico, da identificação cultural e da valorização da etnia estão latentes. Ao tratar da festa como uma manifestação cultural, remetendo à família⁷ e a um “passado feliz”, encontra-se um ponto de destaque para fazer dela um evento tradicional e bem querido na cidade. Além deste, outros folhetos de divulgação das *Oktoberanzen* têm por característica principal a imagem de homens e mulheres vestidos dentro dos moldes tidos como “clássicos” alemães (na cabeça, chapéu de cor preta ou verde com broches e tiara florida; camisa branca, calça preta, verde ou marrom abaixo do joelho com o suspensório e saias e vestidos abaixo do joelho com blusas de manga curta ou comprida de cor clara; e nos pés, meões brancos e sapatos pretos).

No folder de divulgação da décima *Oktoberanz*, no ano de 2010, o mapa da Alemanha ganhou dois destaques. Um, na parte frontal do folheto, sobre o qual se vê foto de um casal vestido tipicamente, e escritos remetendo ao nome da cidade, ao título de primeira colônia, e ao ano de 1829, data de sua fundação. O outro, na parte posterior do folder, tendo sobre seus contornos, a bandeira da Alemanha, e à frente dela, foto do Sr. Harold Heinrich Letzow, embaixador da festa. Já no do ano de 2009, o embaixador não aparece; no entanto, há alusão, sobretudo, aos grupos folclóricos e à comemoração dos 180 anos da colonização alemã (comemorada naquele ano).

No ano de 2011, as imagens remetem a práticas de prazer e entretenimento, desta vez, na forma de desenhos, aludindo aparentemente ao imaginário, pois nas figuras há homens trajados tanto da forma como já descrita aqui, quando as imagens representam dança, quanto de forma aparentemente e considerada por mim mais formal, com gravatas e aparentes pesados casacos e chapéu na cabeça, quando alude à comida e bebida; além destas, crianças em roda, provavelmente aludindo aos grupos folclóricos atuais - enfim, um imaginário que possivelmente busca referência em uma história antiga (não atual), desenhada para perpetuação de um passado merecedor de lembrança positiva. Neste mesmo ano, a música está muito presente, através de desenhos de instrumentos musicais e o embaixador da festa tem destaque, semelhante a 2010, com

⁷ Família que junto à língua e à Igreja formavam três instituições de intensa importância para o espírito germânico, sobretudo, nos primeiros tempos de estada no Brasil.

sua imagem sobre a bandeira da Alemanha preenchendo o mapa do país, dentro de uma trompa (instrumento musical).

Além da festa citada, há outro evento que se destaca no calendário da cidade. Atualmente, no primeiro domingo do mês de abril, famílias, amigos, conhecidos e desconhecidos se encontram ao redor da praça da cidade, munidos de barracas com barris de chope, copos, churrasqueiras portáteis (ou outra forma de garantir comida) e camisetas personalizadas identificando cada grupo de amigos. Trata-se da *Stammtisch*, que junta um público cativo interessado em reunir os amigos, comer, beber chope e conversar. Etimologicamente, a tradução do termo remete a “tronco” (*Stamm*) e “mesa” (*tisch*), tendo a festa objetivo ligado à reunião de amigos (neste caso, reunião de pessoas de um “tronco” em comum, seja familiar ou de identificação, ao redor de uma “mesa”, representada como um local de descanso, prazer e contato). No entanto, Luiz Eduardo Caminha, autor do livro *Stammtisch: reinventando tradições* (2010) salienta a existência de um *Stammtischgeist*, ou seja, um espírito do *Stammtisch*, ligado ao sentimento, ao emocional, diferenciando a prática do *Stammtisch* de outras reuniões e *happy hour*. Neste sentido, o autor traz outra definição:

Um determinado local, uma determinada mesa, num determinado canto, onde em determinados dias, determinadas pessoas, num determinado horário, tomam assento em determinadas cadeiras, e ali com uma determinada quantidade de determinada bebida, falam sobre determinados temas, e então numa determinada hora com um determinado porre, determinam ir para casa onde uma determinada pessoa espera, com certeza, com um determinado protesto. (2010, p.253)

Este excerto, segundo Caminha, é a tradução do que está escrito em uma placa pirografada, localizada na Cervejaria *Ohfbreuhaus*, em Munique, no espaço existente para a reunião destes grupos. A origem exata é incerta, remetida a vários tempos, com variados personagens; no entanto, duas características são comuns em todas as histórias: o local de origem é o território da Alemanha e sua prática é feita por um grupo de amigos (ou pessoas com interesses em comum). Desta forma, Caminha (2010, p.254) conclui: “*Stammtisch*, portanto, define aquelas pessoas que, tendo interesses comuns, em especial a amizade, se reúnem em determinados dias, num determinado lugar, numa determinada mesa.” Em São Pedro de Alcântara, por exemplo, há grupos de *Stammtisch* que se encontram semanalmente no mesmo local com esta intenção. No entanto, sua

adaptação à rua e às cidades brasileiras⁸ com características germânicas é entendida pelo mesmo autor como uma reinvenção da tradição, tendo em mente o caráter mutante da cultura.

A partir disso, possibilitou-se a existência da *Strassenfest mit Stammtischtreffen* (festa de rua com encontro de *Stammtisch*). Esta festividade também acontece em outras localidades e pode ser traduzida livremente como uma celebração à amizade. Neste evento, em São Pedro de Alcântara, também podem ser vistas as gincanas típicas, com disputa de chope em metro, prova do serrador e do machado e bandinhas alemãs. Cabe ressaltar que a música alemã (marcha, valsa, *polka...*) é o único tipo de música⁹ que pode fazer parte da festa, garantido pelo regulamento da *Stammtisch* de São Pedro de Alcântara, o qual deve ser seguido à risca, sob pena de exclusão do grupo no próximo ano, caso algum item não for cumprido. Ao restringir, busca-se o objetivo de evitar que a festa seja “desvirtuada” de seu foco que é a celebração e preservação – entre amigos – da cultura germânica; e de acordo com o regulamento, a música é uma das características principais para que isso não aconteça. Esta festa acontece na cidade desde 2005 (mesmo ano em que a *Oktoberanz* passou a ser realizada anualmente na cidade) e foi crescendo à medida que, com o passar dos anos, foi se tornando mais conhecida. No primeiro ano contou com apenas uma barraca. Já no último, em 2012, somaram-se quarenta¹⁰.

Estas duas festas são características presentes na cidade atualmente, em 2012, diferente do perfil da cidade em 1990 e até 1994, por exemplo. A cidade que antes não externava características próprias (apenas nas comemorações anuais de aniversário da imigração alemã) e que reivindicava uma personalidade, agora, relacionado a estes eventos turísticos da cidade, tem uma face destacada: a identidade germânica. Esta orientação apareceu já com a primeira administração e permaneceu com as demais, que se colocaram ativas para alcançar essa identidade.

8 No Brasil, o encontro de *Stammtisch* é uma re-invenção (Caminha, 2010) iniciada na cidade de Blumenau.

⁹ No Regulamento da 4ª *Stammtisch*, de 2009, por exemplo, consta no item 06: “Fica terminantemente proibido o uso de som automotivo ou mecânico por qualquer grupo participante do evento. Somente será tolerada música instrumental e ao vivo, que não descaracterize o evento, sem o uso de microfones, amplificadores ou caixas acústicas. Nunca é demais lembrar que “é expressamente proibido perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos e evitáveis””

¹⁰ Vale ressaltar que antes destas festas com características germânicas, São Pedro de Alcântara já era sede de outras festas, mas ligadas à Igreja Matriz. Dentre elas, estão a Festa do Padroeiro e do Recheio, realizada no mês de outubro e a Festa do Colono e do Motorista, no mês de julho. Estas ainda acontecem atualmente, sendo paroquiais, com renda revertida à Igreja Matriz.

Porém, cabe ressaltar que paralelamente a estas características, em primeira medida, as reivindicações da época de emancipação vieram à tona nas ações municipais e, na primeira administração, a estabilidade e a organização legal do município foram questão de ordem. Neste sentido, as medidas administrativas básicas a fim de garantir a manutenção de órgãos primários para o bem estar da população e o desenvolvimento do município recém-nascido foram imprescindíveis para os primeiros anos pós-emancipação. No sentido desta estabilidade, a elaboração da Lei Orgânica do município foi fundamental. Em explicação ao jornal *AN Capital* do dia 27 de fevereiro de 1997, o então prefeito Salézio Zimmermann trata do assunto:

A Lei Orgânica é a carta máxima do município, equivalente às constituições estadual e federal. “Define o que podemos e o que não podemos fazer”, explica o prefeito. Dividido em área rural e urbana, o município procurou modificar com a Lei, o perfil do então distrito, ligado a São José. “A área urbana será adaptada à realidade do momento. Queremos corrigir alguns pontos de São José”, diz Salézio Zimmermann.

A Lei Orgânica contempla diretrizes para o desenvolvimento da cidade, com atribuições e restrições a determinados cargos políticos. Tendo em mente tanto as questões discutidas no primeiro capítulo quanto ao excerto acima, em indicar a “correção” de pontos feitos por São José e a indicação da mudança do perfil da localidade, duas vertentes são passíveis de interpretação: a modificação das leis para direcionar as ações da cidade interna e externamente (por exemplo, a região era considerada área rural pela administração josefense), observando mais de perto as necessidades, a situação e os interesses do novo município – questões imprescindíveis quando se trata de uma autonomia local; e um incentivo a um perfil com características que remetam à colonização germânica do local. As duas situações, porém, se interligavam por constituir, das duas formas, a construção de uma nova cidade.

Apesar dessa vontade de “diferenciação”, o contato e acordos entre os dois municípios ainda foi existente e necessário. Era obrigação garantida por lei¹¹ do

¹¹ Na lei complementar nº 135, de 11 de janeiro de 1995 que orienta a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, consta nos parágrafos primeiro e segundo do Art. 30: “§ 1º Em caso de criação, de incorporação e de desmembramento, ressalvado o direito de opção, o pessoal lotado na área, relacionado nos termos do inciso V, do art. 8º, respeitados os direitos adquiridos do servidor, será aproveitado nos cargos criados; em caso de fusão o aproveitamento será automático. § 2º O servidor não constante da relação de que trata o inciso V, do art. 8º, poderá, havendo acordo entre as Prefeituras e desde que o requeira no prazo de 03 (três) meses a contar da data da instalação, ser aproveitado no quadro de pessoal do novo Município.” O inciso V do Art. 8º orienta à comissão emancipacionista sobre o encaminhamento de “relação discriminada dos funcionários lotados na área, na

município-mãe (no caso São José) repassar à localidade emancipada seus funcionários que já estivessem ali locados, desde que houvesse interesse por parte destes trabalhadores. Medida que pôde ser vista em reportagem ao jornal *AN Capital* do dia 16 de janeiro de 1997, na qual há informação de que no primeiro mês do primeiro ano de administração havia na prefeitura apenas 31 funcionários¹² e todos oriundos do município-sede, São José. Além disso, a lei também garantia a cessão de equipamentos rodoviários daquele município (caçambas, retroescavadeiras, compactadores de lixo, etc), sob a justificativa de garantir o desenvolvimento do município emancipado.

Estas medidas buscavam a consolidação do governo, através da orientação legal e executiva das necessidades básicas do novo município, buscando a formação de uma localidade independente e organizada. Mas, ligadas também a elas, o poder executivo, juntamente ao poder legislativo municipal, através de suas ações, englobaram a intenção de fazer a cidade diferenciada, através de medidas diretas e internas do município, objetivando visibilidade externa. Portanto, era necessário organizar a casa e mostrar que ela estava arrumada e pronta para receber visita, ou seja, empreender medidas e políticas que trouxessem confiabilidade para relações com outras esferas de poder e que caracterizassem as peculiaridades locais, para encontrar uma personalidade e as mostrassem atrativas.

Neste sentido, no ano de 1997, por exemplo, foi sancionada por lei municipal (nº 030/97) a denominação “Primeira Colônia Alemã de Santa Catarina” para ser adotada oficialmente pela cidade. O portal da entrada principal do município (pela rodovia SC 407) construído também em 1997, tem as inscrições em letra gótica “São Pedro de Alcântara Bem vindo à 1ª Colônia Alemã de Santa Catarina”¹³, e nas duas colunas de sustentação, características que aludem à arquitetura enxaimel, com janelas desenhadas nas quais se vê, de um lado, representação de um homem, com chapéu, suspensório e caneco de chope, e do outro, uma mulher, de avental, com um recipiente e uma colher na mão, supostamente preparando algum tipo de alimento.

data do pedido de que trata o “caput” deste artigo.” juntamente às outras documentações para dar início ao processo.

¹² Sabe-se que, no ano de 1990, através da documentação enviada à Assembleia Legislativa para o início do processo de emancipação, havia 51 funcionários do município de São José lotados em São Pedro de Alcântara.

¹³ Cabe ressaltar que neste portal, no lado oposto, de saída de São Pedro de Alcântara e entrada em São José, há apenas as indicações “Bem vindo a São José”, entre o desenho de dois coqueiros (a meu ver, supostamente, numa alusão à praia).

Passando por ele e entrando na cidade, os postes de luz localizados à beira de toda a extensão da estrada principal, passam a ter 5 faixas coloridas: uma branca e uma verde, indicando as cores da bandeira do município; uma amarela, uma vermelha e uma preta, indicando as cores da bandeira da Alemanha. Os pontos de ônibus, no decorrer do caminho até a sede municipal são estilizados, com características que remetem ao enxaimel; as placas de sinalização são indicadas em letra gótica e tem seu significado em alemão; em determinados pontos da cidade, há placas turísticas que indicam que a localidade é a Primeira Colônia Alemã de Santa Catarina, orientando para os locais que mereçam ser visitados.

Através de reportagem intitulada “São Pedro resgata memória da imigração” do jornal *AN Capital* de 26 de agosto de 2000, veem-se medidas implementadas pela Coordenadoria de Cultura do município em prol da valorização da identidade germânica. O oferecimento de aulas de alemão nas escolas municipais é um exemplo, sob a justificativa feita pelo coordenador de que "cerca de 80% do pessoal de mais idade que mora na área rural fala o dialeto da região de Hunsrück", mas os jovens não. Além do ensino da língua, há a criação de um Grupo Infantil de Dança Folclórica Alemã (com modelos de traje da época obtidos na Alemanha), e a coleta de materiais que pertenceram às primeiras famílias que chegaram à região é medida idealizada para a formação do Museu da cidade. As ações municipais, portanto, afirmam e reiteram uma identidade para o município, e essa identidade bebe em referências germânicas¹⁴.

Paralelamente, as esferas, estadual e privada também tinham objetivos quanto a essa categorização, vide divulgação no jornal *O Estado*, na Folha Metropolitana, em 12 de março de 1997. A reportagem tratava de uma reunião entre o órgão estadual ligado à Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, a Santa Catarina Turismo S/A (Santur), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Fundação Catarinense de Cultura (FCC). Este encontro era sobre a diversificação turística para o Estado de Santa Catarina, com propostas de instauração de dois roteiros turísticos: “Caminhos da Fé”¹⁵ e “Caminhos da

¹⁴ A fim de que esta identidade fosse externamente divulgada, a prefeitura, entre outras ações, viabilizou a produção de materiais relacionados à germanidade na construção do município: vídeos institucionais e livros condizentes com as comemorações de aniversário da Colônia (170 e 180 anos da imigração alemã em Santa Catarina) são exemplos disso.

¹⁵ São Pedro de Alcântara atualmente também tem no roteiro turístico municipal o projeto “Caminhos da Fé”.

Imigração Alemã”. São Pedro de Alcântara estava incluído no plano de desenvolvimento turístico “Caminhos da Imigração Alemã”, o qual abarcava ainda mais sete municípios da região e do qual falarei mais adiante. Em 2004, através da lei estadual nº 13.173/04, a cidade foi instituída como a “Capital Catarinense da Colonização Alemã”. Neste sentido, o Estado de Santa Catarina também corroborava com a identidade direcionada para o município.

A justificativa principal para destacar esta identidade germânica no município está no processo de povoamento da localidade. Como visto no primeiro capítulo, a emancipação político-administrativa da cidade através da Comissão Emancipacionista contou com questões relacionadas à identidade germânica, considerada própria de São Pedro de Alcântara, e que era diferente da “identidade cultural” de São José, considerada luso-açoriana. Neste sentido, muitas considerações foram feitas, em discursos, acerca da importância estadual desta localidade como o berço alemão, que difundiu os imigrantes para outras colônias no Estado, destacando a sobrevivência e a capacidade destes imigrantes na formação da localidade. Além disso, a ainda existência de inúmeros sobrenomes de origem alemã das famílias da cidade, que também difundiram sobrenomes para importantes personalidades do estado é razão frequente, garantindo a permanência majoritária de descendentes na cidade. São Pedro de Alcântara, então, teria a presença alemã, constituindo um ponto de referência no que tange à história da colonização germânica em Santa Catarina e esta característica teria que ser destacada.

Apesar desta referência inicial, porém, não é omissa na produção deste trabalho a existência de outras etnias, como as africanas, indígenas, açorianas e de outros países europeus no processo de constituição das colônias e da população local, como pode ser visto em outras pesquisas (ver, por exemplo, monografias HOFFMANN, 2009; VAZ, 2006.). O município de São Pedro de Alcântara, inclusive, não os exclui da formação da cidade, mas também não direciona a eles muita visibilidade. Na entrevista realizada com o ex-prefeito municipal Salézio Zimmermann, ele salienta:

O que ocorre é o seguinte, o povo de São Pedro é luso-germânico. E também na verdade nós tínhamos aqui na época uma participação razoável também de pessoas descendentes de africanos. Era um povo africano, português e alemão. No contexto alemão, inclusive nós tínhamos lá na época uma fita que nós gravamos com a história de São Pedro, com música e tudo e dois livros sobre essa situação. E fala também sobre a importância de não se resgatar só a questão da cultura germânica, mas também se resgatar a cultura de São

Pedro de Alcântara como um todo. Que daí está inserido a questão açoriana e também a questão africana

(Excerto da entrevista com o ex-prefeito municipal Salézio Zimmermann em 09 de junho de 2012)

Dentro do planejamento referente à cultura e ao turismo do município para o ano de 2011¹⁶, destaco duas diretrizes, que, de acordo com o então coordenador de Cultura e elaborador do plano, Daniel Silveira, eram as vertentes abarcadas pelo planejamento:

- criação e fortalecimento de uma identidade cultural/histórica, sobretudo germânica, haja vista sermos a primeira colônia alemã do Estado de Santa Catarina, mas não deixando de trabalhar com aspectos relativos a outras etnias que contribuíram para o desenvolvimento de nosso município;
- e [diretiva] ambiental por sermos privilegiados em possuímos uma área territorial recoberta com mais de sessenta por cento de vegetação de mata atlântica.

(Excerto retirado do Planejamento e Sugestões para a Área Cultural e Turística – 2011 – existente na Casa da Cultura de São Pedro de Alcântara.)

Neste sentido, os planos de ação em turismo e cultura deste período justificavam e tinham objetivo em criar e incentivar uma identidade germânica. De acordo com Maria Bernadete Ramos Flores em *Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp* (1997, p.43):

O conceito de germanidade ou *Deutschtum* inclui tudo o que pode ser entendido como étnico por referência à ideia de origem comum, ancestralidade e herança cultural. Mas a referência à herança comum não deve ser vista como uma solidariedade prescrita, e sim como algo construído ao promover um conjunto de ideias e símbolos que reivindicam uma identidade oposta à outra.

A partir das considerações feitas e das características citadas que foram sendo implementadas no município, vê-se que a prefeitura se moveu em construir e promover esse conjunto de ideias e símbolos, com a intenção de “resgatar” as origens da maioria dos ascendentes da localidade, se diferenciar daquele distrito que existiu até o ano de 1994 e, por consequência, de São José. Neste sentido, ao se tratar da categoria de identidade, cabe ressaltar que ela é externada e internalizada a partir de representações, e está igualmente atrelada à orientação da vida prática e social dos indivíduos. De acordo com Joël Candau em *Memória e Identidade* (2011), a identidade, ela mesma, é

16 Também tive acesso ao planejamento do ano de 2008 e de 2010, e eles são muito semelhantes; todos abarcando as mesmas diretrizes.

uma representação, na perspectiva de que “eu tenho uma ideia de quem eu sou”. Para Candau (2011, p.27),

as identidades não se constroem a partir de um conjunto estável e objetivamente definível de ‘traços culturais’ – vinculações primordiais -, mas são produzidas e se modificam no quadro das relações, reações e interações sociossituacionais – situações, contexto, circunstâncias -, de onde emergem os sentimentos de pertencimento, de ‘visões de mundo’ identitárias ou étnicas.

Assim, o conceito de identidade é empregado individualmente, sendo destacado pelo autor que, na coletividade, a pertinência de um conceito como o de “identidade coletiva” não é plausível. A justificativa está em considerar a existência das especificidades individuais, a partir das quais, a denominação de identidade coletiva a um grupo em que apenas a maior parte dos indivíduos partilha do estado dado não se torna verdadeira. Corroborando com esta ideia, destaco o estudo de Stuart Hall (2006) a respeito da identidade pós-moderna que não é mais fixa e imutável, mas que tem por característica ser dinâmica e instável. A identidade não é nata, não acompanha o indivíduo desde seu nascimento até sua morte, mas é produto final e ingrediente de uma construção histórica. Para Hall (2006, p.13)

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente (...) à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.

Neste sentido, Hall defende que a identidade é construída a partir de um processo de identificação. Esse processo, por sua vez, tem por característica ser constante, sobretudo, pela dinamicidade de informações e referências pertinentes a um mundo globalizado. A identidade coletiva e a memória coletiva para Candau (2011) constituem-se de uma retórica holista, que são definidas pela existência de um todo que determina as ações de suas partes. Neste contexto, como exemplo, portanto, a existência da identidade germânica em São Pedro de Alcântara influiria diretamente nas práticas culturais da localidade, sem considerar outras identidades que também são formadoras da localidade.

Idealmente, a metáfora “memória coletiva” aplicada a um determinado grupo seria totalmente pertinente se todos os membros do grupo fossem capazes de compartilhar integralmente um número determinado de representações

relativas ao passado que lhes teriam sido previamente comunicadas de acordo com as modalidades variáveis, mas socialmente determinadas e culturalmente regradas. (CANDAUI, 2011, p.31)

No entanto, tendo em vista as considerações de identidade e identificação esta retórica não é plausível, pois estas características não são dadas. Apesar disso, existe uma demanda de identidades locais e regionais, havendo identidades coletivas persistentemente afirmadas (como o caso da identidade germânica aqui citada). Situação que é intrínseca à globalização que fragmentou as fronteiras das diferenças e possibilitou facilidade no acesso a conhecimentos variados, identidades variadas e vivências diversas. Flores (1997) destaca esta característica como um “resgate” de um mito, a fim de fugir das grandes homogeneidades e manter a singularidade local. Neste sentido, estas identidades coletivas são construídas a partir de representações e características que se mostram, a fim de garantir a identificação. Foi essa construção feita durante a Campanha de Emancipação, buscando a união do distrito; e também é no momento posterior, em que o município precisa encontrar uma personalidade para se fazer desenvolvido diante dos outros, encontrando pouso na característica mais eloquente, o berço germânico do estado.

Esta determinação permaneceu nas ações governamentais, a partir do ano de 1997, e após 18 anos de emancipação e 16 de governo próprio. Pondera-se, no entanto, que o município também tem a intervenção de outras etnias em sua formação.¹⁷ É visto que apesar de considerá-las presentes, elas não possuíam o mesmo interesse nas ações municipais, sobretudo relacionadas à cultura e ao turismo. Esta escolha, no entanto, não era sem razão. Uma possível motivação para que isso acontecesse, além de haver grande quantidade de descendentes de alemães na localidade, poderia ser o retorno econômico que o estereótipo produzido pela marca “Primeira Colônia Alemã” proporcionaria para o desenvolvimento da cidade, possibilitando a procura e o investimento em turismo. Esta atividade constituiu, realmente, uma importante vertente para o desenvolvimento do município, ponto aparente já nas listas de necessidades do município divulgadas na campanha de emancipação e propostas eleitorais das duas coligações que concorreram à prefeitura no ano de 1997, mas também visto nas eleições e gestões posteriores.

¹⁷ Inclusive algumas práticas tímidas são vistas na cidade, como o Terno de Reis entoado na madrugada de natal nas casas dos bairros, quando senhores batem na porta e cantarolam músicas, desejando Feliz Natal.

2.2 O MUNICÍPIO DÁ OS PRIMEIROS PASSOS: TURISMO

O turismo e sua origem estão ligados à sociedade industrial e às transformações da sociedade capitalista. No que tange a sua história e desenvolvimento mundial, o turismo já é relacionado tanto às peregrinações com motivações de devoção religiosa, cultura e prazer que aconteciam nos séculos XII e XIV, quanto ao *Grand Tour*, dos séculos XVII e (mais estruturadamente) XVIII. Sua prática estava ligada aos aristocratas ingleses e pequena fidalguia, estendendo-se, já no século XVIII para os filhos dos profissionais da classe média com uma finalidade educacional através de visitas a locais antigos e monumentos, “escolhidos” (sobretudo na Itália e França) pela leitura de clássicos. Entre os séculos XVII e XIX, por sua vez, algumas características mudaram: há a passagem do “*Grand Tour* clássico” (visitas a galerias, museus, artefatos culturais) para o “*Grand Tour* romântico”, cujo enfoque agora está na paisagem e locais para admiração da natureza. Neste sentido, o lazer entra como um importante componente ainda no fim do século XVIII, ao colocar em primeira escala a diversão proporcionada pela viagem, em detrimento ao principal motivo anterior, o aprendizado, ideal dos aristocratas ingleses no *Grand Tour*. (URRY, 1996; COSTA, 2009)

Neste novo contexto, agora abarcado pelo lazer, a Revolução e o capitalismo Industrial entram em cena, ao domarem o tempo, e delimitarem períodos de trabalho e não trabalho. O período de não trabalho é considerado tempo “de folga”, o qual agora poderia ser destinado ao lazer. Assim, o tempo de não trabalho, ou o “tempo de lazer”¹⁸ é instituído também como o tempo destinado ao turismo, garantindo, assim, o “uso útil” do tempo livre, dentro de uma perspectiva capitalista. A turismóloga Clarissa Gagliardi (2009, p.250) define este novo cenário:

Configura-se o novo aspecto urbano moderno com o espaço prático-material com funções econômico-urbanas, de um lado, e o espaço do tempo livre, da cultura, do espetáculo para a cidade, de novas sociabilidades, de outro.

¹⁸ Vale ressaltar que o turismo não é parte indissociável do lazer, mas que pode constituir uma das suas possibilidades. O sociólogo Luiz Octávio de Lima Camargo em conferência intitulada “Tempo livre, turismo e lazer” na Câmara dos Deputados em Brasília, datada do ano de 2000, destaca três vertentes do lazer: o doméstico (abrangendo 90% da prática de lazer no período de não trabalho), o urbano e o turístico (esses dois, constituindo os outros 10%, praticados na cidade de origem e fora dela); além de destacar outras possibilidades do turismo que não englobam o lazer, como o turismo de negócios, de eventos, de saúde e o turismo familiar (em que se viaja para visitar parentes).

O tempo de descanso do trabalhador passou a ser utilizado com um fim econômico, no qual um de seus objetivos seria fazer com que ele gastasse dinheiro, alcançasse seu entretenimento exercendo seu direito ao lazer e, por consequência movimentasse a economia. Portanto, o direito a férias e a férias remuneradas dão também direito ao indivíduo de ter prazer, modificando, assim, as características do turismo no século XX. Ou seja, a atividade que antes tinha nível de exclusividade e distinção, garantindo o *status* e componente na formação dos aristocratas ingleses, agora é praticada e cedida a quem tenha “tempo livre e dinheiro”¹⁹. No Brasil, esse desenrolar aparece timidamente na industrialização, impulsionada, sobretudo, por São Paulo no fim do século XIX, tendo mais destaque a partir da década de 1930, como consequência também das leis trabalhistas do período de governo de Getúlio Vargas (sobretudo no direito às férias, semelhante ao acontecido na Europa e EUA). Portanto, pela necessidade de uso útil do tempo livre do trabalhador, a indústria do entretenimento e a cultura disseminada através das propagandas midiáticas auxiliaram o desenvolvimento do turismo. Houve, neste sentido, uma expansão mundial do turismo em 1960 e em 1970 do turismo de massa, com estudos acerca da temática sendo também realizados. (BIANCHI, 2008; GAGLIARDI, 2009)

Neste sentido, cabe discutir também acerca da motivação para a viagem, ou seja, o que levaria as pessoas a utilizarem seu tempo livre para o turismo. Esta motivação está intimamente relacionada ao que o sociólogo John Urry (1996) caracteriza como a expectativa do turista (que está ligada sobremaneira às propagandas turísticas e midiáticas). Flávia Roberta Costa em *Turismo e patrimônio cultural* (2009) destaca, neste sentido, que o turismo é um fenômeno com expressão coletiva, formada a partir de motivações individuais e pessoais (portanto, a expectativa turística). No “turismo moderno”, então, as motivações²⁰ para os deslocamentos são variadas e numerosas,

¹⁹ Essas características de distinção e *status* permanecem ainda no turismo contemporâneo, só que agora, as possibilidades de viagem estão mais próximas às diversas classes, sobretudo, pelas facilidades de pagamento e pacotes turísticos.

²⁰ Nesse contexto, Jacques Wainberg em “Cidades como *sites* de excitação turística” (2000) também ressalta alguns motivos: volume de distribuição de renda, tempo livre, busca de paisagem, clima, custos acessíveis; e destaca fatores variáveis da demanda turística: idade, nível educacional, renda e tipo de emprego. Vale ressaltar, então, que na lógica do turismo, todos os possíveis motivos de deslocamento tem como contrapartida uma zona de conforto. Ou seja, “faz-se turismo” em busca de locais diferentes do de origem, possibilitando “a aproximação cuidadosa à diferença, sua atração maior” (2000, p.14), mas que tenham características que façam o turista se sentir “em casa”, sem causar muito estranhamento, uma vez que a questão de o turista estar utilizando seu tempo livre de trabalho para entretenimento e não aborrecimento fica em voga. “O turismo é uma experiência sob controle” (2000, p.14). Assim, almeja-se “evitar baixos índices de satisfação e eventuais efeitos paralisantes que impedem a reprogramação e reativação do fluxo turístico.” através da equidade entre “o que se espera e deseja e o que se encontra [no

considerando o grande número e variedade também de turistas. Porém, trago aqui três motivos que me parecem plausíveis dentro da discussão que me proponho fazer (sobretudo ao que tange ao turismo ligado ao lazer²¹ e a cidade de São Pedro de Alcântara, fonte da minha pesquisa): a busca pelo descanso que não se tem em sua cidade no período de trabalho, ou seja, a fuga de seu cotidiano, através de uma expectativa acerca de seu momento de lazer proporcionado pela viagem e pelo turismo; a obtenção da simples diversão e aproveitamento do entretenimento proporcionado pelos locais turísticos, ou seja, a busca pelo prazer esperado pelas férias; e angariar conhecimento e informação acerca de locais de interesse. Os motivos são diferentes, no entanto, os três estão relacionados ao *status* e ao capital cultural proporcionado por essa prática.

Haja vista o enfoque no conhecimento como motivação e o crescimento do mercado turístico nas últimas décadas do século XX, novas formas de turismo vieram à tona e o Turismo Cultural foi uma delas. Esta tipologia, definida pelo próprio *trade* turístico, teve maior atenção, sobretudo na Europa, a partir da década de 1980, através da ampliação e oferta de recursos estruturais melhor organizados e estudos sobre o assunto (COSTA, 2009). Porém, são consideradas diversas vertentes e características de diferentes linhas em busca de sua definição. Um destaque principal é de seu objeto de interesse (que é defendido por Costa): o patrimônio cultural. No entanto, esta afirmação não comporta todo o termo. Costa (2009), então, define quatro núcleos de estudos relacionados a considerações de estudiosos sobre o tema. As quatro vertentes são compostas por características que buscam definir as motivações, práticas e público alvo desta tipologia turística (características fundamentais para a determinação de perfis turísticos que são importantes a este serviço) com visões até certo ponto semelhantes acerca da definição de turismo cultural, mas que, em certa medida, considero importantes para a reflexão aqui proposta. Os quatro núcleos são intitulados: “Turismo Cultural como visitação a recursos de origem cultural”, “Visões distorcidas de Turismo Cultural”, “Turismo Cultural como ferramenta para o aprendizado cultural” e “Turismo Cultural como ferramenta de aprendizagem”.

local turístico].” (2000, p.12) A variedade no número de turistas também se dá pela abrangência das classes englobadas pela prática.

²¹ Também baseio estes motivos na entrevista realizada por Beatriz Laberte em “A experiência do ‘viajante-turista’ na contemporaneidade”, citada por Flávia Roberta Costa em *Turismo e Patrimônio cultural: interpretação e qualificação* (2009) com um jovem de 24 anos que viajaria para o Brasil, justificando seu motivo central como “férias, fugir da vida rotineira e explorar outras culturas”. (p.33)

A partir destes núcleos, têm-se como principais características as motivações e os objetivos empreendidos pelo público. Desta forma, a motivação geral do Turismo Cultural seria a de visitar recursos de origem cultural, englobados aqui por museus, galerias, festivais, festas, arquitetura, sítios históricos, apresentações artísticas, etc., com o objetivo de aprendizado, seja da cultura de origem dos recursos, ou para instrumento de aprendizado geral, considerando estes recursos como meios para um fim comum (a possibilidade de aprendizado a partir de locais diferentes, culturas diferentes, vivências diferentes). Diferenciações são vistas quanto à participação ativa deste visitante junto ao objeto de seu olhar, ou seja, há caracterizações para uma prática passiva, de *voyeurismo*, semelhante ao viajante que busca outros lugares em busca de conhecimento íntegro (como se pelo fato de estar em outro lugar, já se aprendesse acerca dele), ao mesmo tempo em que há caracterizações para uma prática ativa, em que esse mesmo viajante atua na comunidade, participa de rituais, festividades e entra em contato direto com os participantes.

Além de estudiosos sobre o tema, Costa (2009) destaca classificações da Organização Mundial de Turismo. Por exemplo, a definição da instituição em 1985 é, acerca da movimentação de pessoas havendo como principal motivação, a cultural: “viagens de estudos; artes dramáticas ou viagens culturais; viagem para festivais e outros eventos culturais; visitas a sítios e monumentos; e viagens para estudar a natureza, o folclore e/ou as migrações” (COSTA, 2009, p.42). As relações diretas entre patrimônio cultural e turismo serão contextualizadas com mais afinco no próximo subcapítulo, no entanto, cabe destacar aqui que o Ministério do Turismo brasileiro considera características relacionadas à “valorização”, “promoção” e “vivência” para a definição do termo “turismo cultural”, podendo-se interpretar a busca pelo entendimento e respeito cultural, através também da “preservação do patrimônio” na prática de um turismo sustentável, e define que:

Turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura²²

²² O ministério engloba as segmentações de turismo cívico, religioso, místico/esotérico e étnico à tipologia de turismo cultural e considera os principais atrativos culturais como: sítios históricos – centros históricos, quilombos; edificações especiais – arquitetura, ruínas; obras de arte; espaços e instituições culturais – museus, casas de cultura; festas, festivais e celebrações locais; gastronomia típica; artesanato e produtos típicos; música, dança, teatro, cinema; feiras e mercados tradicionais; saberes e fazeres – causos, trabalhos manuais; realizações artísticas – exposições, ateliês; eventos programados – feiras e outras

Paralelamente, em citação feita por Costa (2009) de Reinaldo Dias, destaco que devido à

busca pelas origens, em nível tanto local quanto global, intensificada nos últimos anos do século XX e neste início do século XXI, o turismo cultural assume um papel educativo, pelo qual se amplia e se consolida um conhecimento construído em processo complexo, que tem seu ponto culminante no contato do indivíduo com o seu interesse particular, seja ele um sítio arqueológico, um museu, um monumento histórico, uma etnia, uma dança, um tipo de artesanato, etc. (DIAS, 2006, p.36 *apud* COSTA, 2009, p.46)

Os excertos da definição foram destacados por mim, por constituírem pontos interessantes para se pensar o termo. Tendo em vista o breve histórico do turismo acima tratado, ao considerar o retorno ao caráter educativo da “viagem” para conhecer outros lugares notadamente possuidores de conteúdo cultural, o turismo cultural se utilizaria disso e das experiências obtidas (pois possibilita o contato, participação e pessoalidade) para o aprendizado de determinada cultura. Neste sentido, a ligação direta entre o turismo cultural e questões históricas e culturais (pela base de busca pelas origens trazida pelo autor) é destacada, constituindo ponto de reflexão. Aliado a isso, um caráter mais abrangente, que busca o conhecimento e a informação, obtidos a partir de toda e qualquer experiência fora de seu local de origem, também pode ser abarcado.

Contudo, Costa (2009, p.39) salienta que o conceito de turismo cultural ainda não é precisamente definido²³. Maria José Pastór Alfonso (2003) em seu artigo intitulado “El patrimonio cultural como opción turística”, por sua vez, considera que a primeira relação estabelecida entre nativo e turista/visitante cultural é a cultura, neste caso, a do “nativo” que atrai a atenção do turista para determinado local em detrimento de outro. Trazendo à tona aqui a preparação dos recursos turísticos como uma consideração chave para a escolha do turista, e, por este motivo a busca pela definição para o termo é parte de um sistema maior intrínseco à esfera turística, que se orienta e se

realizações artísticas, culturais, gastronômicas; outros que se enquadrem na temática cultural. Disponível em
<http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estruturacao_segmentos/turismo_cultural.html> Acesso em 20 de junho de 2012

²³ Costa (2009) sugere alguns focos para se pensar um conceito de turismo: “Um conceito mais completo de turismo cultural deve ser construído considerando-se também uma análise mais ampla das motivações de seus participantes, das características de seu objeto e de seu público, da interatividade ou vivência e experiências culturais e das possíveis inter-relações com a preservação e a educação por meio do patrimônio cultural.”

organiza através de estudos de público para que suas práticas e a formação da expectativa turística possam ser satisfatoriamente definidas.

O que se entende por turismo cultural, portanto, diz respeito a uma relação próxima entre o lazer e o aprendizado; se pauta na possibilidade de novas experiências diretas e tem o patrimônio cultural/centros de cultura/manifestações culturais como foco. No turismo cultural visto em algumas cidades, cujas características históricas são marcantes, como é o caso da colonização e imigração em cidades de Santa Catarina, as identidades perpassadas por elas são o arremate para dar enfoque ao desenvolvimento e à atratividade do turismo cultural (GAGLIARDI, 2009), visto pelas lentes da esfera política das localidades. O turismo é comumente visto como um vilão seja por delimitar culturas, ao estereotipar identidades antigas de povoamento, por exemplo, sobretudo através das paisagens criadas, ou por omiti-las e fazer valer atrativos turísticos tecnológicos, ligados a grandes parques temáticos – desempenhando, em ambos os casos, práticas consideradas inautênticas.

Neste sentido, o sociólogo britânico John Urry em *O olhar do turista* (1996) destaca autores que defendem visões distintas acerca da autenticidade relacionadas ao turismo, com diversos enfoques. Entre eles: turismo como uma prática tanto mercadológica, inautêntica, protegida, limitada; quanto plural, social, autêntica, dinâmica.

O autêntico é considerado o verdadeiro, o genuíno, o original, o verídico. Dentro da prática turística, então, em que medida o turismo tem por objetivo buscar o autêntico? Os turistas tem essa pretensão, ou melhor, supõem que o que veem através dos chamados “pseudoacontecimentos” turísticos (URRY, 1996) é autêntico? De que maneira consideram que a atividade que é feita de hora em hora (ou periodicamente em festas anuais) é corriqueira no cotidiano de determinada localidade?

Estes “pseudoacontecimentos” são trazidos à tona por Urry, através de estudo de Daniel Boorstin, que defende que o turismo e a prática turística “encontram prazer em atrações inventadas com pouca autenticidade” (URRY, 1996, p.23). Nessa perspectiva, cada vez mais se incentivaria à espetacularização da cultura, pela procura e expectativa do visitante. A expectativa que alimenta a espetacularização é formada pelas referências do turista, ou seja, pela propaganda turística e pela influência midiática, que são determinadas por modismos e práticas em destaque em diferentes sociedades e tempos. Desta forma, de acordo com Boorstin, é a esfera turística (tanto visitante quanto destino

turístico) que procura e se contenta com a inautenticidade, e por isso não alcança (e nem procura alcançar) a cultura propriamente dita de determinadas localidades, constituindo, assim, o turismo como uma prática pouco “íntegra”.

Em contrapartida, Urry destaca o autor Dean MacCannell, que defende esses “pseudoacontecimentos” (considerados inautênticos por Boorstin) como uma estratégia de fuga contra a invasão que a prática turística acarreta para a localidade visitada. Para este autor, a procura pela autenticidade, pelos objetos sacralizados expostos pela propaganda turística e midiática, é força motriz da prática turística e, por isso, está presente na expectativa do turista. Então, o turista e sua expectativa de olhar, estariam em busca do conhecimento íntegro dos tipos de vida de outras pessoas. Para alcançar esta relação, no entanto, inevitavelmente invadiriam e interfeririam na vida delas e, por isso, a “encenação da cultura” se constituiria na defesa feita pela localidade ao olhar do turista. A localidade junto aos agentes de turismo forjariam esses bastidores, objetivando agradar ao turista, mas sem perder sua privacidade. Neste sentido, a argumentação de MacCannell é de que os “pseudoacontecimentos” são resultado das relações sociais do turismo (são intrínsecos à prática, portanto) e não uma procura individualista e turística do inautêntico, como simples ilusão propagandista, como criticado por Boorstin. Urry (1996) defende, paralelamente, que o turismo é um fenômeno social e acarreta modificações na logística e na dinâmica social, por consequência.

João Reginaldo Gonçalves (1988), em “Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais” vai além, ao entrar na questão relacionada à temática de patrimônios culturais. Em sua explanação ele trata da ligação direta entre o “autêntico” e seu oposto, o “inautêntico”. O termo “inautêntico” surgido a partir do momento em que a cópia, a reprodução e a simulação puderam ser produzidas (reprodutibilidade técnica) foi fundamental para que a autenticidade pudesse ser categorizada e tivesse o significado que tem hoje. Pois se não houvesse a cópia, não haveria porque definir algo com este caráter de originalidade (e diferenciação), e o autêntico como termo definido não existiria. As duas definições, portanto, coexistem numa relação de complementaridade e dependência: uma só existe se existir também a outra.

A partir destas considerações, observando o termo dentro da pós-modernidade, na qual a difusão e a transitoriedade das informações e objetos são altas (as

reproduções, simulações e cópias são mais facilmente produzidas²⁴), e considerando também o caráter do turismo globalizado, que busca características fora de seu espaço habitual (possibilidade de reprodução de monumentos e simulação de práticas de outros locais), a dicotomia entre autêntico e inautêntico não parece chegar a um fundo coeso e singular, pois o que está mais em voga aparenta ser a expectativa do turista frente ao seu objeto do olhar (que se supõe ser tanto autêntico quanto inautêntico). Neste sentido, tanto a autenticidade quanto a inautenticidade, na esfera turística, são mobilizadas pela propaganda turística que supõe, e ao mesmo tempo, desenha expectativas para o turista.

Os termos acabam servindo de âncora para a mensagem turística, que formam a expectativa do turista. Neste sentido, os locais turísticos são reconstruídos e renovados pelas expectativas do turista, independente da autenticidade ou inautenticidade de seus objetos e manifestações, desempenhando um ciclo que se auto-alimenta. Neste sentido, delimitar que o turismo cria paisagens falsas e forja identidades pela modificação no espaço pode ser contrariado, tendo em vista sua inter-relação social com o espaço e a cultura, pois ele não está fora desta conjuntura.

No cenário brasileiro o turismo tem alguns envoltórios específicos. Desde o ano de 1958 há a busca por instituições para orientar a prática dentro do território nacional. A EMBRATUR que atua atualmente junto ao Ministério de Turismo (criado em 2003 pela nº10683 de 28 de maio) é instituição criada já na década de 1960, especificamente em 1966 junto ao Conselho Nacional de Turismo e à Política Nacional de Turismo. A última responsável pelas iniciativas ligadas ao turismo, a fim de reconhecer o interesse para o desenvolvimento econômico nacional e o primeiro responsável pela coordenação da política nacional relacionada. A EMBRATUR, por sua vez, tinha a função de executar as diretrizes propostas pelo governo. A década de 1960 e 1970 é marcada mundialmente pela expansão do turismo e, no Brasil, pelo regime de ditadura civil-militar. Neste sentido, buscava-se divulgar características do Brasil que estivessem aquém da questão política, através de empresas que estivessem de acordo com as expectativas do governo. A EMBRATUR iniciou vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio, até que em 1991 foi vinculada ao Ministério do Esporte e Turismo e, por fim, ao Ministério do Turismo criado em 2003. Sua função foi modificada pela Medida Provisória nº2216-37 de 2001 que se tornou a de “apoiar a formulação e coordenar a implementação política nacional do turismo, como fator de desenvolvimento social e

²⁴ O advento da fotografia e do filme auxiliaram este processo. (URRY, 1996; GONÇALVES, 1988)

econômico.” Antes disso, a Constituição de 1988, no artigo 180 estabelecia que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.”

Neste sentido, a atribuição de valor social à prática estava atrelada à econômica (desde sempre considerada) e como medida da Constituição também tinha responsabilidade estadual. Em Santa Catarina, a Sol é a Secretaria responsável pelo Turismo, pela Cultura e pelo Esporte, tendo como órgão responsável pela vertente turística, a Santur, custeada pelo Fundo de Incentivo ao Turismo (Funturismo). O investimento em programas e orientações para o desenvolvimento do turismo é visto, então, tanto no Brasil quanto em Santa Catarina. Neste sentido, atualmente, procura-se através da valorização desta prática, uma estratégia de desenvolvimento econômico e urbano nas cidades, e por isso ela ganha destaque nas políticas urbanas por elas desenvolvidas. Em São Pedro de Alcântara não foi diferente.

No ano de 1996, no dia 14 de outubro, após a decisão eleitoral, que garantiu a vitória municipal de Salézio Zimmermann e Ademir Deschamps, o jornal *O Estado* fez uma entrevista com o prefeito eleito, a fim de conhecer quais seriam os planejamentos para o próximo ano.

O Estado - Com relação ao turismo, o que será feito?

Salézio - Queremos resgatar a cultura artesanal, implantar o sistema “pescue e pague” e construir um açude para o turista participar. Realizar turismo ecológico e rural. Preservar a cultura e as tradições germânica e luso-açoriana.

O Estado - De que forma?

Salézio - Preservando casarões, através de recursos vindos da Alemanha queremos mostrar uma cidade bonita e bem arrumada. Criar restaurantes com comidas típicas, construir hotéis fazenda.

Neste sentido, esta administração criou coordenadorias para áreas que fossem importantes para o desenvolvimento do município, e o turismo, por sua vez, também contou com a sua principalmente pela atividade ser considerada inescapável das potencialidades locais. Como medidas praticamente imediatas do primeiro governo, há a lei municipal nº 20/97, que cria o “Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico – FUNDETUR, com o objetivo de gerar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao incremento do turismo no Município” e “o Conselho Municipal de Desenvolvimento Turístico – COMDETUR, com o objetivo de envolver a comunidade e a iniciativa privada nas ações do governo Municipal voltadas para o turismo”, ficando subordinado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável através da Coordenadoria das Ações de Turismo. Salézio, primeiro prefeito, na

entrevista destacou que se teve a intenção de “resgatar” a cultura do município, e agregar valor às atividades que já eram desenvolvidas, sobretudo, almejando um retorno econômico abarcado pelo turismo. Salézio relata:

foi criado lei, foi criado o Conselho de Desenvolvimento Turístico, foi criado o Conselho de Cultura e em todas as áreas, pra poder se agregar valor a tudo: a produção, gastronomia, turismo, cultura. Pra fazer isso se tornar retorno de recurso pra quem mora aqui, pra quem trabalha aqui. Então ele [o produtor] ia estudar, desenvolver alguma coisa na área. Por exemplo, pessoal que é do comércio, montaria lá um bar, uma lanchonete, um restaurante, um café, tudo em estilo já germânico, com o apoio do poder público e hotéis, pousadas, hotel fazenda, pousada rural, mas tudo estilizado, pra que alguma coisa sempre enfocasse a questão germânica, pra sintetizar a primeira colônia alemã, (...) pra ser um marco, pra ser a coisa fundamental e principal.

(Excerto da entrevista com o ex-prefeito municipal Salézio Zimmermann em 09 de junho de 2012)

O então vice-prefeito Ademir Deschamps, em entrevista ao jornal *AN Capital* do dia 21 de janeiro de 1997 declarou que o turismo seria a prioridade absoluta do mandato, “nenhum outro governo colocou esta atividade em primeiro lugar, nós sim.” E acrescentou que “São Pedro também não quer que passe despercebido o fato de ter sido a primeira colônia alemã do Estado.” E finalizou dizendo que iria estimular a arquitetura em estilo germânico. (p. 03) No mesmo jornal, no dia primeiro de fevereiro de 1997, esta indicação de prioridade governamental também é visível.

Havia grande ênfase dada ao turismo nos meios de divulgação impressa²⁵ neste período, ressaltando que São Pedro de Alcântara buscava sua visibilidade dentro desta atividade. Uma vertente considerada era o chamado “turismo rural”, uma vez que a cidade possuía e ainda possui vasta beleza natural, caracterizada por extensa presença de vegetação virgem, locais com águas termais e minerais e uma das principais atividades desenvolvidas no município ser a agricultura. Este tipo de turismo se constituía em proporcionar o contato do visitante com a produção agrícola, como mel, queijo e, principalmente, a cachaça, cuja difusão local é grande e a agricultura ecológica, devido a não utilização de agrotóxicos na plantação, praticada pelos pequenos proprietários residentes na cidade. Desta forma, o turista que fosse desfrutar das águas termais, da beleza natural e dos hotéis fazendas, também entraria em contato

²⁵ Ainda em 2000, conforme Informativo Publicitário datado de 16 de abril (dia da comemoração da emancipação político-administrativa) há além de destaques para a colonização alemã, entrevista feita com o então prefeito Salézio Zimmermann, cuja manchete é “Potencial Turístico é destaque”. Neste sentido, vale ressaltar também a propaganda vista no jornal *Correio de Santa Catarina*, de novembro de 2000, que em letras garrafais trazia o escrito “Você não precisa ir até a Alemanha para conhecer a cultura e tradição alemãs. Faça turismo em São Pedro de Alcântara, primeira colônia alemã de Santa Catarina.”

com esta atividade. O intuito do desenvolvimento deste tipo de turismo era o de evitar o êxodo rural, que estava ganhando bastante proporção enquanto o local era distrito de São José, devido à falta de incentivo e apoio à prática agrícola, pela dificuldade no escoamento da produção e de investimentos na área. Segundo reportagem no Jornal O Estado, de 06 de março de 1997, os moradores vinham deixando o campo e seguindo para São José ou Florianópolis, em busca de outras oportunidades de empregos. A intenção da prefeitura, nesta situação, era a de “fixar os jovens no campo através da coligação das atividades agrícolas com o potencial para o turismo rural de que a cidade dispõe.” Ainda é salientado na reportagem que “ao lado da imensa produção de hortifrutigranjeiros, São Pedro de Alcântara possui extensos canaviais, responsáveis pelos 77 alambiques em funcionamento na cidade.” Assim, duas das atividades consideradas primordiais e com maior potencialidade para o município – turismo e agricultura - seriam abarcadas, contribuindo para o desenvolvimento da cidade²⁶ e garantindo o objetivo municipal, de equilibrar a população urbana e rural.

Além das vertentes mais “naturais” e comuns, feitas através do uso das potencialidades naturais e de uma prática já bastante corriqueira como a agricultura e os produtos ditos “coloniais”, também tem respaldo a procura de seu lugar ao sol no rol de colônias alemãs que exploram o caráter turístico ligado a elas. No ano seguinte, através da lei municipal nº 86/98 assinada em 22 de maio de 1998, foi instituído o Biênio Comemorativo (1998-1999) ao Centésimo Septuagésimo aniversário (170 anos) da Fundação da Colônia de São Pedro de Alcântara, a fim de instituir eventos oficiais comemorativos, demonstrando, de acordo com a lei, a “relevância que a referida colônia exerceu no contexto sócio-cultural religioso e econômico ao estado de Santa Catarina.” Logo, a situação de colônia alemã é associada ao potencial turístico: a instituição de eventos comemorativos tem também por objetivo uma exploração turística desta denominação.

O turismo foi visado nos dois primeiros mandatos de Salézio Zimmermann (antigo PFL) e não foi diferente quando a coligação de oposição, cujo prefeito foi Ernei José Stahelin (PMDB), tornou-se situação no ano de 2004 e no ano de 2008. Em reportagem do jornal *AN Capital* de 13 de outubro de 2004 são apresentadas as expectativas do novo governo:

26 Neste sentido, visitas eram feitas a outras localidades cuja exploração da agricultura visava à vertente turística, como no caso da cidade de São Martinho, a fim de se conhecer formas de atuação desta prática, como lido em nota publicada no jornal *O município* de agosto de 1998.

Como prefeito, uma de suas propostas é resgatar as origens culturais do município. Apesar de reconhecida como cidade apenas em 1994 e efetivamente emancipada em 1997, São Pedro de Alcântara foi a primeira colônia Alemã de Santa Catarina. Stahelin pretende rediscutir o atual currículo escolar buscando adaptações para a realidade regional. Ele planeja implantar o ensino da língua alemã tanto nas escolas municipais como nas estaduais, numa parceria com o Governo do Estado. (...) planeja incentivar a valorização das origens da comunidade local (...). Para a geração de empregos (...) pretende trazer pequenas empresas para a cidade. O setor hoteleiro é apontado como um dos que podem receber novos investimentos. "Mas antes precisamos de melhorias na infra-estrutura local, principalmente nas estradas, e estudar projetos como a criação de pistas ecológicas." Stahelin promete também investir na manutenção dos antigos cemitérios municipais e incentivar a criação da associação dos produtores de cachaça, "setor que lamentavelmente está em decadência."

Ainda depois de 10 anos de emancipação, os ideais dessa nova administração evocam o caráter cultural, e, por isso a necessidade de preservar e perpetuar essa memória e as práticas culturais. A proposta de identidade germânica, neste sentido, ia além do ideal de diferenciação para justificar a emancipação, mas constituía um ideal para o município. O turismo não é citado claramente, mas ao evocar o incentivo hoteleiro e de infraestrutura, questão de importância quando se trata da atividade turística em geral, uma possível interpretação ligada à preocupação com essa prática pode ser lida; bem como, através da evocação às características culturais consideradas próprias do município – a partir dos estudos acerca das características de turismo cultural – uma intenção também de prática desta tipologia. Desta forma, vê-se que a administração municipal continuava buscando uma estabilidade cultural e turística, procurando mais auxílio também do governo estadual, vide mensagem divulgada no jornal *AN Capital* do dia 14 de agosto de 2004²⁷, do então prefeito em exercício Dionísio Pauli²⁸, na página “Ponto de Vista” tratando, novamente, da questão do turismo e da necessidade de seu desenvolvimento.

Agradeço aos diretores e toda a equipe de reportagem pelas belíssimas matérias sobre o município de São Pedro de Alcântara publicadas pelo AN Capital. Certamente tais matérias constituíram-se em mais um passo significativo para que o governo estadual aperceba-se do importante potencial turístico (histórico, cultural e natural) e dê maior atenção à primeira colônia alemã no Estado de Santa Catarina.

27 Naquele mês, o jornal *AN Capital* havia feito entrevistas acerca das potencialidades turísticas de São Pedro de Alcântara e da restauração no único patrimônio estadual situado no município, do qual falarei adiante.

28 Dionísio Pauli (antigo PPB) foi eleito vice-prefeito da cidade no ano de 2000 e exerceu a função de prefeito no lugar de Salézio Zimmermann (antigo PFL), de 2002 até 2004, período em que Zimmermann se afastou para concorrer a uma vaga de deputado estadual.

Reiteradamente o potencial turístico da cidade é alocado nas questões histórica, cultural e natural, categorizando a cidade com características que remetem a uma questão de pureza (através da vegetação e da tranquilidade local que é considerada presente mesmo a cidade sendo próxima à capital do estado), a estereótipos condicionados à etnia alemã, relacionado à história e a cultura do local.

As festas citadas no primeiro subcapítulo, que surgiram numa mistura de “resgate cultural” e desenvolvimento turístico, foram implementadas no calendário municipal a partir da perspectiva germânica para o turismo. Elas passaram a integrar a dinâmica social e a da cidade, e foram incorporadas pelos indivíduos participantes e moradores do local e de visitantes que se identificam, demonstrando como uma atividade turística influencia o meio em que se desenvolve e, por fim, influencia também na prática cultural local (por existir uma mobilização da localidade na produção da festa).

Além das festas e as medidas municipais, visando à receptividade garantida pelas gestões que se passaram²⁹, propostas estaduais relacionadas ao turismo também foram estabelecidas. Como comentado anteriormente, conforme reportagem do jornal *O Estado*, datado de 12 de março de 1997, a Santur, juntamente com a Epagri, Sebrae, Senac e Fundação Catarinense de Cultura discutiam a implantação de dois circuitos turísticos: “Caminhos da Fé” e “Caminhos da Imigração Alemã” (ambas categorias presentes na tipologia de Turismo Cultural determinada atualmente pelo Ministério do Turismo). Destes, São Pedro de Alcântara, juntamente a sete municípios da região, estava escalado para participar do segundo projeto, sendo avaliado na reportagem como o “berço da colonização alemã”. Foi feita uma reunião em 1998, o “I Encontro de Turismo Integrado na Região de Colonização Alemã da Grande Florianópolis”, promovido pela Associação dos Municípios, estando presentes prefeitos ou representantes de Águas Mornas, Antônio Carlos, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio e São Pedro de Alcântara, a fim de que pudessem discutir a importância de um roteiro entre os municípios com características em comum. Esta incipiente proposta foi levada adiante, até que em 2000 foi feito o Plano de Desenvolvimento Turístico “Caminhos da Imigração Alemã”, através de um trabalho

29 São Pedro de Alcântara passou por quatro gestões desde a sua emancipação. A primeira, de coligação PFL/PPB/PSDB/PTB (Salézio Zimmermann e Ademir Deschamps – 1997 a 2000); a segunda, de coligação PFL/PPB/PSDB (Salézio Zimmermann e Dionísio Pauli – 2000 a 2004); a terceira, de coligação PTB/PMDB/PL (Ernei José Stahelin e Valter Nei da Silva – 2004 a 2008); e a quarta, de coligação PMDB/PSDB/PDT/PT/PPS (Ernei José Stahelin e Mirinho – 2008 - 2012).

conjunto entre SEBRAE e as Prefeituras dos oito municípios cuja colonização era comum, além dos seis presentes na reunião de 1998, Angelina e Anitápolis.

O plano se justifica através de alguns pontos, dentre os quais por constituir uma alternativa de diluição da demanda turística que tem como destino a capital do Estado, Florianópolis; o caráter não sazonal dos atrativos propostos, como o turismo rural, de águas termais, de aventuras, religioso e ecoturismo; todos os municípios terem recebido o “selo de município prioritário para o desenvolvimento turístico” da EMBRATUR; e destaque integralmente aqui, que

Uma das grandes questões do momento é a busca do contato com a natureza, o resgate da história e cultura dos antepassados e, sobretudo a busca da tranquilidade e o prazer de vivenciar coisas simples como a vida no campo. Nessa perspectiva, o desenvolvimento da atividade turística em pequenas localidades, torna-se um grande atrativo na medida que (sic) gera emprego e renda para a comunidade local, evitando-se o êxodo rural.

(Excerto retirado da Justificativa do Plano de Desenvolvimento Turístico Caminhos da Imigração Alemã. p. 12)

Neste sentido, o projeto parece se justificar através das potencialidades e situações atuais em que se encontravam os municípios integrantes, dentro de características próprias de locais interioranos, com contato mais direto com a natureza relativamente mais preservada, mas busca, no fim, uma “relação íntima” entre estes municípios, que vai além desse caráter que pode ser visto em outros locais, de outras regiões, visando ao caráter histórico-cultural, que os une através do povoamento germânico, facilitando e possibilitando a criação de um roteiro.

Paralelamente, cabe ressaltar a proposta do Roteiros Nacionais de Imigração, projeto do IPHAN em todos os estados brasileiros pra formar um roteiro entre bens patrimoniais decorrentes das diferentes imigrações regionais, finalizado no ano de 2008 (mas que passou por intensa pesquisa e trabalho durante 20 anos, de acordo com informações do Dossiê do projeto). A proposta estava pautava no levantamento sistemático dos bens relacionados a diferentes etnias que povoaram o Estado de Santa Catarina (bens materiais e imateriais) almejando sua preservação através do tombamento, registro ou chancela nos três níveis (municipal, estadual e federal), mas também de sua preservação através da “manutenção da economia local, a qualificação das ações de educação e infra-estruturas básicas e a conservação do meio ambiente natural.” (p.265). A partir do levantamento foi visto que a maior quantidade de bens

estavam nas áreas rurais, ocupavam extensa região e, por isso, constituíam-se de localizações dispersas. Neste sentido, o Roteiros foi uma alternativa para integrar esses bens e potencializar tanto sustentabilidade quanto geração de renda e trabalho nos caminhos agrícolas.

Interligando as áreas mais atraentes do ponto de vista paisagístico/cultural e auxiliando na fixação dos detentores do patrimônio em seus lotes é que será possível diminuir as distâncias e concentrar o disperso, preservando efetivamente o patrimônio material e imaterial que particulariza a região.

(Dossiê Roteiros Nacionais de Imigração – SC, 2008, p.267)

A cidade de São Pedro de Alcântara, juntamente aos outros municípios abarcados pelo projeto Caminhos da Imigração Alemã, teve referência neste projeto nacional. Suas características estão ligadas às semelhanças de práticas e construções encontradas, também por serem localidades próximas, com características naturais comuns e terem sido povoadas pelos imigrantes alemães em épocas próximas.

O plano do Caminhos da Imigração Alemã, teve por objetivo elaborar uma proposta de planejamento turístico sustentável integrado nessa região, visando ao desenvolvimento cultural e sócio-econômico e a sua inserção no contexto turístico nacional, tendo como foco principal o chamado “resgate” étnico e cultural germânico. A análise das situações e potencialidades turísticas da região foi feita dentro de seis vertentes, dentro de seis vertentes, que foram inventariadas em cada município: Atrativos Naturais, Atrativos Histórico-Culturais, Equipamento Hoteleiro, Equipamento Extra-Hoteleiro, Equipamentos Complementares de Alimentação (bares, restaurantes e similares), Equipamentos de Recreação, Entretenimento e Lazer. A definição destas seis vertentes foi feita a fim de incrementá-las, buscando o desenvolvimento de diretrizes relacionadas à atividade turística, bem como capacitações³⁰ e sensibilização, através do

³⁰ Neste ponto, destaco ações desenvolvidas para a realização do projeto. De acordo com o plano, além do inventário já citado, foi feito um diagnóstico através dele e de visita às cidades; cursos e palestras desenvolvidos com a população nos municípios, buscando o apoio para o turismo integrado (Cursos: Técnicas de Atendimento ao Cliente, Cursos do Programa de Artesanato Brasileiro (PAB), Sensibilização ao Associativismo, Decoração Natalina e Higiene e Manipulação de Alimentos. Palestras: Educação para o Turismo (ministrada nas escolas), enfocando o projeto); missões a outras localidades, do estado e de fora, cujas experiências fossem agregadoras de valor ao projeto; reunião com as lideranças dos oito municípios, a fim de integrá-los e trocar informações acerca do turismo sustentável, através de palestras (Palestras: Organização de Museus, Resíduos Sólidos, Verbas do PRODETUR, ONG’S – Fundação, Associação e Instituto, Case Gaspar e Timbó (turismo planejado) e Portal Virtual); realização da Semana do Imigrante no Shopping Itaguaçu, entre 14 de 22 de outubro de 2000, com participação dos municípios integrantes do “Caminhos da Imigração”, que apresentaram artesanato, trajes típicos, dança folclórica e exposição de fotos, objetivando a divulgação do projeto e a já articulação dos municípios; Concurso da Logomarca, buscando a “identidade” do produto turístico “Caminhos da Imigração”; e o Banco de

conhecimento de suas potencialidades, pelas localidades, poder público e privado, para que esse desenvolvimento turístico fosse efetivo.

Como conclusão do projeto, destaca-se que a região ainda não possui uma demanda turística expressiva, mas que os resultados obtidos pelas pesquisas feitas demonstram relevância da região no contexto turístico, destacando ser “fundamental dar continuidade ao processo de sensibilização para o desenvolvimento do turismo, para que as comunidades possam cada vez mais estar engajadas nesse processo”³¹ (2000, p. 178). Esta continuidade é proposta através de diversas diretrizes discriminadas no projeto, tanto em âmbito comum aos oito municípios quanto separadamente, e, principalmente, a constituição de um Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)³² de maneira atuante, a continuidade das ações através das diferentes administrações da prefeitura e a criação da Fundação Caminhos da Imigração Alemã³³, responsável por coordenar os trabalhos do planejamento turístico proposto, almejando, assim, um desenvolvimento turístico organizado.

São Pedro de Alcântara, à época do inventário feito para o Plano de Desenvolvimento Turístico “Caminhos da Imigração Alemã”, é destacado com dois atrativos considerados naturais (Caminho das Tropas e Horto Florestal), sete atrativos histórico-culturais (Igreja Matriz de São Pedro de Alcântara, Obelisco dos Imigrantes, Gruta Nossa Senhora de Fátima, Engenho Osni Koerich, Folclore, Artesanato, Eventos³⁴), um equipamento hoteleiro (Hotel Fazenda Pousada do Monte), nove equipamentos complementares de alimentação (Restaurante e Churrascaria São Pedro, Restaurante do Hotel Fazenda, Padaria e Confeitaria Clasen, Central Lanches, Bar São

Projetos, que teve como objetivo a inserção de novos empreendimentos para o incremento do plano, através de cadastramento e análise de uma equipe técnica.

³¹ Neste caso, vale ressaltar dois destaques feitos no Projeto: acerca da incredulidade da população sobre a valorização dos atrativos turísticos de sua região (ou seja, um não reconhecimento interno dos bens culturais e/ou naturais, provavelmente por sua naturalização no cotidiano ou por não haver identificação populacional com sua representação); e acerca da inviabilidade do desenvolvimento turístico (o qual obtém resultados a médio e longo prazos) também para a população local.

³² A criação do COMTUR é diretriz comum aos municípios para o desenvolvimento do plano. Conforme o planejamento, as exigências da EMBRATUR dentro do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) indicam a necessidade de um Conselho para captar recursos, e ele deverá ter a população envolvida. A participação no PNMT só é possível com a existência de um monitor do município, e São Pedro de Alcântara e Rancho Queimado são os únicos que já tinham monitor na época. Além disso, outras diretrizes consideradas imediatas são a criação de Secretarias de Turismo, com pasta específica para todos os municípios e da Fundação “Caminhos da Imigração Alemã”, a fim de gerir as ações e outras diretrizes provenientes destas.

³³ De acordo com o planejamento, a Associação “Caminhos da Imigração Alemã” seria constituída por representantes dos municípios abarcados pelo projeto e, em seu regulamento, sua sede seria no município do então presidente, sendo assim, itinerante. Ela iniciou seus trabalhos apenas no ano de 2009.

³⁴ Festa do Colono e do Motorista em julho; Festa do Padroeiro e do Recheio em outubro.

Pedro Ltda, Pão Caseiro Dona Zilma, Café Colonial Girassol, Conexão Lanches, Bar e Restaurante do Cunha), um equipamento complementar de recreação, entretenimento e lazer (Pesque-pague São Pedro).

A partir disso, nota-se que as práticas culturais do recente município não estavam baseadas nas tradições típicas germânicas costumeiramente vistas em outras regiões, mas que, a partir das suas vivências e peculiaridades, foram-se construindo características culturais diversas, mas que carregam algum traço daquela tradicionalidade. Quer dizer, por haver o povoamento germânico em grande medida, São Pedro de Alcântara teria a característica alemã como referência (sotaque carregado, língua alemã, culinária “de origem”, etc.). No entanto, com as mudanças individuais e coletivas, as características culturais foram se modificando, culminando em uma nova prática social que é diferente daquela dos primeiros colonizadores alemães; porém, algumas características permanecem, sendo apenas adaptadas aos dias atuais. Afinal, os descendentes de alemães têm por nacionalidade a brasileira, constituindo uma cultura que é híbrida entre a teutônica e a brasileira, tendo em mente também a existência de uma mistura entre outras etnias.

O projeto tem a intenção de mostrar uma rota germânica, por isso a importância de uma paisagem na qual estas características possam estar presentes. A caracterização como Primeira Colônia Alemã do Estado³⁵ se torna um trunfo particular, uma “imagem de marca” (PERALTA, 2003), que tem a intenção de aparecer (visto a reiteração deste aspecto, juntamente à intenção turística) ao incentivar a busca por interpretações e patrimônios que legitimem a história que a cidade quer transmitir. As estratégias para isso são desenvolvidas através de arquitetura germânica, no que tange tanto à preservação do que já é existente, quanto a construções no estilo neoenxaimel, além da definição da paisagem e de práticas culturais, gastronomia típica, festas, enfim, características que formam uma paisagem, uma imagem que remete à identidade que se quer transmitir. A busca pelo estilo germânico nas construções, organização e detalhes pela cidade é notada analisando excertos de jornais estaduais, a legislação municipal e atas das sessões da Câmara Municipal do primeiro ano de gestão. Tanto a boa aparência, no que tange a questões de limpeza e embelezamento, quanto à paisagem cultural, são condicionadoras da construção da aparência e atratividade dos locais turísticos. São

³⁵ Já no mês de abril do ano de 1997, primeira legislatura, discutiu-se projeto de lei sobre a designação da locução “Primeira Colônia Alemã de Santa Catarina”, como oficial para o município de São Pedro de Alcântara. O projeto teve aprovação unânime, e a lei nº 030/97 foi sancionada em setembro do mesmo ano.

Pedro de Alcântara almejando a identidade germânica também tem características a esse respeito.

Traça-se um paralelo aqui com as reflexões de Flores (1997). A historiadora traz à tona o que é discutido nas reuniões feitas pela Comissão Municipal de Turismo de Blumenau, a fim de projetar a cidade para um fim turístico orientado por características germânicas. Dentre as necessidades, propostas e sugestões, oferecer uma cidade limpa, higiênica, florida, organizada e ocultar construções mal feitas em locais de grande fluxo de visitantes era ponto de destaque. Além disso, a própria preservação e incentivo do que é considerado “estilo germânico”, sobretudo, em locais de fácil acesso na cidade, é amplamente discutido. Neste sentido, o objetivo é o de preparar a cidade para a visita, limpando-a, equipando-a e fazendo-a agradável ao visitante, construindo o que Flores chamam de “cidade-imaginação”, que tem a funcionalidade de comunicar.

Acerca de São Pedro de Alcântara, no jornal *AN Capital*, do dia 27 de fevereiro de 1997 se lê:

Ruas mais largas, preservação das encostas, cuidado criterioso com o lixo, são alguns dos pontos que pretendem, além do bem-estar dos moradores, atrair turistas. O turismo está recebendo tratamento especial do primeiro governo. As metas vão ser detalhadas no Plano Diretor de São Pedro, que está sendo elaborado pelo departamento de Geografia, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O jornal *O Município* de setembro de 1998, indica o plantio de árvores e flores nas margens da estrada principal de São Pedro de Alcântara, numa parceria entre as coordenadorias de Turismo e Agricultura, e a chamada para o Segundo Concurso de Jardins do Município de São Pedro de Alcântara, no qual os melhores jardins, urbano e rural, receberiam premiação. O primeiro, a isenção do IPTU no ano seguinte ao concurso, e o segundo, “serviços de máquina”³⁶ na propriedade.³⁷

Na entrevista Salézio salienta a estratégia da atuação municipal nesta questão:

³⁶ No jornal não há indicação do tipo de serviço de máquina que era oferecido, apenas este serviço no valor de cento e cinquenta reais.

³⁷ A instituição de concursos de embelezamento da cidade foi feita através da Lei nº 57/97 que “Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a instituir Concursos de embelezamento da Cidade e dá outras providências.” No Artigo 1º consta que “Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover Concursos de embelezamento da Cidade e de decoração natalina, nas áreas urbanas e rural, com objetivo de, com a participação dos Municípios, embelezar a Cidade através do seu ajardinamento e conscientizar sobre a preservação do meio ambiente, tornando-se mais atrativa para os turistas.” Constituindo, portanto, em mais um recurso com fim turístico para o município, cujo enfoque está relacionado à paisagem criada.

nós não podíamos introduzir um processo de conscientização na cidade, pra melhorar a cidade, pra limpar, deixar ela florida, sinalizada, com placas em estilo germânico, entalhadas como tem hoje, nós não podíamos fazer com que a comunidade participasse, fazendo também nas casas, elaborando, e deixando ela totalmente pronta pra ficar dentro do contexto germânico, ou ao menos mais bonita, mais cuidada, se a prefeitura, no caso, o poder público não fizesse a parte dela. E o que nós fizemos? Fizemos o portal de entrada, fizemos os pontos de ônibus, todo estilizado, num estilo próprio de São Pedro, fizemos as placas de sinalização, toda entalhada de madeira, com letra gótica, florimos a cidade, desde o portal de entrada. (...) nós florimos a cidade inteira, desde a prefeitura, da praça até o portal. Então nós tínhamos que dar o exemplo, o poder público tinha que dar o exemplo pras pessoas também se engajarem na campanha.

(Excerto da entrevista com o ex-prefeito municipal Salézio Zimmermann em 09 de junho de 2012)

A questão material e cultural, por sua vez, é vista em lei³⁸ no ano de 2005. Nela se estabelece no Artigo 1º que “todas as construções públicas do Município de São Pedro de Alcântara deverão possuir características que remetam à arquitetura germânica.”, no entanto não há indicações nem qualquer outra definição das características que esta chamada “arquitetura germânica” abarcaria. Cabe ressaltar o que consta em parágrafo único desta lei, em que

Excetuam-se as obras públicas realizadas na comunidade de Santa Tereza, onde estudo técnico que levará em conta as peculiaridades históricas e culturais da localidade poderá identificar, definir e respaldar a construção em estilo arquitetônico diferente do germânico.

Esta definição se explica, novamente, pelo povoamento local. Enquanto o restante do município de São Pedro de Alcântara tem constituição majoritariamente germânica, o bairro de Santa Tereza tem por característica composição afrodescendente, e neste sentido, a prefeitura não intuía a exclusão deste fator, ao instituir a fachada germânica. A lei foi antecedida por discussões que já eram registradas em ata do primeiro ano das sessões da câmara municipal, pois durante a Oitava Sessão Ordinária, do dia 12 de junho de 1997, houve a discussão de um projeto de lei³⁹ no qual se incentivava construções civis em “estilo germânico” na cidade. Este projeto foi justificado pelo vereador Daniel Silveira, ao considerar que o “estilo germânico” devia ser mantido e incentivado, por ser mais um atrativo turístico, a exemplo de Blumenau e Gramado, e contrariado pela vereadora Sandra Regina Silva, justificando que os jovens não

38 Lei nº 362, de 29 de novembro de 2005, assinada pelo então prefeito Ernei José Stahelin.

39 A indicação da ata diz que o projeto de lei foi retirado. Mas em conversa com o atual coordenador de Turismo, é indicada a existência de uma lei que incentiva a construção neoenxaimel.

utilizariam o estilo germânico por preferirem modelos mais modernos em suas residências. Dentro desta discussão, o vereador Roberto Stahelin alertou acerca de uma questão interessante sobre o tema: que “o incentivo [à construção com característica germânica] busca o embelezamento e a atração turística como ocorre em Treze Tílias e não a preservação ou a incrementação histórico-cultural do estilo de construção.” (p. 05)

Esse excerto da ata é rico em características relacionadas à discussão deste trabalho. Nota-se, primeiramente, heterogeneidade no que tange ao tipo de paisagem que se quer construir e valorizar em São Pedro de Alcântara. Ao mesmo tempo em que se busca o chamado “resgate” das origens germânicas, que colonizaram o local em 1829, preocupa-se com novas características culturais que formam as novas gerações presentes na cidade, dentro de uma dicotomia entre “antigo” e “novo” e novamente de identificação. Além disso, levantar a questão de que não se trata de uma incrementação histórico-cultural, como dito pelo então vereador, mas de um ideal turístico, produzido através do cuidado com a paisagem, coloca-se em destaque a relação direta entre o que se constrói para ser visto pelo turista e o que é característica intrínseca e histórica da cidade.

Neste sentido, a autenticidade mais uma vez entra em cena. Gonçalves (1988) ao dialogar e trazer à discussão diversos autores, destaca Lionel Trilling(1972), com um trabalho sobre “sinceridade” e “autenticidade”. De acordo com o autor, a autenticidade está ligada à forma como “realmente” somos, independente do papel que desempenhamos e de nossas relações com o outro. Por este motivo, o autêntico não tem a ver com o que representamos, ele é o “próprio *locus* de significado e realidade” (GONÇALVES, 1988. p.265). Relacionando-o a objetos, seria o “original”, e nesse contexto, o autêntico se explicaria por si só, seria a história. Ou seja, desempenharia sozinho e apenas por existir, o papel da história. Neste contexto, o estudo de Walter Benjamin destacado por Gonçalves acerca da reprodutibilidade técnica entra em questão, no que tange à “aura” do objeto.

A “aura” de um objeto está associada a sua originalidade, a seu caráter único e a uma relação genuína com o passado. Benjamin reserva as noções de singularidade (*uniqueness*) e permanência para designar esses aspectos, em contraste com a reprodutibilidade e a transitoriedade dos objetos “não-auráticos”. (GONÇALVES, 1988. p.265)

Ao trazer à tona o caráter “não-aurático” do objeto destaca-se sua falta de “relação orgânica e real com um passado pessoal ou coletivo.” (1988, p.266),

justamente por serem objetos reproduzidos e transitórios, sem “raízes”. Desaparecendo a aura, portanto, esta oposição verdadeiro/fake, autêntico/inautêntico perde importância, e é, neste sentido, que o autor defende que tanto objetos auráticos como não-auráticos, na definição de Benjamin, são construções ficcionais.

Para o autor, esses patrimônios culturais que poderiam ser considerados inautênticos, possuem uma “autenticidade não-aurática”, e “constituem um exemplo de patrimônio cultural, ‘na época de sua reprodutibilidade técnica’” (GONÇALVES, 1988. p.273), ou seja, são patrimônios de um tempo em que esta reprodutibilidade é possível. Considerando que ele não se funda “numa relação orgânica com o passado, mas na própria possibilidade de reprodução técnica desse passado” (p.273), os “patrimônios culturais construídos”, independente de seu fim, são assumidos como explicitamente artificiais, constituindo, assim, também um patrimônio cultural, mas característico de uma determinada época, neste sentido, representando também significados também desta época. Neste sentido, a identidade para São Pedro está associada a esse jogo autêntico/inautêntico, numa tentativa de formar uma paisagem que remeta ao perfil almejado através do incentivo às construções, com a intenção de fazer o que Flores (1997) chama de “citações do passado”, pois estas construções não tem a intenção de ser mais do que apenas aparência performática, e ao mesmo tempo de referenciar e preservar características consideradas “autênticas”, através das políticas de preservação.

Contudo, esta relação é intrínseca ao capitalismo globalizante, que, trouxe à tona a busca pelas origens, a fim de garantir uma singularidade que não é existente na homogeneidade global. A identidade “germânica” é forjada e afirmada no bojo de interesses econômicos e em um momento do desenvolvimento do capitalismo marcado pela acumulação flexível, na qual o setor de serviços – turismo incluído – ganha particular relevância. Neste sentido, Flores (1997) defende que a arquitetura desempenha a função de identificar e o neoenxaimel (o considerado inautêntico e performático), por sua vez, coube a identificação da arte germânica nas cidades étnicas.

Cabe destacar, nesta discussão, a experiência da antropóloga Alessia de Biase (2001) em artigo intitulado “Ficções arquitetônicas para a construção da identidade” no qual discute a formação de identidades culturais influenciadas por reativações culturais, sobretudo com o intuito turístico, em duas localidades no estado do Rio Grande do Sul (sul do Brasil), cuja imigração italiana do século XIX desempenhou importante papel. Em seu estudo de caso, ela destaca a construção de uma “identidade coletiva”, feita

através de um projeto turístico, que propunha uma vivência considerada italiana na cidade brasileira. Desta forma, patrimônios foram enaltecidos, uma naturalização de práticas de antepassados foi desenvolvida, até o ponto de os moradores da localidade (os que passaram por esta experiência) se sentirem parte daquela atmosfera atemporal.

Neste sentido, a identidade coletiva exposta foi representada e teve como representante as construções para fins turísticos, buscando uma referência étnica e se comportando também como uma identidade local. A necessidade de representação e afirmação destas identidades coletivas pode ter um fundamento na ideia de união e fortalecimento, a fim de considerar semelhanças e distanciamentos (como visto no caso da emancipação). Diante das questões globais e impessoais difundidas, de acordo com Susana Gastal em *Alegorias urbanas: o passado como subterfúgio* (2010), uma identidade coletiva serviria como uma âncora, a fim de que o indivíduo pudesse se estabilizar enquanto entra numa nova época temporal.

Não se pode omitir, também, as referências turísticas dos agentes do governo, ao citarem cidades como Blumenau, Gramado e Treze Tílias; duas delas com características germânicas, e outra austríaca, mas que se valem dessas características também como um fim atrativo para a cidade. Essas comparações são de interesse nesse estudo, pois se caracterizam como indicador turístico. Digo, cidades como essas citadas possibilitam uma paisagem determinada aos turistas e estes a consomem de forma satisfatória. Esta paisagem tem por características as construções que remetem ao estereótipo difundido das cidades germânicas: ruas limpas, organizadas, casas com arquitetura que remete ao enxaimel, fachadas bem cuidadas e ruas floridas. O que Flores (1997) salienta como uma cidade dentro da cidade; uma cidade-imagem, homogênea, sem diferenciações, com a possibilidade de ver-se, através destas características, em outra cidade e em outro tempo. Ao serem comparadas, externam-se expectativas acerca das atividades desenvolvidas no município, bem como uma “pesquisa”, ainda que informal, sobre as preferências e interesses desses turistas culturais, trazendo à tona o papel ativo do turista como consumidor cultural. (MANTECÓN, 2009)

Para Urry (1996), o turismo é um importante elemento das mudanças culturais, sendo parte intrínseca da sociedade e, portanto, um fenômeno social, juntamente às férias, à viagem, ao divertimento, ao entretenimento, etc. Ele destaca o termo “olhar do turista” com mais validade do que uma busca pela própria definição do turismo, pois defende, entre outras perspectivas, que: o olhar do turista é variante, de acordo com

sociedade, grupo social e período histórico, delimitando os polos escolhidos e mais procurados turisticamente; e, sobretudo, que sua atuação está situada numa divisão binária entre o ordinário e o extraordinário, ou seja, há a necessidade da formulação de uma expectativa acerca de um local ou um objeto que esteja fora do cotidiano habitual da vida do indivíduo para que se “faça turismo”. Esta expectativa é formada, justamente, pelo não conhecimento direto deste outro local, apenas pelas imagens divulgadas dele.

Neste sentido, a atratividade do local é produto do olhar do turista e da propaganda turística. Urry (1994, p.26) salienta que “as pessoas têm de aprender como, quando e para onde olhar.”, o turista necessita de marcos claros⁴⁰ que têm a função de sacralizar determinados objetos e lugares, os quais tem por base a identificação do que não é considerado “normal” para o indivíduo turista e com algum valor dentro da sociedade em que ele se insere (neste quesito, sobretudo ao *status* de conhecimento e capital cultural que a prática turística proporciona). O olhar do turista é, portanto, um olhar treinado. Afinal, é através de suas supostas expectativas e “vontades” que as cidades se programam para a atividade turística. Neste tema, Urry (1996) destaca em seu estudo a atuação da propaganda midiática sobre a prática turística, ao disseminar uma espécie de cultura da expectativa que é “comprada” pelo turista e a influência nas atrações, a partir desta expectativa, que é formatada pelos agentes turísticos, constituindo um ciclo de complementaridade. Esta expectativa é destacada por Urry como fundamental para a prática turística e que é coletivamente constituída, principalmente através da televisão, propaganda, cinema, enfim, da mídia.

Neste contexto, o visual, o estético e o olhar são pontos fundamentais para esta atratividade, e, assim a paisagem aparece como questão imprescindível, pois representa a parte visível, o primeiro contato entre espaço e indivíduo e, por tal razão, um “cartão de visitas” para o local turístico, visto que é um dos fatores responsáveis pela atração do turista. De acordo com Eduardo Yázig, citado por Rita de Cássia Ariza da Cruz em “As paisagens artificiais criadas pelo turismo” (2000), o turismo depende da visão, e, desta forma, a paisagem se encontra intimamente ligada a este sentido atrativo, sendo muitas vezes construída a fim de se enquadrar na presumível expectativa do turista, constituindo, quando produzida, uma paisagem artificial. A atratividade turística, para

⁴⁰ Aqui é possível traçar um paralelo com o *Grand Tour* do século XVII, nos quais as referências vinham dos clássicos lidos. Fica notório, portanto, a necessidade de prévio conhecimento e orientação acerca dos locais de visitação, a fim de que haja a distinção entre o habitual e o diferente, mas que se “saiba” onde se pretende chegar, ou seja, a formação da expectativa turística.

esta autora, é resultado da valorização de certos arranjos de formas, os quais são constituídos e considerados, sobretudo, a partir de modismos e cultura de massa para direcionar esta forma de consumo. Neste sentido, a paisagem atrativa está condicionada à ação social, podendo, desta forma, toda paisagem ser atrativa e turística, dependendo apenas da valorização e da aceitação dela pelos turistas-consumidores.

A partir destas considerações, São Pedro de Alcântara procura, em sua paisagem, destacar o “natural” e o “cultural”, vistas as ações turísticas desenvolvidas desde a primeira administração municipal. Esta paisagem cultural também está relacionada à institucionalização dos patrimônios culturais (os quais são pontos chave para a relação com o turismo cultural) localizados na cidade, cujos processos de patrimonialização também podem ser postos a reflexão e discutidos relacionados aos processos de identificação.

2.2 O PATRIMÔNIO CULTURAL E O TURISMO: DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES

O patrimônio cultural, a partir dos anos 1930, foi definido nacionalmente através do Decreto-lei nº25/37, instituído no governo de Getúlio Vargas (Estado Novo, cujas determinações vislumbravam um país homogêneo, no qual a existência de características regionais e locais era considerada desestabilizadora da unidade nacional). Através do Decreto-lei também se instituía um órgão - IPHAN⁴¹ já criado em 1936 - responsável por estas medidas de reconhecimento e preservação e o tombamento surgiu como principal medida para este fim. A implantação do órgão centralizava as decisões, e a interpretação da lei considerava a instituição de um patrimônio cultural nacional relacionada à história e à cultura consideradas nacionais (sobretudo à colonização portuguesa e as referências barrocas), sem considerar regionalizações e características locais para esta preservação. O contexto político vinha de um grande processo de nacionalização, com características na Semana Moderna e no próprio Estado Novo, que buscavam uma identidade brasileira.

No que se conhecia de Santa Catarina, por exemplo, estas características não tinham destaque e por este motivo não foi um estado contemplado por significativos tombamentos no período. A criação de órgãos similares em nível estadual possibilitaria

⁴¹ Inicialmente chamado de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, entre 1946 e 1970, Diretoria - DPHAN – e, a partir da década de 1970, Instituto - IPHAN.

significativas mudanças para esta política de preservação mais abrangente, e, neste sentido, estudos em Santa Catarina foram empreendidos mais especificamente na década 1960, embora tenha havido movimentos com a intenção de preservação da cultural ainda anteriormente⁴². Cabe ressaltar que a política cultural brasileira entre as décadas de 1960 e 1970 teve por característica a expansão das políticas dentro do território nacional, ao incentivar a proteção dos patrimônios estaduais e municipais. (ALTHOFF, 2008) Como resultado disso, houve o Compromisso de Brasília (1970) e o Compromisso de Salvador (1971), em que, entre outras decisões que falarei mais adiante, o compromisso de preservar o patrimônio regional foi selado.

O marco inicial destas políticas preservacionistas em Santa Catarina foi a lei nº 5.056, de 22 de agosto de 1974, revogada pela lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980 e, complementada acerca das considerações do patrimônio pela lei nº 9.342 de 1993, que estabelecia disposições sobre a “proteção do patrimônio cultural do estado”. Através desta lei, há também a instituição de um órgão estadual responsável por essa proteção, a Fundação Catarinense de Cultura, criada em 1979, através do Decreto estadual nº 7.439, em 24 de abril.

O conceito de patrimônio cultural nacional pelo decreto-lei de 1937 foi estabelecido através do Artigo 1º, no qual se lê:

Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Ganhou maior abrangência no Brasil a partir da década de 1970⁴³, ao inserir patrimônios de origem imaterial ao conceito de patrimônio merecedor de proteção. Convenções, legislação e conferências indicam estas mudanças em nível mundial e nacional. A criação da Fundação Nacional Pró-Memória em 1979 conduziu um reposicionamento do IPHAN, “propondo uma atuação mais plural, flexível e voltada para a grande heterogeneidade sócio cultural do país” (ALTHOFF, 2008).

⁴² Por exemplo, a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina no fim do século XIX, I Congresso de História em 1948; criação da Diretoria de Cultura vinculada à Secretaria na década de 1950. (ALTHOFF, 2008)

⁴³ O Decreto nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977 é um sinalizador desta mudança, pela promulgação brasileira da Convenção relativa à proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, determinado pela Unesco na Conferência Geral de 1972, em Paris. Para esta Convenção, o patrimônio cultural e natural é constituído por monumentos, conjuntos e lugares notáveis (tanto de caráter cultural quanto natural) com suas especificações.

Mundialmente, a Conferência Mundial do México sobre Políticas Culturais, de 1985, por sua vez, foi bastante abrangente neste sentido:

O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas. (1985, p.04)

De forma semelhante, a Constituição Federal brasileira, em 1988, também abrangia estes e outros elementos, garantindo ampla definição ao termo, no artigo 216.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A Conferência do México, acima citada, ainda destaca que “qualquer povo tem o direito e o dever de defender e preservar o patrimônio cultural, já que as sociedades se reconhecem a si mesmas através dos valores em que encontram fontes de inspiração criadora.” (p.04), considerando, portanto, o patrimônio cultural como um valor de identificação e dependência dos indivíduos. O patrimônio cultural é, de acordo com Flávia Roberta Costa (2009, p.48) o objeto do turismo cultural, ou seja, “os elementos resultantes dos recursos culturais - materiais e imateriais – do local ou grupo visitado”.

O antropólogo Antonio Augusto Arantes (2009) em seu artigo intitulado “Patrimônio Cultural e Cidade” destaca a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, realizada em 2003, em Paris e promulgada no Brasil em 2006, pelo Decreto nº 5.753, de 12 de abril, por ela romper radicalmente com a definição de patrimônio cultural⁴⁴ ao considerar os bens intangíveis como objetos do campo e legitimar seu valor referencial para grupos sociais, sua natureza dinâmica e incluir

⁴⁴ De acordo com Arantes (2009), esta Convenção teve referências da Convenção de Salvaguarda para a Cultura Tradicional e Folclore, de 1989 e a Declaração Universal sobre Diversidade Cultural, de 2001.

condições de produção como parte do objeto a ser preservado. Uma característica importante das determinações desta Convenção é a consciência de que

Este patrimônio [...] é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

(Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Disponível em < <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>> *apud* ARANTES, 2009, p.15)

Em Santa Catarina, pela lei já citada 5.846, de 22 de dezembro de 1980 e complementada pela lei nº 9.342 de 1993, o patrimônio cultural estadual é definido no artigo 1º e 2º.

Art. 1º Integram o patrimônio cultural do Estado, os bens móveis e imóveis que, pelo interesse público em sua conservação venham a ser tombados pelo órgão competente.

Art. 2º Consideram-se de valor histórico ou artístico, para os fins desta Lei, as obras intelectuais no domínio da arte e os documentos e coisas que estejam vinculados a fatos memoráveis da História ou que apresentem excepcional valor arqueológico, etnográfico, artístico, bibliográfico, religioso, bem como monumentos naturais, sítios e paisagens que importe conservar e proteger, pela feição notável com que tenham sido dotadas pela natureza ou agenciados pela indústria humana.”

Consta no Artigo 1º da lei 45/97⁴⁵ sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico e natural do município de São Pedro de Alcântara e criação de órgão competente, que:

Constituem patrimônio histórico, artístico, arquitetônico e natural do Município de São Pedro de Alcântara, os bens móveis e imóveis existentes no seu território, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos históricos notáveis, que por seu valor cultural, a qualquer título ou arquitetura característica.

Ao contrapor a escrita da lei municipal com o Decreto-lei nº25/37, a semelhança é notória. A diferenciação está no fato de se referir a patrimônio municipal e não nacional e por não agregar valor arqueológico, etnográfico e bibliográfico. Não se vê delimitação quanto à questão étnica, no entanto, é a interpretação desta lei, a partir das esferas políticas, que considera as características “notáveis” do bem cultural a ser preservado, constituindo o processo de patrimonialização tratado por Peralta. Esta lei

⁴⁵ A partir do projeto de lei nº 052/97, aprovado por unanimidade na sessão da Câmara dos vereadores do dia 26 de junho de 1997.

municipal também criou o SPHAM – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal – órgão municipal responsável pela proteção dos bens e patrimônios municipais, e instituiu critérios para o tombamento, manutenção e preservação do patrimônio da cidade⁴⁶.

Através destas considerações, vê-se que o termo “patrimônio cultural” tem implicações variadas dependendo da esfera em que se fala, mas busca se relacionar com a representação da identidade de um grupo. Neste sentido, Arantes (2009) alerta que a expressão “patrimônio cultural” não propõe explicar ou interpretar o social, como se a partir dele se pudesse basear a sociedade que ele representa; pelo contrário, a expressão propõe que se a explique, pois designa construções ideológicas ou representações, focalizando seu caráter singular na dinâmica cultural. O patrimônio é produzido através dos meios sociais e não pode, portanto, estar desvinculado deles, pois é através deles que ele garante seu sentido.

Sua “serventia”, contudo, pode ser mais tateada, sobretudo considerando a premissa de que para haver o processo de patrimonialização é necessário haver uma dimensão utilitária⁴⁷. Também de acordo com Arantes (2009), o patrimônio serve para fins práticos, bem como para identificar, diferenciar e hierarquizar categorias e estratos sociais, participando da estruturação social, formando identidades e um sentimento de pertença. A antropóloga Elsa Peralta (2003, p.85) em seu artigo “O Mar por Tradição: o patrimônio e a construção das imagens do turismo”, afirma:

O patrimônio serve, antes de mais, a fins de identificação coletiva, veiculando uma consciência e um sentimento de grupo, para os próprios e para os demais, erigindo, nesse processo, fronteiras diferenciadoras que permitem manter e preservar a identidade coletiva.

A ideia de identificação coletiva, que constitui o processo pelo qual se procura chegar a uma identidade coletiva, baseada no pertencimento, é possível pelo fato de o patrimônio constituir uma idealização que é produzida por sociedades sobre seus próprios valores. Neste sentido, o processo de patrimonialização não é espontâneo. Esta categorização de identidade é, para Peralta (2003), o aspecto simbólico da utilização do

⁴⁶ No início da gestão, o SPHAM foi implantado, mas depois deixou de existir. Os tombamentos municipais são realizados através de discussões na câmara de vereadores e sancionados pelo prefeito municipal.

⁴⁷ Ver Llorenç Prats *apud* PERALTA, Elsa. O mar por tradição: o patrimônio e a construção das imagens do turismo. **Horizontes antropológicos [on line]**, v.9, n.20, 2003, p.85 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a04.pdf>>

patrimônio. Além deste, ela ainda ressalta dois usos: o político e o econômico do patrimônio cultural. O político diz respeito às ações das esferas políticas de poder para disseminar um determinado passado através da instituição de valores e de símbolos que orientem esta visão. Esta esfera é privilegiada por ter uma base sólida e legítima para atuar neste sentido e é a força motriz do processo de patrimonialização, sendo a partir dela, com base no aspecto simbólico, que essa instituição é efetivada. O econômico, por sua vez, é baseado, sobretudo, na utilização turística do patrimônio. As três vertentes se complementam e participam de um ciclo de auto-alimentação, pois os

referenciais simbólicos fornecem motivos que alimentam a indústria turística e a indústria turística recria os elementos culturais e a própria história, emanando novos referentes simbólicos que dão substância à imaginação coletiva. (PERALTA, 2003, p. 87)

Através destes usos e sua complementaridade para a existência e permanência do patrimônio cultural, Peralta discute o processo de patrimonialização pelo qual os elementos culturais passam e estão suscetíveis a serem enaltecidos por determinadas características e suprimidos por outras. As motivações para estas determinações aparecem, normalmente, de acordo com a história oficial e/ou conhecida do local em que os elementos culturais estão, ou de acordo com as características, tidas pela esfera política, supostamente de mais fácil aceitação populacional para a construção e legitimação de sua política e da categoria de identidade coletiva.

Este processo de patrimonialização, por sua vez, tem por implicação aspectos simbólicos, políticos, legais e econômicos. Nos aspectos legais, o tombamento, de acordo com Maria Cecília Londres Fonseca (1997, p.206-7), “tem sido considerado e utilizado, tanto por agentes oficiais quanto por grupos sociais, como o rito, por excelência, de consagração do valor cultural de um bem”, sendo a “prática mais significativa da política de preservação federal no Brasil”, até o ano de 2000, quando foi instituído nacionalmente o registro para preservação de bens imateriais, através do decreto nº 3551 de 04 de agosto de 2000. O entendimento do tombamento e do registro como medidas de determinação de valor cultural pode ser considerado tanto ao nível das instituições políticas e legais (neste caso, estadual e municipal), quanto para os habitantes das localidades cujo bem pertence, nas identificações e simbologias que o acarreta. De acordo com Peralta (2003), o patrimônio quando instituído auxilia na perpetuação de um passado que se quer transmitir, ao constatar que o patrimônio serve

para identificação coletiva, por buscar a integração do indivíduo a um grupo, a fim de que haja uma “comunidade” de “nós” em contraposição a uma “comunidade” do “outro”.

Acerca de algumas ações de reconhecimento e tombamento de bens feitas no estado de Santa Catarina, Althoff (2008) indica que foi feito um levantamento⁴⁸ fotográfico para o Seminário sobre Desenvolvimento Urbano e Preservação do Patrimônio Histórico (sobretudo de características alemãs) que aconteceu em 1981 e este levantamento foi iniciado pela região que hoje se localiza o município de São Pedro de Alcântara, seguindo para o Vale do Itajaí, Norte e Planalto Norte. Deste levantamento foi produzido um áudio-visual com os bens e a construção pelos descendentes de alemães. Já nas décadas de 1990 e 2000, empreenderam-se três projetos pela FCC (Projeto Identidade das Cidades Catarinenses, Roteiros Culturais de Imigração e Roteiros Nacionais de Imigração), englobando algumas cidades catarinenses, com referência étnica portuguesa, germânica e italiana, consideradas as três majoritárias do estado. Em questão de efetivos tombamentos, nenhum dos projetos estaduais abarcou o então município de São Pedro de Alcântara.

Neste sentido, no ano de 2000, o então prefeito Salézio Zimmermann enviou à Fundação Catarinense de Cultura, solicitação de tombamento⁴⁹ para três bens localizados em São Pedro de Alcântara, denominados “Conjunto composto pelo cemitério antigo e parte do *Kaiserlicherweg* - Caminho Imperial (antiga ligação de Desterro com a cidade de Lages) localizados na sede do município de São Pedro de Alcântara”; “Conjunto de edificações históricas existentes na comunidade rural de Santa Filomena” e “Casario histórico existente na comunidade rural do Campo de Demonstração”. O primeiro conjunto tem características germânicas, no que tange ao cemitério, que foi o primeiro da localidade, juntamente ao chamado Caminho Imperial, também conhecido como Caminho das Tropas, por onde passavam os tropeiros que faziam o caminho de ligação entre Desterro e Lages, dois entrepostos comerciais. A designação de Caminho Imperial se dá pela passagem do Imperador e Imperatriz do Brasil pela região e, conseqüentemente, por este caminho, que era o único aberto que fazia ligação com a capital. O segundo constitui um conjunto de construções que

⁴⁸ A FCC em parceria com o IPHAN realizaram em 1983 o Inventário das Correntes Migratórias em dois municípios representantes de cada uma das três etnias que são majoritárias e que ocuparam o estado: luso-brasileira, Laguna e São Francisco do Sul; teuto-brasileira, Joinville e São Bento do Sul e ítalo-brasileira, Urussanga e Nova Veneza. (ALTHOFF, 2008)

⁴⁹ Processo de tombamento n. 1554 da Vila Kretzer em São Pedro de Alcântara.

remontam também ao caminho histórico entre Desterro e Lages, mas relacionado à prática diretamente comercial, com referências alemãs; e, por fim, o terceiro, constitui construção com características referentes à colonização luso-açoriana na região.

O terceiro bem⁵⁰ cujo tombamento foi solicitado se destaca por sua diferenciação da narrativa que se apresenta. A cidade que até então se mostrou objetivada a mostrar e reconhecer seus bens culturais que remetesse à colonização alemã, sua “menina dos olhos”, depara-se com um bem cuja natureza remete ao povoamento luso-açoriano da região. No entanto, é sabido que a área ocupada pelos colonizadores alemães foi uma cessão do Império com o objetivo de ocupar o interior do Brasil e garantir o território. Nestas terras já havia a presença de luso-açorianos, embora fosse sem o reconhecimento imperial. Neste sentido, muitas das características do local constituem um hibridismo entre as duas colonizações, sobressaindo, no entanto, o alemão, devido ao grande número de descendentes de alemães que chegaram e permaneceram. Além disso, como já dito anteriormente e destacado, ao menos, no planejamento e sugestões para a área cultural e turística do ano de 2011, o objetivo da prefeitura não é o de omitir – mas também não é o de exaltar, embora haja a solicitação - outras etnias que povoaram o município. Esta assertiva se dá também vide informação do site da Prefeitura Municipal no qual consta, quanto à colonização da cidade, a divulgação de ser formada pelas etnias “germânica e luso-açoriana”⁵¹.

Outra divulgação é feita através da reportagem no Caderno Memória do Jornal *Diário Catarinense*, de 27 de dezembro de 1996, a qual divulga a exposição “São Pedro de Alcântara – Fragmentos e memória”, feita por historiadores, que teve por objetivo englobar um pouco da diversidade étnica formadora da região. Na esfera legal, por sua vez, como visto, os bens se constituem pelo “valor notável na história do município”, não fazendo clara distinção étnica (situação que é direcionada dependendo apenas da interpretação da lei, a partir das diferentes administrações políticas). Desta forma, as políticas públicas da cidade buscariam a preservação de patrimônios que fizessem parte da história e constituição de São Pedro de Alcântara, haja vista a antiga categorização, remontando também ao início do estado de Santa Catarina, mas dando ênfase turística e paisagística a questões relacionadas às características alemãs.

⁵⁰ A construção cujas características remetem à colonização luso-açoriana não foi tombada em nível estadual, mas foi em nível municipal, de acordo com informação cedida pelo atual Coordenador de Cultura. A casa foi comprada pela empresa Hoepcke, e está sendo restaurada/reformada para possibilitar o possível funcionamento de um espaço cultural.

⁵¹ Situação que omite a presença indígena e afrodescendente na região, no entanto.

No mesmo documento de solicitação o então prefeito salienta o fato de a cultura e história da cidade terem se “perdido no tempo”, devido à falta de administração própria até o ano de 1997, e que apenas com a posse dos primeiros administradores que se pôde iniciar um trabalho de “preservação e resgate histórico”, e destaca:

Hoje possuímos Grupo Infantil de Danças Folclóricas Alemãs, o local para a constituição do Museu e Arquivo Histórico Municipal, publicamos dois livros (São Pedro de Alcântara - 1829 - 1999 Aspectos de sua História e São Pedro de Alcântara 170 anos depois... 1829 - março - 1999), enfim, a muito custo estamos preservando e resgatando não só o que é de interesse para os alcantarenses, mas o que é de interesse para a história e cultura do Estado de Santa Catarina.

(Excerto retirado o ofício nº 040/2000 do processo de tombamento nº1554 da Fundação Catarinense de Cultura)

Destes, o único tombamento levado adiante⁵² foi o do “Conjunto de edificações históricas existentes na comunidade rural de Santa Filomena”, denominado de “Vila Kretzer”, homologado em 2002. A solicitação se justifica por cinco motivos, dentre os quais o turismo e o “resgate” da cultura germânica têm destaque:

- A inexistência de patrimônio edificado que tenha sido restaurado ou tombado em São Pedro de Alcântara - Primeira Colônia Alemã em Santa Catarina, a nível estadual ou federal;
- A escassez no município de outros imóveis de valor histórico com detalhes arquitetônicos tão ricos;
- A localização privilegiada e facilidade de acesso;
- A criação de mais um forte atrativo turístico;
- A possibilidade de utilização, após restauro, do espaço com um centro cultural, local para realização de cursos, exposições, venda de produtos coloniais e centro de informações turísticas.

(Excerto retirado da justificativa de solicitação do processo de tombamento nº1554 da Fundação Catarinense de Cultura)

A relação entre patrimônio cultural e turismo é considerada desde os anos 1930, através das políticas de preservação do patrimônio cultural desenvolvidas pelo SPHAN. Para muitos dos estudiosos do Instituto, não bastava só a proteção dos bens culturais, era necessária também sua divulgação, ampliando a visitação dos conjuntos urbanos preservados, apoiando a construção de hotéis, publicação de guias e abertura de museus

⁵² De acordo com a legislação municipal, os bens tombamentos em nível estadual serão também inseridos no quadro de bens tombados em nível municipal. Neste sentido, os patrimônios culturais municipais tombados são: Vila Kretzer, Cemitério Antigo, Caminho Imperial e Figueira da Praça.

e demais instituições nos sítios patrimonializados⁵³. Além disso, a divulgação dos patrimônios auxiliava na legitimação das ações do órgão federal. Já na década de 1960, reflexos sobre o patrimônio cultural foram vistos quando da expansão mundial do turismo, e Leila Bianchi Aguiar (2008, p.75), em estudo sobre o tema, traz informação de que o que se considera turismo cultural era uma alternativa que, aparecia como a solução para os problemas de preservação do patrimônio cultural brasileiro:

neste contexto, os bens deveriam ser preservados porque *eram atrações turísticas* e, conseqüentemente, capacitavam-se novos agentes sociais aptos a defini-los, geri-los e desenvolver novas formas de salvaguarda.

O turismo era, portanto, considerado uma importante via para o desenvolvimento econômico brasileiro (num cenário nacional marcado pelo desenvolvimentismo) e para a auto-sustentabilidade ou geração de recursos para a preservação do patrimônio cultural. Neste sentido, pode-se citar, em nível internacional, a Conferência de Quito, de 1967, como de importante contribuição para o turismo cultural, uma vez que determinou normas para a exploração econômica do patrimônio. Dentre suas determinações, está que:

Valorizar um bem histórico ou artístico equivale a habilitá-lo com as condições objetivas e ambientais que, sem desvirtuar sua natureza ressaltam suas características e permitam seu ótimo aproveitamento. Deve-se entender que a valorização se realiza em função de um fim transcendente, que [...] seria o de contribuir para o desenvolvimento econômico da região.

(Excerto retirado das Normas de Quito 1967. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238>>. Acesso em 12 de abril de 2012)

De forma paralela, no caso brasileiro, cabe ressaltar o Compromisso de Brasília de 1970 e o de Salvador de 1971, que, em certo aspecto, complementam-se. Os dois estão de acordo quanto à importância e a necessidade de um melhor gerenciamento do patrimônio cultural regional, estadual ou nacional, com o objetivo de preservá-lo e torná-lo de conhecimento da população; neste sentido, abrangia-se os esforços de preservação. O Compromisso de Brasília salienta a inclusão no currículo escolar do “culto ao passado”, desde o primário, a produção de trabalhos acadêmicos, além da

⁵³ Ver CAVALCANTI, L. P. O Grande Hotel de Ouro Preto. In: -. **Moderno e Brasileiro**: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-1960). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p.109-120, no qual o autor discorre acerca da construção do Hotel Ouro Preto, com o intuito de encontrar um ponto de equilíbrio entre a imagem histórica de Ouro Preto e esta construção moderna, para alojamento de turistas interessados em visitar a cidade.

instituição de casas de cultura e museus para que disponibilizem o acervo à população. Vê-se clara a questão da capacitação, na recomendação da criação de cursos especializados para profissionais, bem como a necessidade no apoio monetário para que essas medidas pudessem ser efetivadas. O “culto ao passado” é caracterizado como fator fundamental para a formação da consciência nacional e como se pretende que se instale desde as séries iniciais, o Compromisso destaca focos temáticos para o ensino, desde o reconhecimento de monumentos nacionais notáveis, passando pela educação moral e cívica, até História da Arte no Brasil.

O Compromisso de Salvador ratifica o Compromisso de Brasília, recomendando formas para garantir custeios das ações de preservação empreendidas em bens protegidos pela lei, ou seja, diferentes possibilidades para garantir apoio financeiro, destacando, inclusive, o turismo, além de propor parcerias (órgãos públicos, privados, universidades) para a divulgação e o reconhecimento dos bens. Abarcando estes dois Compromissos, destaco o contexto brasileiro em que eles se inserem, na década de 1970, nos quais as características de “culto ao passado” e busca por investimentos estão ligadas ao período de regime de governo brasileiro de ditadura civil-militar, no qual o sentimento de lealdade à nação e a formação de uma identidade íntegra eram elementos fundamentais, bem como o desenvolvimento econômico no chamado “milagre econômico” e a divulgação de um país próspero.

Dentro desta perspectiva de divulgação (a qual abrange a questão turística), cabe também ressaltar a Lei nº 6.513 de 20 de dezembro de 1977, sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico e sobre o inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural, através da qual a preservação dos bens culturais brasileiros ficou legalmente atrelada à sua potencialidade enquanto atrativo turístico. Costa (2009, p.35) indica que:

[o] turismo patrimonial é o pilar de sustentação de toda a política de turismo traçada para a Comunidade Europeia no início da década de 1990, assim como para muitos outros destinos turísticos – reais e potenciais – detentores de bens ligados ao patrimônio cultural. Mesmo no Brasil, a utilização de conjuntos históricos (assim como de seus bens de forma isolada) para o turismo e lazer urbano pode ser facilmente verificada.

Em Santa Catarina, um destaque importante nesta relação próxima entre preservação do patrimônio e turismo cultural é desenhada na década de 1990, sobretudo entre 1991 e 1994 através do Plano de Governo SIM, no qual se lê:

A primeira grande ação do governo nesta área será a execução do “Programa Turismo Cultural” descrito no capítulo 9 – COMÉRCIO/TURISMO. Representará o maior esforço já realizado neste Estado visando à recuperação do seu patrimônio histórico-cultural. (KLEINÜBING; KONDER-REIS, 1991, p. 6/13 *apud* ALTHOFF, 2008, p.88)

No período, Dalmo Vieira Filho foi o Diretor de Patrimônio Cultural da FCC e desenvolveu, em larga divulgação, uma grande ação de tombamento (aproximadamente 300 edificações) através da prática de um projeto e a instalação do Museu do Mar em São Francisco do Sul, sob essa prerrogativa.

No entanto, a relação entre as duas práticas ainda é problemática, pois tanto há discussões acerca da necessidade turística para a preservação dos patrimônios culturais, atrelando sua potencialidade, a uma “serventia” à sociedade e à garantia de arrecadação de renda⁵⁴ e do conhecimento e entendimento do bem para sua preservação, quanto do perigo para estes patrimônios, sobretudo às consequências normalmente destruturantes relacionadas a um turismo massificado, o qual não busca o entendimento e conhecimento, para o respeito ao patrimônio.

As ações requeridas na perspectiva do turismo e do patrimônio pelo poder municipal para São Pedro de Alcântara abarcam a discussão, dentro da expectativa de se preservar a cultura e os patrimônios existentes na comunidade e utilizá-los com o fim de identificação coletiva e desenvolvimento econômico de uma cidade incipiente, através da geração de empregos e renda. Neste sentido, é a esfera política que sempre terá voz, por “ativar o patrimônio”, seja na escolha do repertório cultural, nas aprovações e produções de projetos turísticos e, no que Peralta (2003) chama de “invenção” das características para alimentar a identidade coletiva.

O que se busca através das escolhas culturais de fim turístico, portanto, é uma homogeneização de características, a fim de atrair a atenção e o interesse dos consumidores culturais. Desta forma, a denominação de primeira colônia alemã auxilia na procura por características homogêneas para a cidade, que são incentivadas dentro da esfera política, através de medidas desempenhadas pela prefeitura. Elas são, por sua vez, auxiliadas pela prática turística, através do enaltecimento dos patrimônios, das práticas culturais disseminadas e do caráter de identificação que todo este processo desempenha,

54 O turismo é um meio, mas não o único para garantir esta preservação, devendo haver, sobretudo, um processo de identificação entre o patrimônio e a comunidade, a fim de que ele possa ser preservado.

atuando diretamente na vida das pessoas que fazem parte da localidade. Não significa, porém, que haja, internamente, subordinação de práticas de outros grupos étnicos para o germânico, no entanto, na imagem que se quer transmitir da cidade, uma chamada “identidade germânica” se vê mais proeminente.

Dentro do contexto de patrimonialização e através da definição trazida pela Constituição Federal, o patrimônio cultural seria o portador da referência à identidade, à ação e à memória dos grupos, e, desta forma, auxiliaria no reconhecimento da identidade e em sua tomada de direção, gerando um sentimento de pertencimento. Este sentimento é identificado através da representação pública das características dentro da dinâmica social.

Em 2004, a Prefeitura Municipal tombou em nível municipal três bens patrimoniais: “O Cemitério Antigo”; “O Caminho das Tropas” (os dois que constavam na solicitação para tombamento em nível estadual) e “A figueira da Praça Prefeito João Adalgísio Philippi”. Esses tombamentos foram realizados através da lei nº 287/04 instituída na gestão do então prefeito Dionísio Pauli, e a princípio, não passaram por processo de análise técnica de suas características. O SPHAM, que seria responsável por essas medidas, como visto, não foi um órgão atuante e de vida longa na constituição do município. No mesmo ano, fala-se de uma restauração a ser feita no “Casarão Kretzer” (Vila Kretzer). Juntamente a esse processo de restauro, o qual é proposto pelo dono do imóvel, não identificado e morador de fora da cidade, o apreço pelo casario e sua preservação são vistas em falas ligadas a duas importantes instituições: a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara e a Fundação Catarinense de Cultura.

Até se encontra casarios com características germânicas em outros municípios, mas um conjunto como este não. O local servia como ponto de parada dos tropeiros que vinham de Lages, sendo que havia toda uma estrutura montada para isso, como o mercado, para negociar os produtos, o espaço para hospedagem e até área de lazer (canha de bocha). [...] Logicamente que as características presentes naquele casario, como a parte de alvenaria, o frontão e os adornos artísticos são um diferencial. Mas a história que toda a área representa é realmente única e foi reconhecida como patrimônio devido à complexidade de funções.

(Simone Harger, então Diretora de Patrimônio Cultural da FCC. *Jornal AN Capital*, Caderno Memória 01/08/2004. P.06)

Esta fala da então diretora de patrimônio cultural da Fundação Catarinense de Cultura denota características que o conjunto de casas possui, os quais foram motivos para o parecer favorável da comissão e a homologação do então governador do Estado

Esperidião Amin Helou Filho. Além disso, transparecem a importância concedida a diferentes bens tombados, relacionando sua história e arquitetura. Este conjunto citado não tem as características mais difundidas como “germânicas”, sobretudo pelas festas de outubro no Vale do Itajaí, em especial, o enxaimel⁵⁵.

Cabe ressaltar que, de acordo com o Dossiê dos Roteiros Nacionais de Imigração, as características arquitetônicas do município e de outros próximos (Antônio Carlos, São Bonifácio, Angelina, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz) que prevalecem é uma mistura entre características germânicas e luso-açorianas. A colônia foi a primeira a ser implantada em Santa Catarina e também uma das primeiras a ter contato direto com os povos luso-açorianos, justificando o hibridismo inicial. Neste sentido, estas características híbridas não são comuns em outras colônias do estado, como por exemplo, do Vale do Itajaí. Apesar disso, as características que se sobressaem são as germânicas.

No caso desta construção que foi tombada, as características apresentadas na descrição do conjunto têm características germânicas, sobretudo, características da época pós-colonial, do fim do século XIX e início do século XX. É vista na fachada as inscrições: “Germano Kretzer” e o ano de “1920”, corroborando com essa interpretação. Althoff (2008) apresenta estas características, que se complementam com informações do Dossiê dos Roteiros Nacionais. Neste sentido, de acordo com Althoff (2008), os conjuntos comerciais com características germânicas eram constituídos por uma casa principal que era a residência do colono, e outras edificações de serviço próximas a ela e por conjuntos comerciais rurais, ponto de parada de rotas comerciais. O Dossiê de Tombamento dos Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina acrescenta a este cenário, os ranchos que eram para os animais e utilizados como depósito para produtos e instrumentos agrícolas, com construção anexa às casas. Em frente, os jardins, tendo as áreas planas serventia para o plantio de produtos agrícolas e as pastagens preservadas aos fundos da residência principal.

⁵⁵ De acordo com o Dossiê de Tombamento dos Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina, o enxaimel foi o tipo de arquitetura adotada pelos colonos alemães após estarem já há muito tempo na terra delegada, pois a primeira preocupação ao virem para o Brasil e, neste caso para Santa Catarina, era iniciar uma nova vida no Novo Mundo. E para alcançar este objetivo, a prioridade foi a de se instalar de acordo com lotes demarcados a partir dos cursos dos rios, de abrir as clareiras e procurar as áreas próprias para o cultivo, habitação, pasto, para seus estabelecimentos, enfim. Após isso, é que a arquitetura foi abarcada, hoje bastante valorizada. Nesta região, sobretudo, pela prática do comércio, o contato dos colonos alemães com o “brasileiro”, representado pelos luso-açorianos fez surgir um tipo de arquitetura híbrida, que dificilmente é encontrada em outro lugar.

Ambas as descrições remetem ao perfil arquitetônico que aparece no conjunto datado de 1920 e tombado em nível estadual em São Pedro de Alcântara, juntamente ao uso peculiar que se deu ao prédio, na prática do comércio. Este uso é justificado pela existência do Caminho das Tropas, que ligava a capital Desterro, no litoral, a Lages, no planalto. Este conjunto de casas fica na beira da estrada que era utilizada pelos tropeiros durante sua viagem. Conforme justificativa histórica do tombamento, o local era ponto de parada para descanso na estalagem, para comercialização de produtos, pernoite das comitivas que levavam gado para ser abatido em Florianópolis (pois havia o pasto na parte de trás do casario que era alugado) e também foi utilizado por muito tempo para bailes e festas, atraindo público das principais localidades da região. Além de ter o casario tombado, seu entorno também foi abarcado pela ação de preservação, como dito por Simone Harger, então diretora de patrimônio cultural da Fundação Catarinense de Cultura.

Através da mesma reportagem do mesmo jornal *AN Capital*, noticiou-se obras para a diminuição da rua que passa em frente ao casarão, aumentando, assim, a distância entre a construção e a estrada, por onde os carros pesados - diferentes dos transportes da época da construção – passam. O então coordenador de Fiscalização e Tributos de São Pedro de Alcântara, Daniel Silveira (hoje Coordenador de Cultura), defende então a obra, afirmando que “Acreditamos que a importância histórica e cultural daquela construção justifica esta intervenção.”⁵⁶

Dois dias após essa reportagem, o então diretor-geral da Fundação Catarinense de Cultura elogiou a divulgação do assunto feita pelo jornal, através de mensagem inclusa na página “Ponto de Vista”, destinada às opiniões dos leitores. Na mensagem, dizia que

O importante resgate da história feito pela repórter a partir de relatos dos antigos proprietários contribui para o trabalho de conscientização que a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) vem desenvolvendo na preservação do patrimônio histórico. Reportagens como essa educam e despertam o interesse da comunidade para manter viva sua memória.

(Edson Busch Machado, Jornal *AN Capital*, 03 de agosto de 2004, p. 02)

Acerca da inserção do patrimônio cultural trago à discussão as reflexões de Pierre Nora (1984) em “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. O historiador francês ao tratar da problemática da memória, da história e dos lugares, traz

à tona questões de interesse, sobretudo ao destacar a necessidade destes “lugares de memória”, dentro de uma ambientação com o momento em que se vive, no qual não existe mais uma memória amplamente partilhada socialmente; que o passado não nos pertence mais, e daí a necessidade de ativar o passado e de valorizá-lo. Esta perspectiva é vista, sobretudo, na fala da esfera política, como quando da intervenção na cidade a fim de garantir a manutenção de patrimônio histórico, como na fala do coordenador e também visto na solicitação para tombamento estadual e na própria entrevista com o ex-prefeito. Contudo, o caráter econômico não é omitido, corroborando com as considerações feitas acerca da união entre turismo e patrimônio cultural.

O único bem tombado em nível estadual, a “Vila Kretzer”, não é utilizado para fins turísticos, pois trata-se de um patrimônio particular e, de acordo com a atual Coordenadora de Turismo, Aline Pauli, o proprietário optou por não utilizá-lo para fins turísticos diretos. Em seu anexo é desenvolvido o Projeto Educando com a Música (parceria entre empresa Dígito, Camerata Florianópolis e Prefeitura Municipal), sendo o uso, portanto, cultural. Apesar disso, em 2005, na região da localidade de Santa Filomena (incluindo a propriedade) foi instituída por lei municipal (360/05) a criação do Centro Histórico de Santa Filomena, justificado “por sua importância histórica, cultural e arquitetônica”. Tal determinação e a divulgação do conjunto como patrimônio cultural estadual coloca o bem dentro de uma possível rota turística, havendo a possibilidade, ao menos de acesso a ele.

No cemitério tombado em nível municipal não foram feitas significativas melhorias; o Caminho Imperial ou Caminho das Tropas tem manutenção regular e é utilizado para acesso ao Salto, cachoeira existente na localidade que também faz parte do *trade* turístico municipal (atrativo natural). Também no ano de 2005, através de lei municipal, proibiu-se o trânsito de veículos pelo caminho até a cachoeira, justificado no artigo 1º, também “por sua importância histórica, cultural e arquitetônica”, sendo permitida a circulação a pé, em bicicletas e motocicletas. A figueira da praça central é também mantida. Ela é paisagem importante para a cidade, pois está localizada à frente da Prefeitura Municipal, próxima à Igreja Matriz e é onde acontecem a *Stammtisch* e a Feira Arte e Sabor, onde são vendidos produtos feitos na localidade (mel, cachaça, chocolate, doces e pães caseiros, trabalhos manuais) e se tem acesso à *Oktobertanz* e às demais festas realizadas pela Igreja Matriz. A praça foi revitalizada e conta com monumento em homenagem às famílias descendentes de alemães que se destinaram à

cidade, chamado “Árvore de Maio” ou *Maibaum* e conta com os brasões de diversos sobrenomes existentes ainda na localidade.

A Igreja Matriz, por diversas vezes, foi cogitada a intenção de se instituir o tombamento. Ela é um cartão postal da cidade, presente na maioria das referências que são feitas ao município e local turístico. No entanto, este tombamento não entrou em processo. Através de informações obtidas pelo coordenador de Turismo, Daniel Silveira, está para entrar na Câmara de vereadores um projeto definindo o Recheio de Galinha ou Recheio Alemão como patrimônio cultural imaterial da cidade (este alimento é difundido, sobretudo, na festa do Recheio, realização da Igreja Matriz no mês de outubro, mas também em outras festas e também na *Oktobertanz*).

Além disso, tem-se também a intenção de tombar sepulturas localizadas no município. O inventário feito pelo Roteiros Nacionais de Imigração considera a existência de “cemitérios notáveis” na região de São Pedro de Alcântara. Daniel Silveira pondera, no entanto, que os tombamentos tenham que ser feitos de forma bem encaminhada, almejando a participação da comunidade para que o empreendimento do processo seja um dado positivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O extenso período de tempo abarcado pela pesquisa impediu que considerações menos abrangentes fossem traçadas, o que foi também uma dificuldade encontrada durante a realização deste trabalho. A pesquisa em períodos temporais menores, com fontes precisas, localizando, individualmente, de onde fala cada uma delas, possibilitaria uma interpretação mais minuciosa acerca desses processos extensos e ricos em peculiaridades. Entendo, por isso, que eu não tenha abarcado todas as implicações que esses processos difundem. Por exemplo, pesquisas minuciosas nas atas da ALESC e das Câmaras de Vereadores de São José e de São Pedro de Alcântara, entrevistas e coleta de materiais pessoais de outros participantes da Comissão, maior aprofundamento acerca da questão do município no Brasil e estudo minucioso das Constituições em relação aos governos brasileiros, aprofundamento da discussão acerca da inserção da prática turística no mundo globalizado e peculiaridades catarinenses, seriam de rica inserção ao conjunto do trabalho. No entanto, busquei ao menos apontar e pôr à reflexão características que considere, a partir de estudos, intrínsecas aos processos, almejando, também, contribuir para iniciar uma pesquisa acerca da história recente do município.

Ao abordar a temática das identidades dentro dos processos de formação e consolidação do município de São Pedro de Alcântara, tive a intenção de observar permanências e rupturas em características de dois períodos diferentes da história da cidade. O primeiro estava caracterizado pelo processo de emancipação municipal, o qual teve a intenção de mobilizar vontades e ressaltar necessidades do município; o segundo, por sua vez, é caracterizado pelo município independente, que tem por objetivo sua consolidação e desenvolvimento. Além destes fatores, diante do que foi exposto nos dois capítulos, viu-se a relação direta entre a construção de uma identidade germânica a fim de ser utilizada para fins de identificação coletiva, desenvolvimento econômico e promoção da cidade.

O estereótipo da Colônia Alemã, neste sentido, através de práticas políticas, incitou uma espécie de “mito de origem”, no qual foi possível um apoio para o desenvolvimento de ações de interesse, nos dois momentos abarcados. A partir daí, buscou-se valorizar essa origem, dar continuidade à história dos antepassados, ou seja, tentou-se fazer com que a origem mítica determinasse a leitura da história da “nova cidade”, tanto dentro de um aspecto simbólico, caracterizado pela não perda de uma

parte da memória, que para Candau (2011), significaria a perda da identidade (fazendo uma relação direta e objetiva com a biologia corporal, pois quando se perde a memória, não se sabe mais quem se é), quanto num aspecto econômico, formando uma esfera paisagística e histórica propícia para a atratividade turística, possibilitando a atuação da esfera política, ao envolver o ideal de desenvolvimento e crescimento da cidade recém-instalada.

A pesquisa, por sua vez, proporcionou notar que esta construção foi semeada já no processo de formação do município. As medidas empreendidas nesse período estão pautadas num discurso externado acerca de características peculiares da localidade, buscando uma diferenciação entre São Pedro de Alcântara e a cidade de São José. Essa diferenciação constituiria justificativa legitimadora para que o processo fosse realizado. Além de se reconhecerem como um grupo “abandonado” pelo município-sede, estratégias para a construção de uma identidade local são vistas na abordagem à colonização de ambas as localidades, questão que determinaria tanto a composição étnica e as características dos dois lugares e também a suposta cultura praticada. Buscou-se, portanto, num passado comum, as justificativas e os significados para um sentimento de pertencimento. O discurso étnico foi inserido no processo e difundido em prol de um objetivo maior – a emancipação – uma vez que tinha como principal interlocutor a Comissão Emancipacionista (cuja característica era também a composição multipartidária).

As estratégias para esta construção, nesta primeira etapa, tem por característica evocar o passado da localidade, salientar o estereótipo ordeiro e “trabalhador do imigrante alemão”, salientar os sobrenomes de origem germânica existentes na localidade. Através dos documentos da campanha, viu-se que características que remetessem a possibilidades de identificação eram buscadas, a fim de haver o engajamento esperado para o sucesso do processo. Esta construção de uma identidade coletiva tem ressalvas feitas por Candau (2011) que a considera como uma retórica holista. Este termo tem por característica a generalização do plural, quer dizer, a afirmação de que o todo pode ser explicado por um pedaço que dele faz parte, sem considerar os outros pedaços. Neste sentido, a construção da identidade germânica em São Pedro de Alcântara se constitui de uma retórica holista, pois considera a característica presente no município, de ser a primeira colônia alemã e população majoritariamente descendentes de alemães, como plural. No entanto, essa identidade

coletiva é o fruto (ao menos teórico) de um processo de identificação próprio do período de globalização, que demanda a construção destas identidades para fins comuns. Neste caso, o da emancipação do município.

O discurso, portanto, foi efetivo, através das características relacionadas às práticas e às necessidades locais bastante difundidas nesta primeira etapa que constituíram as representações sociais necessárias para gerar a identificação local. Ao reconhecer os sinais representados para gerar a identificação, o indivíduo sente-se parte de um grupo, em contraposição a outro que não partilha daquelas mesmas características. Nesta etapa, por sua vez, a característica mais aparente da construção da identidade está relacionada à diferenciação. Ou seja, São Pedro de Alcântara era diferente de São José desde quando foi fundada, e por isso deveria ser emancipada.

A partir destas perspectivas, as permanências aparecem nas medidas empreendidas pelas administrações municipais (representadas, por sua vez, pelos mesmos representantes da Comissão Emancipacionista). A identidade local e germânica (ambas coletivas) movimentada desde o ano de 1990 através da campanha se vê renovada nos mandatos subsequentes, assim como as reivindicações básicas de infraestrutura, que são indicadas através da primeira eleição municipal.

Após a emancipação, intuindo a permanência desta identidade, as ações administrativas empreenderam mobilizações relacionadas ao turismo e à preservação patrimonial. O município tinha por característica ser novo e antigo ao mesmo tempo (dados relacionados à recente emancipação e à antiguidade representada pela colônia). Neste sentido, a identidade aparenta ter ligação a uma questão mais direcionada a um ideal de singularidade, através de características com as quais é possível se trabalhar com um turismo rentável e que possibilite, de acordo com interpretação das legislações acerca do patrimônio cultural, sua instituição. Como exemplo, o patrimônio instituído em esfera estadual chamado “Vila Kretzer” teve como justificativa tanto a necessidade de “resgatar” a história do município, que não era abarcada enquanto o mesmo pertencia a São José, quanto a de instituir um atrativo turístico ligado à história para o município. Relação que se vê através da tipologia de Turismo Cultural.

O que Flores (1997) salienta como a “construção de patrimônios”, que pra ela tem a função de serem “citações do passado”, através de cópias ou imitações de determinadas edificações ou paisagens, também é caracterização dessa singularidade turística. Ao se instituir dados patrimônios, sobretudo no que tange à etnia como o caso

que se apresenta, intui-se a transmissão de dada memória, de acordo, principalmente, com a esfera política (neste caso, Governo do Estado, Prefeitura Municipal, Fundação Catarinense de Cultura) na qual esta instituição se formula. (PERALTA, 2003).⁵⁷ Cabe destacar dentro desta questão política de perpetuação de uma memória, que nem todos os casos de patrimonialização conseguem realizar esta coesão da identidade coletiva, pois este processo também depende da interiorização pelo indivíduo das representações sociais que este patrimônio movimenta. A patrimonialização, neste sentido, também está relacionada à esfera simbólica de identificação, que se caracteriza pelo caráter fragmentado do momento atual.

As diretrizes ligadas à aliança entre patrimônio e turismo, através da preservação e incremento arquitetônico, no entanto, acabam se formando dentro de um sistema temporal que por vezes se torna anacrônico, sobretudo pela praticamente anulação do fator tempo dentro da dinâmica social. Quer dizer, na proposta e tentativa de “reconstruir” e “resgatar” esse passado, as práticas sociais e desenvolvimentos do presente acabam perdendo seu viés, deixando de serem vividas de forma reconhecidamente identitária, sendo relegadas a práticas banais e não merecedoras de valorização nem igual, nem próxima às características de outros tempos, anteriores. É a busca pela memória, pelos lugares de memória de um passado que, de acordo com Nora (1984), já não pertence mais aos indivíduos, que esta relação é pautada.

A “cidade germânica”, ao mesmo tempo, porém, se vê como portadora de peculiaridades que são formadoras da “cultura” da cidade, que vão além desta cultura germânica, sendo difundidas por necessidades e práticas locais. Neste sentido, as representações sociais, como a paisagem, a instituição do patrimônio, o reconhecimento de uma árvore genealógica germânica e as festas (*Oktoberanz e Stammtisch*), também encontra potencialidade em práticas desenvolvidas no local, por exemplo, as festas produzidas pela Igreja Matriz e a chamada produção colonial. Atualmente, são realizadas na localidade as festas do Colono e do Motorista no mês de julho (52ª edição), a festa do Padroeiro (São Pedro) e do Recheio no mês de outubro; a Feira Arte e Sabor, que acontece na praça central, no segundo sábado de cada mês. Nas festas, há bailes embalados por música gauchesca e comida “típica” destas festas (churrasco, galinha recheada, salada de batatas (maionese), etc.) e na Feira há comercialização de

⁵⁷ Na própria história acerca do desenvolvimento dos processos de preservação no Brasil, no capítulo dois, é possível se ver diferentes perspectivas, de acordo com o tipo de história que se quer transmitir.

produtos feitos na localidade, artesanalmente (chocolate, cachaça, doces e pães caseiros, bordados, mel, etc). Estas atividades são corriqueiras na cidade, desempenhando práticas que, apesar da não relação direta com a germanidade, também movimentam a economia e aumentam a visitação na cidade. No entanto, não tem a característica de serem consideradas identitárias, sob o viés do “resgate”.

Esta outra vertente, mais ligada à agricultura e a uma característica rural da cidade, faz demonstrar que as questões identitárias em São Pedro de Alcântara tem respaldo em dois âmbitos: o reconhecimento local através de festas e características que condicionam a cidade a ser portadora de uma identidade germânica, por razão de um “passado em comum” dos ascendentes da maioria dos moradores da cidade, e reconhecimento em suas práticas diárias, desenvolvidas para sua sobrevivência. As duas vertentes, por sua vez, são focos locais do turismo, na prática habitual de agregar valor às produções, sejam elas produzidas com fim comercial ou não. Este turismo também tem duas faces: ao mesmo tempo em que faz a divulgação da cidade, almejando um retorno econômico em grande medida, e proporciona, por vezes, uma aproximação entre população e bens patrimoniais expostos, pode também desempenhar o papel de perda do caráter identitário da prática, tornando-a apenas comercial e mercadológica. Estas questões são intrínsecas à prática turística, de acordo com os estudos realizados, mas também podem ser, pela organização política e social desta prática, orientados.

REFERÊNCIAS

Cartas Patrimoniais

Normas de Quito 1967. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238>>. Acesso em 14 de julho de 2011.

Compromisso de Brasília de 1970. Disponível em <http://www.icomos.org.br/cartas/Compromisso_de_Brasilia_1970.pdf> Acesso em 22 de julho de 2011.

Compromisso de Salvador de 1971. Disponível em <http://www.icomos.org.br/cartas/Compromisso_de_Salvador_1971.pdf>. Acesso em 22 de julho de 2011.

Conferência Mundial do México sobre Políticas Culturais de 1985. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=255>> Acesso em 10 de maio de 2012.

Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, Paris, 17 out. 2003. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>> Acesso em 10 de maio de 2012.

Documentos de arquivo

Arquivo da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara

Atas das Sessões da Câmara Municipal – anos de 1997 e 1998.

Planejamento e Sugestões para a Área Cultural e Artística – 2011

Arquivo da Diretoria de Patrimônio Cultural/Fundação Catarinense de Cultura

Processo de tombamento estadual n.: 1554/026 - Vila Kretzer – São Pedro de Alcântara

Casa da Memória – Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Projeto de Lei nº 0093.3/94 – Cria o Município de São Pedro de Alcântara – 247 páginas.

Arquivo pessoal do presidente da Comissão de Emancipação, Ernei José Stahelin:

Documentos jurídicos, documentos teóricos sobre criação de municípios, cartas de apoio à emancipação, cronograma e material da campanha emancipacionista, recortes de jornais e discursos.

Folders

Folder informativo 7ª *Oktoberanz*

Folder informativo 9ª *Oktoberanz*

Folder informativo 10ª *Oktoberanz*

Folder informativo 11ª *Oktoberanz*

Fontes orais

ZIMERMANN, Salézio. Entrevista concedida por Salézio Zimmermann. São Pedro de Alcântara, 09 de jun. de 2012. Entrevista

Jornais

Pesquisados em: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Casa da Cultura de São Pedro de Alcântara e Arquivo Pessoal do Presidente da Comissão Emancipacionista, Ernei José Stahelin.

AN Capital, Florianópolis, 02 de junho de 1996.
 AN Capital, Florianópolis, 10 de agosto de 1996.
 AN Capital, Florianópolis, 03 de novembro de 1996.
 AN Capital, Florianópolis, 16 de janeiro de 1997.
 AN Capital, Florianópolis, 21 de janeiro de 1997.
 AN Capital, Florianópolis, 01 de fevereiro de 1997.
 AN Capital, Florianópolis, 27 de fevereiro de 1997.
 AN Capital, Florianópolis, 26 de agosto de 2000.
 AN Capital, Florianópolis, 01 de agosto de 2004.
 AN Capital, Florianópolis, 03 de agosto de 2004.
 AN Capital, Florianópolis, 14 de agosto de 2004.
 AN Capital, Florianópolis, 13 de outubro de 2004.
 Correio de Santa Catarina, São José, novembro de 2000.
 Diário Catarinense, Florianópolis, 01 de abril de 1991.
 Diário Catarinense, Florianópolis, 14 de agosto de 1991.
 Diário Catarinense, Florianópolis, 14 novembro 1991.
 Diário Catarinense, Florianópolis, 23 de abril 1992.
 Diário Catarinense, Florianópolis, 11 de outubro 1993.
 O Estado, Florianópolis, de 04 de outubro de 1996.
 O Estado, Florianópolis, de 06 de março de 1997.
 O Estado, Florianópolis, 06 de março de 1997.
 O Estado, Florianópolis, 12 de março de 1997.
 O município, São Pedro de Alcântara, agosto de 1998.
 Informativo Publicitário de São Pedro de Alcântara, 16 de abril de 2000.

Legislação

Leis Estaduais [Santa Catarina]:

Constituição estadual de 1989. Disponível em <<http://www.alesc.sc.gov.br/portal/legislacao/constituicaoestadual.php>> Acesso em 24 de junho de 2012.

Emenda Constitucional nº 038 de 20 de dezembro de 2004. Disponível em <<http://www.alesc.sc.gov.br/portal/legislacao/index.php?pagina=2&criterio=>>> Acesso em 24 de junho de 2012

Lei complementar nº 135, de 11 de janeiro de 1995 – Dispõe sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios e dá outras providências. Disponível em <<http://www.alesc.sc.gov.br>> Acesso em 06 de março de 2012

Lei complementar nº 01, de 6 de janeiro de 1989 - Dispõe sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.alesc.sc.gov.br>> Acesso em 31 de maio de 2012.

Lei complementar nº 29, de 21 de junho de 1990 - Dispõe sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.alesc.sc.gov.br>> Acesso em 31 de maio de 2012.

Lei complementar nº 37, de 18 de abril de 1991 - Dispõe sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.alesc.sc.gov.br>> Acesso em 31 de maio de 2012.

Lei nº 9.534, de 16 de abril de 1994 - Cria o Município de São Pedro de Alcântara. Disponível em: < <http://www.alesc.sc.gov.br>> Acesso em 31 de maio de 2012.

Lei nº 9.943, de 20 de outubro de 2005 - Altera a Lei nº 9.534, de 16 de abril de 1994, que “Cria o Município de São Pedro de Alcântara”, e adota outras providências. Disponível em: < <http://www.alesc.sc.gov.br>> Acesso em 31 de maio de 2012.

Lei nº 13.173, de 29 de novembro de 2004 - Reconhece o Município de São Pedro de Alcântara como Capital Catarinense da Colonização Alemã. Disponível em < <http://www.alesc.sc.gov.br>> Acesso em 31 de maio de 2012.

Leis Federais [Brasil]:

Constituição Federal de 1967. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm>. Acesso em 31 de maio de 2012.

Constituição Federal brasileira, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em 10 de maio de 2012.

Decreto-lei nº25/37. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm> Acesso em

Decreto lei nº 55, de 18 de novembro de 1966 - Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0055.htm > Acesso em 15 de junho de 2012

Decreto nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977 - Promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972. MinC/CJ. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/10/decreto-80978.pdf>> Acesso em 08 de maio de 2012.

Emenda Constitucional de 1969. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em 31 de maio de 2012.

Lei Complementar nº 01 de 09 de novembro de 1967. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp01.htm>. Acesso em 31 de maio de 2012.

Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977 - Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6513.htm>. Acesso em 12 de abril de 2012.

Lei nº 8181 de 28 de março de 1991. Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8181.htm> Acesso em 20 de junho de 2012

Lei nº10683 de 28 de maio de 2003 - Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.683.htm> Acesso em 20 de junho de 2012.

Medida Provisória nº2216-37 de 31 de agosto de 2001 - Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2216-37.htm> Acesso em 20 de junho de 2012

Leis Municipais [São Pedro de Alcântara]:

Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, 07 de março de 1997. Disponível em <http://www.pmspa.sc.gov.br/arquivosdb/leis/0.916381001216387714_lei_organica_1997.pdf> Acesso em 11 de abril de 2012.

Lei nº 20/97 – Cria o Fundo e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Turístico e dá outras providências. Disponível em <<http://www.pmspa.sc.gov.br/conteudo/?item=16413&fa=3>> Acesso em 09 de abril de 2012.

Lei nº 30/97 - Designa a locução: São Pedro de Alcântara – a Primeira Colônia Alemã de Santa Catarina como a frase a ser adotada oficialmente no município de São Pedro de Alcântara. Disponível em <<http://www.pmspa.sc.gov.br/conteudo/?item=16413&fa=3>> Acesso em 09 de abril de 2012.

Lei nº 45/97 - Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município e cria o órgão competente. Disponível em <<http://www.pmspa.sc.gov.br/conteudo/?item=16413&fa=3>> Acesso em 09 de abril de 2012.

Lei nº 57/97 que “Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a instituir Concursos de embelezamento da Cidade e dá outras providências.” Disponível em <<http://www.pmspa.sc.gov.br/conteudo/?item=16413&fa=3>> Acesso em 09 de abril de 2012.

Lei nº 86/98 – Institui o Biênio Comemorativo ao Centésimo Septuagésimo aniversário da Fundação da Colônia de São Pedro de Alcântara. Disponível em <<http://www.pmspa.sc.gov.br/conteudo/?item=16413&fa=3>> Acesso em 09 de abril de 2012.

Lei nº287/04 – Tomba bens municipais. Disponível em <<http://www.pmspa.sc.gov.br/conteudo/?item=16413&fa=3>> Acesso em 09 de abril de 2012.

Lei nº 362/05 - Institui que todas as construções públicas do município devem ser feitas em estilo arquitetônico germânico. Disponível em <<http://www.pmspa.sc.gov.br/conteudo/?item=16413&fa=3>> Acesso em 09 de abril de 2012.

Sites

Associação Cultural *Deutsche Welt* <<http://deutschewelt.com.br>> Acesso em 06 de abril de 2012.

Histelei - Histórico das Eleições – Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Disponível em <<http://www.tre-sc.gov.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/index.html>> Acesso em 24 de junho de 2012.

IBGE Censo 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=42> Acesso em 15 de junho de 2012.

Ministério do Turismo – Turismo Cultural. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estrutura_cao_segmentos/turismo_cultural.html> Acesso em 20 de junho de 2012

Santur – Conheça mais de Santa Catarina. Disponível em <<http://www.santur.sc.gov.br>> Acesso em 15 de junho de 2012

Turismo em São Pedro de Alcântara. Disponível em <<http://www.turismoemsaopedrosc.com.br>> Acesso em 15 de maio de 2012.

1829 - São Pedro de Alcântara <<http://spa1829.com.br/oktobertanz.htm>> Acesso em 06 de abril de 2012.

Fontes bibliográficas

AGUIAR, Leila Bianchi. O IPHAN e o desenvolvimento turístico nos conjuntos urbanos preservados. In: INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Anais da I Oficina de pesquisa:** a pesquisa histórica no IPHAN. Rio de Janeiro: IPHAN, Copedoc, 2008. p.71-88.

ALFONSO, María José Pastor. El patrimonio cultural como opción turística. **Horizontes antropológicos [on line]**, v.9, n.20, p. 97-115, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a05.pdf>>

ALTHOFF, Fátima Regina. **Políticas de preservação do patrimônio edificado catarinense:** a gestão do patrimônio urbano em Joinville. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, 2008.

ARANTES, Antonio A. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). **Plural de cidade:** novos léxicos urbanos. Coimbra: Almedina, 2009. p.11-24.

BADALOTTI, Rosana Maria; LEITE, Ilka Boaventura. **A invenção do município: o jogo das identidades locais e regionais.** Florianópolis, SC, 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

BIASE, Alessia de. Ficções arquitetônicas para a construção da identidade. **Horizontes antropológicos [online]**. v.7, n.16, p. 173-188, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v7n16/v7n16a10.pdf> Acesso em 05 de maio de 2012

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf> Acesso em 15 de junho de 2012.

BRASILEIRO, Ana Maria. **O município como sistema político**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações, 1973

CAMARGO, Luiz Octávio Lima. Tempo livre, turismo e lazer. In: **TURISMO em debate: ciclo de conferências**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

CAMINHA, Luiz Eduardo. **Stammtisch: reinventando tradições**. Blumenau: Nova Letra, 2010.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2009.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2000. p.107-119.

DAVIDOVICH, Fany. Poder local e município, algumas considerações. **Revista Geográfica**, México/D.F, n. 115, p.27-36, enero-junio 1992.

DESCHAMPS, Osvaldo. **São Pedro de Alcântara: memórias da nossa terra e nossa gente**. São Pedro de Alcântara: Ed. do Autor, 2005

FLORES, Maria Bernadete Ramos. WOLFF, Cristina Scheibe. **Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A prática de Tombamento: 1970-1990. In: **O Patrimônio em processo: trajetórias da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro; UFRJ: IPHAN, 1997, p.205-246

GAGLIARDI, Clarissa M. R. Turismo e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Almedina, 2009. p.245-263.

GASTAL, Susana. **Alegorias urbanas: o passado como subterfúgio: tempo, espaço e visualidade na pós-modernidade**. Campinas, SP: Papius, 2006

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, 1988, p.264-275. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2163/1302>> Acesso em 02 de maio de 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOFFMANN, Priscila Catarina. **Negros de São Pedro: experiências das populações de origem africana no pós-abolição em São Pedro de Alcântara**, 2009. 92p. Monografia (graduação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Curso de História, Fpolis, 2009.

JOCHEM, Toni Vidal; ALVES, Débora Bendocchi. **São Pedro de Alcântara: 170 anos depois... 1829 - março - 1999.** São Pedro de Alcântara: [Coordenação dos Festejos], 1999.

JOCHEM, Toni Vidal. **São Pedro de Alcântara: 180 anos de presença da etnia alemã.** São Pedro de Alcântara: Ed do Autor, 2009.

_____. **São Pedro de Alcântara 1829-1999: aspectos de sua história.** São Pedro de Alcântara: [Coordenação dos Festejos], 1999.

MANTECÓN, Ana Rosas. Consumo cultural na cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos.* Coimbra: Almedina, 2009. p.299-317.

MARTINS, Raquel Mara. **A materialização da germanidade: a arquitetura como identidade étnica nos municípios de São Pedro de Alcântara e Rancho Queimado no início do séc. XX.** 2000. Trabalho de conclusão de Curso (graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Curso de História, Florianópolis, 2000.

MELLO, Diogo Lordello de. A multiplicação dos municípios no Brasil. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 203, p. 23-28, abr/jun 1992.

_____. Desenvolvimento histórico do governo local no Brasil. In: JAMESON, Samuel Haig (org.) **Administração Municipal.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1965, p. 35-41.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. Os “usos culturais” da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Turismo: espaço, paisagem e cultura . 2. ed.** São Paulo: Hucitec, 1999. p.88-99

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, S. Paulo, n.10, p.7-28, dez, 1993.

PHILIPPI, Aderbal João. **São Pedro de Alcântara: a primeira colônia alemã de Santa Catarina.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.

PERALTA, Elsa. O mar por tradição: o patrimônio e a construção das imagens do turismo. *Horiz. Horizontes antropológicos [on line]*, v.9, n.20, p. 83-96, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a04.pdf> >

Roteiros Nacionais de Imigração - Santa Catarina: Dossiê de Tombamento, [Florianópolis]: IPHAN/SC. 2008. v. I e II.

SCUSSEL, Maria Conceição B. A criação de municípios e seu impacto na qualificação do espaço urbano. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 16, n.30, p.111-132, set. 1998.

SILVEIRA, Gilmar Teixeira da.; GASTAL, Susana. Turismo em cidades históricas: emprego e renda em Tiradentes/MG. In: RIBEIRO, Marcello (org.) **Olhares sobre o patrimônio cultural: reflexões e realidades.** Porto Alegre: Asterisco, 2010.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas.** São Paulo: Studio Nobel, SESC, 1996.

VAZ, Rafael Araldi. **Lázaro sobe à ribalta: produções culturais na Colônia de Santa Teresa.** 2006: Trabalho de conclusão e curso (graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Curso de História, Florianópolis, 2006.

WAINBERG, J. Cidades como *sites* de excitação turística. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (org.). **Turismo urbano**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-21.